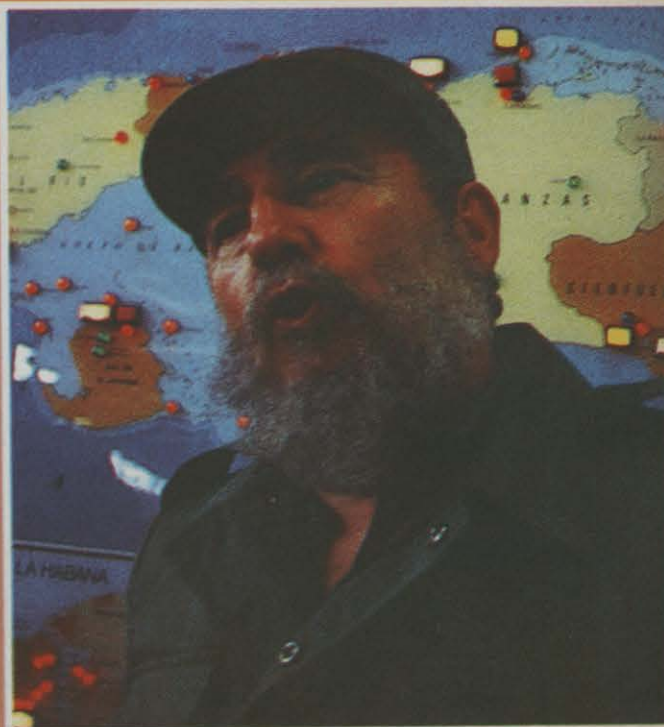


IRÃ:

**Na corda
bamba**

CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

**Poderá Cuba
manter sua
opção socialista?**



EXCLUSIVO

**FIDEL
RESPONDE**

VOLTA REDONDA

**Resistência e luta
pelo patrimônio nacional**

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGOAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem "vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos."



Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

Atende a:

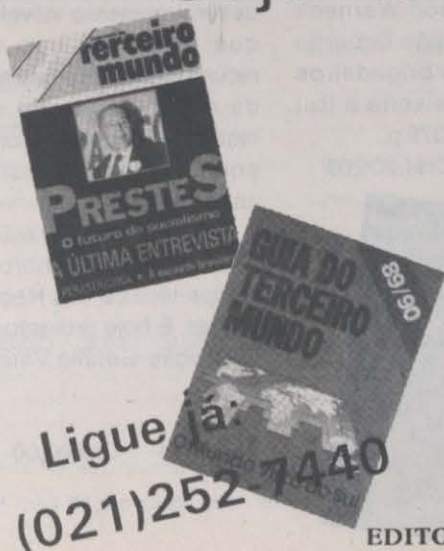
Professores, Estudantes,
Jornalistas, Administradores,
Economistas, Industriais,
Políticos, Exportadores,
Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade.
Formato amplo (21x28cm).
Diagramação moderna e ilustrada.
Acabamento reforçado (costurado e colado).

GANHE MAIS CRUZEIROS TODOS OS MESES

Seja nosso **REPRESENTANTE**
em sua cidade.

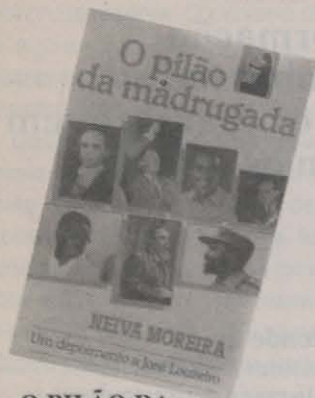


Ligue já:
(021)252-7440

Escreva para nós ou
telefone ainda hoje.

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA - Rua da Glória, 122 grupos 104 a 106
tel.: (021)252-7440 CEP: 20241 - Rio de Janeiro - RJ

CADERNO POSTAL



O PILÃO DA MADRUGADA

De Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no front das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 p.

José Louzeiro
E-208 Cr\$750,00

BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTE

De: Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovía, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

E-211 Cr\$400,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

De: Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com revelações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Néelson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$1.200,00



DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA

De: Celso W. Bueno

Adotem a rota do socialismo, ou do capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga a baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E-214 Cr\$900,00

O TRÓPICO DOS PECADOS

Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil
De: Ronaldo Vainfas

Um dos períodos mais obscuros da nossa história revelado em estudo minucioso – na linha chamada História das Mentalidades – dos conflitos e desejos das moralidades coloniais. O controle do Santo Tribunal sobre as práticas sexuais, ao construir o jogo do lícito e do ilícito, vai demarcando um território do qual o autor capta o clima da época, os costumes e todos os impasses daqueles homens e mulheres marginalizados. 404 p.

E-217 Cr\$2.900,00

A DERROTA DA DIALÉTICA

De: Leandro Konder

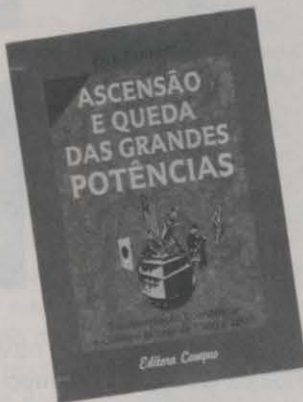
Na verdade, são apresentadas duas derrotas da dialética. Uma que se consumou no interior do "marxismo-leninismo" e a outra, mais ligada ao Brasil, onde o modo de pensar positivista acabou favorecendo a versão stalinista

do marxismo, causando extensos prejuízos à consciência revolucionária. Além deste exame na mentalidade da nossa esquerda e das pesquisas feitas na Alemanha, França e Argentina, Konder amplia a força deste livro com sua própria trajetória intelectual, marcada pelo golpe de 64 e pelo AI-5. 222 p.

E-215 Cr\$1.900,00

ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS

De: Paul Kennedy



No séc. XVI ou quase no séc. XXI, uma nação afirma seu poderio militar de acordo com os recursos

econômicos que possui. Assim, em uma brilhante análise das razões da ascensão e declínio das grandes potências do passado, Kennedy define todos os impasses das potências modernas. Erros que se repetem, tendências, conflitos, dilemas e táticas, fazendo da História das Nações a história de uma tentativa de equilíbrio de forças. 688 p.

E-220 Cr\$3.800,00

A ECONOMIA POLÍTICA DO NORDESTE

Secas, Irrigação e Desenvolvimento

De: J. Otamar de Carvalho

Destruindo o mito conveniente de que a seca é a causa do atraso do Nordeste, Otamar de Carvalho "mapeia" o território nordestino disposto a não deixar canto inexplorado. Começando pela apreciação geral da economia do Nordeste, continua pela delimitação da área sujeita às secas. A finalização é um exame minucioso, no qual mostra as razões verdadeiras do

atraso e as possibilidades de desenvolvimento. O autor é agrônomo, ex-diretor da Assessoria Técnica da Sudene e doutor em Economia pela Unicamp. 520 p.

E-216 Cr\$2.300,00



A FACE OCULTA DA DROGA

De: Rosa del Olmo

O que existe por trás deste comércio ilegal? Qual é o outro lado do tráfico? O que está além das entrelinhas do noticiário que o grande público não percebe? Estas são questões que Rosa del Olmo levanta e discute em **A face oculta da droga**. 87 p.

E-212 Cr\$600,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com descontos que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome

Endereço

Bairro Cidade.....

Estado CEP Tel.

Profissão

Assinatura

TABELA DE DESCONTOS

- 5% para assinantes. ou
- 10% para pagamento antecipado de assinantes e não-assinantes
- O preço dos livros está de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

VALIDADE 30.07.90

APÓS A DATA DA VALIDADE, COBRAREMOS PREÇOS ATUALIZADOS

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

Editora Terceiro Mundo Ltda. – Rua da Glória 122 – gr.104 –Rio de Janeiro – RJ – CEP 20241 Tel.: (021) 252-7440

Para mais de 5 pedidos use "xerox" dos cupons ou relação anexa.

CADERNOS DO terceiro mundo

Ganhe da inflação
por 12 meses
Assinatura: Cr\$ 1.800,00

Traga os amigos
e escolha
o seu brinde

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Peça já
seu exemplar
Cr\$ 2.500,00

Cada assinatura de "Cadernos" vale 10 pontos e cada "Guia" 15 pontos.



40 pontos
Desenvolvimento
e Convergência
De: Celso W. Bueno

Cód: 214



30 pontos
A Face Oculta
Das Drogas
De: Rosa
del Olmo

Cód: 212



50 pontos
A Esquerda
e o Golpe de 64
De: Dênis de
Moraes

Cód: 302



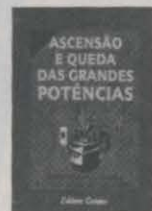
15 pontos.
A Batalha dos Trilhos
De: Francisco Cunha Jr.

Cód: 211



75 pontos
Guia do
Terceiro
Mundo

Cód: 221



100 pontos
Ascensão
Queda
das Grandes
Potências
De: Paul Kennedy
Cód: 220

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com o preço acima, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Grupo 105 a 106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440.

Validade da promoção: 25/07/90

ASSINALE. Assinat. de "Cadernos" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. Assinat. de "Cadernos" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. Assinat. de "Cadernos" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. Assinat. de "Cadernos" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

ASSINALE. Assinat. de "Cadernos" ou Renovação
PEDIDO DE: Guia do Terceiro Mundo: pago, r. postal
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:

CUPOM DO REMETENTE
Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP: Tel.:
Profissão:
Livros brindes código:



Há um ano da morte do aiatolá Khomeini, o presidente Rafsandjani (foto acima) tem diante de si o desafio de conseguir um consenso entre as diversas correntes do governo iraniano para poder realizar as profundas transformações políticas e econômicas que o momento atual exige

O governo lança ambicioso plano de atendimento social, a ser desenvolvido durante os próximos meses, e teme-se que sua administração direta por órgãos federais resulte em ineficiência e uso de critérios políticos no emprego dos recursos



O aumento das operações militares dos Estados Unidos na América Latina está obrigando as forças armadas norte-americanas a recrutar cada vez mais militares que dominem a língua espanhola. A invasão do Panamá (foto ao lado) foi um bom exemplo dessa nova política



SUMÁRIO

2 PANORAMA TRICONTINENTAL

6 CARTAS

AMÉRICA LATINA

8 Cuba - Fidel: "O futuro pertence ao socialismo"

20 Bolívia: Os mineiros se organizam

ÁFRICA

22 Sudão: Onda golpista

ÁSIA

24 Irã: Na corda bamba

27 A era pós-Khomeini

29 Índia/Paquistão: Rumo a uma nova guerra?

NORTE-SUL

31 Armamentismo: O Terceiro Mundo na mira

ECONOMIA

34 Dívida: Ataque frontal ou fracasso

ESTRATÉGIA

36 Estados Unidos: Falando claro

ENSAIO

38 Os mitos do desenvolvimento

SUPLEMENTO BRASIL

42 Capa: A luta pelo patrimônio nacional
47 Um movimento de alerta
49 A perigosa onda de privatização

51 Infância: Um plano de 150 bilhões

52 Alimentação: A febre dos dietéticos

53 Saúde: Asma, como controlar

54 Música: Sons de Angola

55 Cultura: No mesmo ritmo

56 Panorama Nacional

60 Política: A esquerda nas eleições

Capa: Pedro Toste/Dayse Vitória

Foto Capa: Beatriz Bissio

PACTO ANDINO

Unidos em 1999

Na histórica cidade de Machu Picchu, nos Andes peruanos, quatro presidentes e um chanceler dos países que integram o Pacto Andino assinaram em fins de maio uma declaração em que expressam sua satisfação pelo comprovado avanço no processo de integração. Os quatro mandatários – Virgilio Barco, da Colômbia, não pôde assistir devido à violência política que impera em seu país – e o chanceler colombiano avaliaram durante a reunião semestral habitual do organismo o cumprimento das orientações definidas em dezembro do ano passado, contidas no documento conhecido como "Projeto Estratégico para a Orientação do Grupo Andino".

O documento, que fez um diagnóstico do processo de integração e estabeleceu seus objetivos a longo prazo, propõe medidas para consolidar a economia da sub-região e regular a articulação do grupo na comunidade internacional.

A segunda parte do documento trata das ações que devem se desenvolver a curto e médio prazos em áreas como comércio, integração física, indústria e agricultura, serviços, desenvolvimento científico e tecnológico, integração de fronteira, turismo e das relações externas comuns.

O coordenador da Junta de Cartagena, Iván Galdón, disse que por se tratar de um tratado, "o Projeto Estratégico não es-



Pacto Andino: rumo ao mercado comum

tabelece prazos rígidos, mas trata de que cheguemos às nossas metas paulatinamente, motivo pelo qual a supervisão presidencial semestral é importante para manter o ritmo do avanço".

Os mais importantes avanços na integração do Grupo Andino se deram no plano de isenção das taxas alfandegárias. De 4.115 itens não-liberados em 1989, restaram somente sete, em março deste ano. Em fevereiro, se conseguiu uma redução substancial e a simplificação do imposto aduaneiro externo comum, baixando o limite máximo de 110% a 50%.

O interesse do setor privado pelo mercado sub-regional parece que está crescendo. Os especialistas advertem para uma aceleração na formação de empresas transnacionais andinas.

O transporte terrestre e marítimo das mercadorias foi facilitado e a adoção de posições conjuntas frente a terceiros países também se fortaleceu.

Para os ministros da Economia e Finanças dos cinco países-membros (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela) a maior dificuldade tem sido harmonizar as políticas

monetárias e cambiais. Na Declaração de Machu Picchu se inclui uma recomendação dos presidentes aos seus respectivos ministros da Economia, para que se aproximem dessa meta, que é chave para lograr o mercado comum sub-regional.

O grupo de países andinos pretende chegar a 1999 convertido em um mercado comum, quer dizer, eliminarão os impostos aduaneiros em seu comércio recíproco e estabelecerão barreiras alfandegárias comuns para seu intercâmbio com o mundo exterior.

Entre 1991 e 1993, Colômbia, Venezuela e Peru, os três países andinos considerados de maior desenvolvimento relativo, deverão eliminar todas as suas listas de exceções. A Bolívia e o Equador chegarão à mesma situação em 1999. Quanto ao imposto alfandegário comum, será fixado em 1992.

Estima-se, também, que para o ano 2000 os cinco países andinos terão uma moeda comum. Mas o estabelecimento de um mercado comum exige políticas econômicas harmônicas. E este assunto ainda está sendo estudado.

PERU

Vitória para Fujimori

O engenheiro Alberto Fujimori foi eleito o novo presidente do Peru ao vencer o escritor Vargas Llosa, com quem disputou o segundo turno das eleições, realizado em 10 de junho passado.

Já nas primeiras horas após o pleito, todas as pesquisas de boca de urna davam-no como vencedor. A diferença de votos entre Fujimori, um engenheiro descendente de japoneses, e Vargas Llosa surpreendeu muitos observadores. As últimas pesquisas de opinião não indicavam uma vitória tão clara do candidato da organização Cambio 90.



Fujimori: primeiro nissei eleito presidente na América Latina

Fujimori, que era completamente desconhecido nos meios políticos, baseou sua campanha numa plataforma vaga, que não deixou claro como ele pretende enfrentar a crise econômica por que passa o país, o desafio do grupo Sendero Luminoso e a produção e comercialização da coca.

REPÚBLICA DOMINICANA

Balaguer reeleito

O atual presidente Joaquín Balaguer, do Partido Reformista (PR), de tendência social-cristã, venceu as eleições presidenciais da República Dominicana, realizadas dia 16 de maio, por uma diferença de 21.894 votos sobre seu adversário mais próximo, o escritor Juan Bosh, do Partido de Libertação Dominicana



Balaguer: sexto mandato

(PLD). Dessa forma, Balaguer conquistou seu sexto mandato presidencial.

O anúncio oficial foi feito depois de uma segunda recontagem de votos, realizada por proposta do terceiro candidato, José Francisco Peña Gómez, do PRD (social-democrata).

Bosh, de 81 anos, que ocupou durante sete meses a presidência em 1963 e foi derrubado por um golpe militar, afirmou que seu partido tinha ganho por uma margem de 50 a 70 mil votos.

As cifras oficiais sempre deram vantagem a Balaguer, mas os três partidos da oposição (o PLD, o Partido Revolucionário Dominicano e o Partido Revolucionário Independente) consideram que o vencedor foi Juan

Bosh, como previam as pesquisas de opinião (as enquetes davam a Bosh 36% contra 26% para Balaguer).

Os observadores internacionais, entre eles o ex-presidente Jimmy Carter, coincidiram com os políticos da oposição ao assinalar as irregularidades das eleições e apoiaram a proposta de Peña Gómez de recontar os votos.

COLÔMBIA

Gaviria venceu

Cesar Gaviria Trujillo, candidato do Partido Liberal, situacionista, ganhou as eleições presidenciais do 27 de maio. Gaviria obteve 47,2%, pouco mais de dois milhões e meio de votos; o Movimento de Salvação Nacional, de direita, conquistou o segundo lugar, com 24%, e a Aliança Democrática M-19, um ex-grupo guerrilheiro, conquistou o terceiro lugar, com 12,7%.

O presidente eleito, de 43 anos, era o coordenador da campanha do senador Luis Carlos Galán, que foi assassinado pelos traficantes de drogas.

A campanha eleitoral foi marcada por uma das piores ondas de violência que a Colômbia já viveu. Além de Galán, foram também assassinados os candidatos Bernardo Jara-millo, da União Patriótica (UP), e Carlos Pizarro, do Movimento 19 de Julho (M-19).

Depois de eleito, Gaviria afirmou que está disposto a convocar os demais partidos a formar um governo de coalizão.



Após séculos de separação, o Iêmen volta a estar unido

IÊMEN

Unificado, outra vez

Depois de séculos de separação, os dois Estados iemenitas se unificaram em 22 de maio passado. A nova república tem 14 milhões de habitantes e um território de 530 mil km², equivalente ao da França. O general Abdallah Saleh, ex-presidente do Iêmen do Norte (onde havia um regime capitalista) é o chefe de Estado da República do Iêmen. O ex-presidente do Iêmen do Sul (socialista), general Haidar Abu Baker, será o novo primeiro-ministro.

A recém-fundada República do Iêmen será a primeira democracia parlamentar em toda a península árabe, de acordo com a nova Constituição, aprovada pouco antes da reunificação.

Os parlamentos de ambos os Estados votaram uma nova Carta Magna, que estabelece um Conselho Presidencial Colegiado. Esse organismo designará os 33 membros do novo governo provisório que atuará durante os próximos dois anos e meio. O Parlamento será integrado, em princípio, por 301 deputados. Deles, 159 pertencem ao Conselho Consultivo e 11 ao Conselho Supremo do Povo. A eles se somarão 31 personalidades

políticas, representantes das chamadas "forças nacionalistas".

Depois de anos de hostilidades e de uma guerra em 1972, os dois Iêmen começaram um processo de aproximação. Nesse ano, se assinou uma declaração no Cairo onde ambas as partes manifestavam sua vontade de se reunificar.

O compromisso foi ratificado em Trípoli, pouco mais tarde, ocasião em que se expressou a necessidade de acelerar o processo unitário. As diferenças nos regimes de ambos os países e as sequelas do conflito armado retardaram as negociações até 1979, ano em que se reuniram os líderes de ambos os países no Kuwait.

Nove anos mais tarde, em 1988, se marcou a unificação para novembro de 1990, data que foi antecipada para 22 de maio. Além do interesse político na unificação surgiu o econômico, quando foi descoberta uma jazida de dois bilhões de barris de petróleo na fronteira comum.

A cerimônia de reunificação contou com a presença de importantes líderes do mundo árabe, entre eles, Arafat.

PALESTINA

Urge uma negociação

O envio de uma força de emergência das Nações Unidas aos territórios ocupados foi a principal reivindicação do líder palestino, Yasser Arafat, em seu discurso de 25 de maio passado no Conselho de Segurança da ONU. O Conselho tinha se reunido em Genebra, Suíça, em sessão de emergência, especialmente para escutar o presidente da OLP, a pedido do grupo de países árabes.

Arafat acusou Israel de lançar uma "guerra de extermínio" contra o seu povo e voltou a exortar a ONU para que convoque uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio. A votação sobre essas medidas será realizada na sede da organização internacional, em Nova Iorque.

O novo surto de violência foi motivado pelo assassinato de sete operários árabes por um jovem israelense fanático, na localidade de Rishon Letzion, a 15 quilômetros de Telavive. Em represália às



Trabalhadores palestinos

manifestações palestinas de protesto contra o massacre, as autoridades de Israel mobilizaram mais de três mil policiais e várias unidades do exército, só em Jerusalém.

As tropas dispararam contra os manifestantes e houve mais de 800 vítimas, dezenas delas fatais. É a maior onda de violência desde dezembro de 1987, quando começou a rebelião da população civil dos territórios ocupados.

Os Estados Unidos, um país aliado incondicional de Telavive, neste caso mostraram certa distância do governo israelense e criticaram a violência empregada para reprimir as manifestações nos territórios ocupados por Israel. O Departamento de Estado disse que a violência se deveu à falta de "um processo de paz efetivo".

Até que se constitua o novo governo, o que é pouco provável a curto prazo, as possibilidades de que comece uma negociação entre palestinos e israelenses são mínimas.

SAARA

Referendo

A Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou em fins de maio o estabelecimento de uma "Comissão de Identificação" para determinar quem votará no referendo sobre o futuro da República Árabe Saaraui Democrática (Rasd). A Comissão também emitirá o documento das pessoas que irão participar da consulta.

A ONU manterá reuniões com os dirigentes saaraus,

que lutam pela independência do território, ocupado pelo Marrocos. As divergências entre o reino do Marrocos e a Frente Polisário – o movimento de libertação saaraui – sobre quem participará do referendo frustraram até agora a execução de um plano de paz, proposto pela ONU e OUA, que foi aceito por ambas as partes em agosto de 1988.

O acordo determinava um cessar-fogo e um plebiscito supervisionado pelas Nações Unidas, no qual o povo saaraui poderia optar pela sua independência ou pela incorporação ao Marrocos.

Segundo as Nações Unidas, o referendo poderá ser realizado ainda no final deste ano ou princípio do próximo.

ETIÓPIA

A ameaça da fome

O presidente da Comissão sobre a Fome, da Câmara de Representantes do Congresso norte-americano, Tony Hall, declarou em Washington, em fins de maio, que havia entregue aos presidentes George Bush, dos Estados Unidos, e Mikhail Gorbachev, da URSS, uma recomendação urgente para que discutissem a ameaça de morte por inanição que paira sobre três milhões e meio de pessoas no norte da Etiópia. O legislador disse que o documento foi elaborado com base na idéia de que "a colaboração entre as superpotências deve



Crianças: vítimas da fome

beneficiar a todo o mundo e não somente a Europa Oriental".

Hall e outros congressistas democratas e republicanos também elaboraram um plano de ação de seis pontos para o cessar-fogo na Eritreia. Segundo esse projeto, Estados Unidos e a URSS se comprometeriam, junto com as Nações Unidas, a enviar ajuda para as áreas afetadas pela fome e a interromper todos os embarques de armas às forças em conflito na Etiópia.

MYANMAR

Vitória da oposição

O partido mais importante da oposição birmanesa, a Liga Nacional Pró-Democracia (LNPD) obteve em 27 de maio uma vitória contundente sobre os partidos pró-militares nas primeiras eleições livres da Birmânia (agora chamada Myanmar) em 30 anos.

Dados extra-oficiais, proporcionados pela Comissão de Informações do LNPD, indicavam que a coalizão oposicionista tinha conquistado 320 das 485

cadeiras da Assembléia Nacional. Diplomatas ocidentais que acompanharam a recontagem dos votos em algumas seções eleitorais confirmaram esses cálculos.

A vitória da oposição em Myanmar pode significar um passo importante para a restauração da democracia, embora alguns analistas considerassem que os setores "duros" das forças armadas poderiam se negar a entregar o poder aos civis.

Os representantes eleitos para a Assembléia Nacional estão encarregados de redigir a nova Constituição do país e de formar um novo governo.



Protesto de estudantes contra o governo militar

Os resultados eleitorais mostraram que apesar da dura perseguição à oposição e do controle dos militares durante toda a campanha eleitoral, o regime respeitou sua promessa de permitir uma votação livre.

Depois das eleições, um membro da comissão executiva central do LNPD, Kyi Maung, disse que os resultados mostravam que seu partido obteve mais de 80% dos votos.

O dirigente desmentiu também que a secretária geral do LNPD, Aung San

Suu Kyi, tivesse sido liberada do regime de prisão domiciliar a que está confinada. O presidente do partido, Tin U, também está detido desde julho do ano passado e cumpre uma pena de três anos de prisão.

Maung disse que os principais objetivos do partido são a restauração da democracia e dos direitos humanos no país e a implantação de uma economia de mercado aberto.

Os militares têm dito reiteradamente que não deixarão o poder enquanto não se redija a Constituição e não se forme um governo "estável". Porém, o general Saw Maung, presidente da

Junta Militar que dirige o país, disse depois de votar, que entregará o governo, "conforme estabelece a lei", se o LNPD obtiver a maioria.

Depois de conhecidos os primeiros resultados, os representantes da Junta Militar admitiram que a votação mostrou claramente que os birmaneses querem "novos rostos" no governo.

Um porta-voz do governo confirmou que a vontade dos militares é passar o poder às autoridades que sejam designadas depois de aprovada a Constituição.

NEPAL

O ocaso do monarca

Em meados de maio, o rei Birendra do Nepal desencadeou uma nova crise institucional no país ao designar uma comissão de juristas para modificar a Constituição sem consultar o novo governo.

Um mês antes, uma revolta popular iniciada em fevereiro tinha deixado um saldo de 250 mortos, mas permitiu uma importante vitória política: o Movimento pela Democracia conseguiu que a monarquia modificasse o sistema de governo, chamado *Panchayat*, e aceitasse a realização de eleições com regras de jogo democráticas.

Baseado na ausência de partidos políticos, o *Panchayat* foi abolido e em seu lugar se estabeleceu um governo interino, de coalizão, que ficou encarregado de convocar eleições livres com a participação de todos os partidos políticos.

A iniciativa do rei de modificar a Constituição, prescindindo da participação do governo interino, indica que os "duros" do extinto *Panchayat* ainda mantêm sua influência no Palácio.

A maioria dos membros da comissão designada por Birendra são respeitáveis constitucionalistas e poderiam ser aceitos pelo Partido Nepalês do Congresso (PNC), do atual primeiro-ministro Bhattarai. O que desagradou o novo governo foi o fato de não ter sido consultado pelo rei Birendra

sobre essa escolha. Em um momento de transição como o que vive o país, é muito importante que o governo consiga delimitar claramente as funções e poderes do monarca.

Por ter recebido a missão de convocar as primeiras eleições livres no Nepal em 32 anos, o novo governo deseja criar a sua própria comissão de redação da nova Constituição, para modificá-la e reduzir os poderes do monarca. "Quando a nação entra em uma nova era, temos que ter cuidado para que a nova Carta não deixe nenhuma ambiguidade ou resquícios que possam ser usados contra o povo", disse Sahana Pradhan, dirigente da Frente Unida de Esquerda (FUI) e ministro do Interior.

A atual administração está integrada por uma coalizão do PNC – social-democrata –, do Partido Comunista e outras seis agrupações de esquerda que formam a Frente Unida de Esquerda (FUI). Dirigentes da coalizão declararam que convocarão novamente o povo para que saia às ruas se o rei não voltar atrás em sua decisão.

Dirigindo-se a 20 mil pessoas reunidas na cidade de Pokhara, no centro do Nepal, um dos líderes do PNC, Ganesh Man Singh, exortou o rei a dissolver a Comissão Institucional e designar uma nova com a participação do governo. Na mesma manifestação, o secretário geral do PNC, Girija Prasad Koirala, disse: "O rei está conspirando contra o povo. Mas o povo está farto e pensando em abolir a monarquia".

PLANO COLLOR

Tudo indica que as metas do presidente Fernando Collor, de imediato ou a curto prazo, levarão o Brasil a uma desagregação social, a exemplo da Argentina com Carlos Menem, que continuou o mesmo programa de governo do presidente Alfonsín: conservador, elitista, a serviço do capitalismo dependente, seguindo os ditames do FMI e dos países imperialistas. O plano de Collor, como o do governo anterior, não vai à raiz dos problemas que atingem o tecido social brasileiro, como a reforma agrária e a sangria da dívida externa.

A abertura quase total para o capital externo acentuará ainda mais a internacionalização do Brasil, com caráter de um neocolonialismo multinacional. A privatização das estatais, que na certa serão "compradas" pelas grandes empresas multinacionais, atraídas pelos baixos salários do trabalhador brasileiro e pelas facilidades, aumentará ainda mais a remessa de lucros para suas matrizes no exterior. O arrocho salarial provocará ainda mais a miséria do heróico trabalhador brasileiro. A demissão de funcionários públicos acarretará desemprego em massa e o pior é que poderão ser desativados órgãos importantes para a nação e para o povo, como a saúde, a cultura e setores de pesquisas científicas. Renegociar a dívida externa sem confronto é admitir o mal e não enfrentá-lo.

Privatizar as estatais, patrimônio nacional, e passá-las ao controle de grupos oligárquicos, favorecendo ainda mais o monopólio econômico. A recessão anunciada pelo governo Collor afetará ainda mais, na certa, os serviços de saúde, educação, alimentação básica e as entidades de pesquisa, que atuam no desenvolvimento das ciências.

Bartolomeu Buenos da Silva
Natal - RN



AGRESSÃO

Registro meu protesto contra os meios de comunicação do país, desta vez em relação à notícia veiculada pela Rede Manchete a respeito da inauguração da TV Marti, um canal de televisão norte-americano e clandestino dirigido contra Cuba e sobre o qual os leitores de terceiro mundo tiveram a oportunidade de tomar conhecimento na edição 127, sob o título "Um jogo sem fronteiras".

A notícia foi ao ar, dando a impressão de que os verdadeiros vilões são os cubanos. A reportagem, lida pela pungente voz do apresentador Eliakim Araújo (um profissional que tem meu respeito), não passou decentemente a idéia da ilegalidade dessa investida ianque.

Por mais poderosos que sejam, os Estados Unidos continuam a não ter o direito de violar as leis internacionais e muito menos de interferir na autonomia dos povos (lembro, a propósito, o massacre civil do Panamá, que inaugurou a era Bush, a qual, pelo jeito, não vai apresentar nada de bom para a humanidade. Aliás, bem na linha dos governos norte-americanos). O que me deixa perplexo é o fato de estarmos vivendo um momento de abertura política em todo o mundo e que justamente os que se dizem defensores da liberdade sejam os que mais desrespeitam essa palavra tão profanamente utilizada por eles e tão pouco vivida por nós, latinos americanos,

Fica o meu apelo: que a Manchete, responsável, até aqui, por um jornalismo de boa qualidade, não continue censurando as informações desta forma. Não entre no esquema "global" de jornalismo

Wellington de Paiva

Gouvêa

Madureira - Rio de Janeiro

IGREJA

A seriedade e profundidade com que são tratados os assuntos abordados por esta revista me estimulam a sugerir-lhes um tema: a situação da igreja na arquidiocese de Olinda e Recife, que tem à sua frente o autoritário d. José Cardoso.

Desde que assumiu a arquidiocese, substituindo o profeta d. Helder Câmara, aposentado por determinação do Vaticano, o sr. arcebispo d. José Cardoso vem adotando uma postura que visa a desmontar toda a estrutura pastoral conquistada, nesta arquidiocese, pelo povo de Deus, ou como alguns preferem chamar, pela Igreja Progressista, fundada no Evangelho de Jesus Cristo e respaldada pelas decisões de Medellín e Puebla.

As atitudes do sr. arcebispo são autoritárias e agressivas, tais como a expulsão, com auxílio da polícia, dos trabalhadores rurais, que se dirigiram ao palácio episcopal para reivindicar do seu pastor a permanência, na comunidade, do padre Thiago Thorby, expulso da arquidiocese pelo seu compromisso com os trabalhadores sem-terra; a demissão de toda a diretoria da Comissão de Justiça e Paz, por discordar do arcebispo; a perseguição e punição, inclusive com suspensão das ordens, de padres progressistas, como o próprio padre Thiago, o franciscano Aluisio Fragoço, o padre Antônio Maria, assessor da PJMP, o padre Reginaldo Veloso, o padre poeta, vigário do Morro da Concelção, e todos

os outros que figuram na lista negra do sr. arcebispo.

Não se pode esquecer também do fechamento pelo Vaticano do Instituto de Teologia do Recife-Itar e do Seminário Regional do Nordeste-II-Serêne II, organismos responsáveis pela formação de sacerdotes, religiosos e leigos, numa filosofia que compromete a fé com a vida. A desativação dessas instituições gerou na arquidiocese um clima de revolta.

O mais grave, porém, é que a situação de Olinda e Recife, muito longe de ser apenas uma questão localizada, revela-se a ponta de um enorme iceberg, que esconde em sua base toda uma estratégia montada por um segmento da igreja comprometido com a estrutura capitalista, com os poderes dominantes, para promover o retrocesso na caminhada da igreja identificada com o povo oprimido, representada de forma mais clara, na América Latina, pelos seguidores da chamada Teologia da Libertação.

Não foi por acaso que d. José foi enviado para esta arquidiocese. Na verdade, foi com o claro objetivo de efetivar este desmonte na igreja de Olinda e Recife, em dos mais atuantes exemplos da caminhada desta Igreja-Povo, graças à brilhante influência do seu antecessor, d. Helder Câmara. Mas, graças a Deus, faltaram a d. José tática e esperteza para cumprir sua missão sem levantar suspeitas e assim ficou bem claro seu propósito.

Rogo, portanto, mais uma vez a esta séria e conceituada revista, que considere minha sugestão, e alerte os cristãos sobre os perigos de uma religiosidade, comprometida com as estruturas de dominação. Queremos uma igreja fundada no Evangelho libertador e identificada principalmente com o povo carente do Terceiro Mundo.

João Alves

do Nascimento Jr.
Recife-PE

- José Anselmo C. G. Junior
R. Tenente Cleto Campelo, 156
B. 18 do Forte
49070 Aracaju Sergipe Brasil
- Solange Aparecida de Souza
Rua José Yoshie Yamamoto, 14
06140 Jardim Novo Osasco
São Paulo Brasil
- Robson Raymundo da Silva
Rua Guimarães Rebelo, 191
Guadalupe
2167 Rio de Janeiro Brasil
- Lirian Paiva Paraíso
Av. Sete de Setembro, 1867/101
40.000 Salvador BA Brasil
- Juarez Galvão Mendes
Rua Dr. Ton, 61
37950 São Sebastião do Paraíso MG
Brasil
- Alejandro Campos A.
A. Padilla esq. E. Camacho, 1194
CBBA Bolivia
- Fabio de Souza Santos
Av. 19 nr 897
38270 Campina Verde MG Brasil
- Marcelo Santos Coelho
Rua Catanduva, 36
Coelho Neto
21540 Rio de Janeiro RJ Brasil
- Daniela Engelman
Rua Portão, 1556, Bairro Lira
93600 Estância Velha RS Brasil
- Cleydimar Domingas
Rua Barão de Bom Retiro, 1742/403
Grajau
20711 Rio de Janeiro RJ Brasil
- Germano Filho
R. Itapetinga, 1546
31150 Belo Horizonte MG Brasil
- Adélzio Mendona de Moura
Cx. Postal 126
37290 Formiga MG Brasil
- Antonio Locatelli
Escola Família Agrícola km 41
29930 São Mateus ES Brasil
- Maria Vilarinho Cardoso
SHCES Q. 1109 Bl. E apto. 402
70650 Brasília DF Brasil
- Ademar Rodrigues O. Júnior
Cx. P. 151
39860 Nanuque MG Brasil
- José Odônio Cardoso de Sá
Rua Mimoso do Sul, 145
29970 Pedro Canário ES Brasil
- Jaline Pessanha da Silva
Rua Prof. Oscar Clark, 322
Vila da Penha
21231 Rio de Janeiro RJ Brasil
- Azeli Maria da Silva
Rua D. Pedro II, 208
39440 Janaúba MG Brasil

Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Placentini
Editora: Beatriz Bissio
Subeditores: Roberto Rempo Bissio, Claudia Guimarães, Procópio Mineiro
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Redação: Aldo Gamboa, Marcelo Montenegro, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
Depto. de Arte: Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria

Centro de documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira
Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa

EDIÇÕES REGIONAIS:

Edição em Português:
Diretor: Neiva Moreira
Editores: Procópio Mineiro e Claudia Guimarães
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)
Revisão: Cléia Marcia Soares
Diretor administrativo: Henrique Menezes
Circulação e Assinaturas: Mauro Antonio Mendes
Editora Terceiro Mundo Ltda: Rua da Glória, 122/104-105 - RJ - BRASIL - Tel. Assinaturas: (021) 252-7440.
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Cambro, 10/1º andar - Lisboa, 1.200 - Tel. 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

Edição em Espanhol
Sucursal do Rio de Prata
Diretor: Roberto Rempo Bissio
Vendas e Assinaturas: A.C.U. S/A
Miguel del Corro, 1461 - Tel.: 49-6192
Montevideo, Uruguai
Distribuição no Uruguai: Berniel y Martinez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Distribuição na Argentina (livrarias):
Ediciones Colihue (Buenos Aires)

Edição em Inglês:
Editor: Bill Hinchberger
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Assinaturas: Andréa Moutinho da Costa Santos
Correspondência: Rua da Glória, 122/105-106
CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels.: 222-11370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IFS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália-México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA).
Fotos: Agence France Press (AFP).

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS



Desde 1985 o IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — publica mensalmente uma análise da conjuntura político-econômica abordada sob a ótica dos movimentos populares.

Conheça este boletim!!!

Solicite um exemplar grátis!!!

IBASE
R. Vicente de Souza, 29
Botafogo - CEP: 22251
Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 286-0348

PG

Fidel:

“O futuro pertence ao socialismo”

Poderá Cuba manter sua opção política no novo contexto mundial? Quem responde é o principal dirigente da revolução cubana

Beatriz Bissio

Aos trinta anos, a revolução cubana ingressa na vida adulta em um momento particularmente difícil para as forças progressistas. No Leste europeu, os países que construíram o socialismo após a Segunda Guerra Mundial estão questionando essa opção – que em boa medida lhes foi imposta – e se aproximam do Ocidente. Na União Soviética, crescem as reivindicações nacionalistas, que ameaçam sua integridade, e no Terceiro Mundo aumentam os índices de marginalidade e de miséria.

Todos esses fatores têm favorecido novas investidas contra Cuba, desde a TV Martí até as manobras militares norte-americanas na proximidade das costas daquele país, passando por uma campanha internacional que pretende mostrá-lo como um caso anacrônico de apego às idéias estalinistas.

O **terceiro mundo** teve a oportunidade de conversar longamente em Havana com o dirigente máximo da revolução cubana, o comandante Fidel Castro, sobre esses temas, numa entrevista exclusiva.

O líder cubano está convencido de que o seu país deu um salto qualitativo importante nesses trinta anos de revolução. E que o povo cubano melhorou seu nível de vida e avançou na conquista de algo pouco perceptível, mas significativo – sua dignidade –, a ponto de estar hoje disposto a novos sacrifícios para superar as adversidades que a nova conjuntura internacional poderia lhe impor.

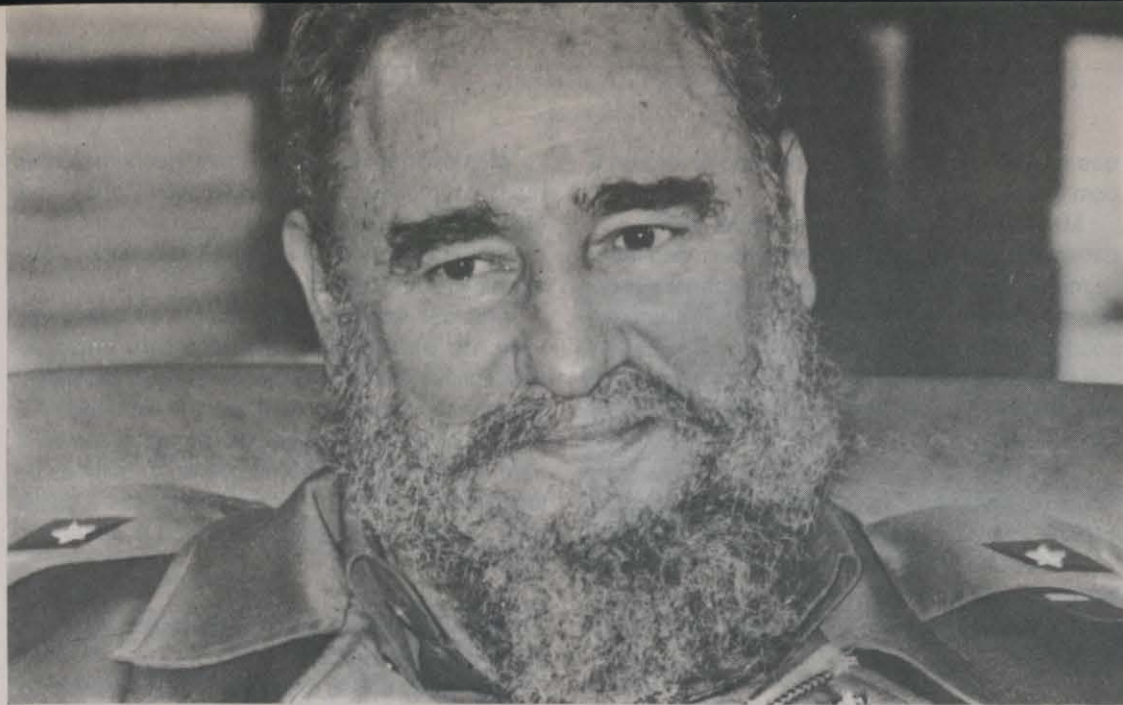
A direita fala muito atualmente da orfandade, do ponto de vista econômico, em que ficaria Cuba com as transformações ocorridas no mundo socialista e em particular no Comecon (Conselho de Assistência Mútua). Insiste em que Cuba teria se beneficiado de um tipo de comércio que pode deixar de existir a partir de agora, pelo menos com alguns dos países da Europa oriental.

Muita gente se pergunta como Cuba orientará seu intercâmbio comercial nos próximos anos, já que 85% dele estavam dirigidos aos países socialistas.

– Nós estamos suportando um bloqueio dos Estados Unidos há mais de 30 anos, e em meio a essa situação tivemos de desenvolver nosso comércio fundamentalmente com os países socialistas. Num primeiro momento, esse comércio era igual ao que existia entre os países capitalistas e o Terceiro Mundo. Caracterizava-se também pelo intercâmbio desigual. Com o transcurso dos anos, as coisas foram mudando.

Estabeleceu-se um comércio à base de preços fixos e racionais, sem querer dizer com isso que um preço racional seja um preço justo. Mas eram preços que levavam em conta o nível de desenvolvimento dos diferentes países (pois a tendência é a de que os países industrializados sempre elevem os preços de seus produtos e sempre rebaixem o preço daquilo que compram).

As conclusões a que chegamos, ao longo dos anos, nos conduziram a acordos mediante os quais esses preços se mantinham estáveis em ambos os



sentidos ou, se os preços dos produtos que nos exportavam subiam, também subiam os preços de nossas exportações a esses países.

Assim se desenvolveram as relações com os países socialistas do Leste e com a União Soviética. Eu sempre separei a URSS dos demais países socialistas. A União Soviética sempre mostrou uma atitude muito solidária, cooperativa, desde os primeiros tempos da revolução. Foi mais generosa.

Nosso comércio com o Comecon deve estar em torno de 85% do total. Com a URSS mantemos a maior parte dessa porcentagem. Firmamos convênios que eram mutuamente vantajosos: a URSS nos pagava um preço (um ou dois centavos) mais alto que o do mercado mundial.

Os preços do mercado internacional nada têm de justo. Além disso, quase todo o açúcar é comercializado a preços diferentes daqueles do mercado mundial. Todos os países que integram a Convenção de Lomé¹ e que exportam para a Europa recebem um preço mais alto que o do mercado mundial. Trata-se de uma prática internacional.

Nós estabelecemos esse tipo de preço de comum acordo com os soviéticos. De qualquer forma, eram preços que estavam muito abaixo dos custos de produção deles com o açúcar de beterraba. Ou seja, nossos preços, embora sendo um pouco superiores aos do mercado mundial, estavam abaixo do que custava aos soviéticos produzir uma tonelada de açúcar. E abaixo dos preços pelos quais eles vendem o açúcar no mercado interno.

Então, a economia soviética não se via prejudicada. E, claro, eles nos abasteciam de

combustíveis, outras matérias-primas, alimentos. De forma que devo dizer, com toda justiça, que entre nossos países se estabeleceram relações econômicas exemplares.

O simples fato de termos conseguido com a URSS outro tipo de preço influenciou para que obtivéssemos com os demais países socialistas preços, se não iguais, pelo menos um pouco superiores aos do mercado mundial. Eles nos pagavam com produtos de seus países, sobretudo manufaturados.

Hoje, com toda a desagregação que está ocorrendo, o surgimento de novas teorias e o propósito declarado de marchar rumo ao capitalismo, nós não sabemos que tipo de relações irão se estabelecer. Naturalmente, isso tem um peso em nossa economia. Paira um clima de incerteza.

Com relação a quê, exatamente, se verifica essa incerteza?

— A incerteza com relação à URSS pode derivar dos próprios problemas que ela venha a enfrentar. Se aquele país se vê envolvido em uma crise econômica séria, isso objetivamente afetará suas relações econômicas, com prejuízos para todos nós — prejuízos alheios à vontade da própria liderança soviética. Também devemos estar preparados para isso.

Qual a previsão de vocês quanto ao que já está garantido? O petróleo, por exemplo, estaria assegurado?

— Até agora, o petróleo está assegurado com alguns atrasos nas entregas, por culpa de problemas

“A tendência é a de que os países industrializados sempre elevem os preços de seus produtos e sempre rebaixem o preço daquilo que compram.”

“Nenhum país fez mais, em matéria de progresso social, que Cuba. Mesmo se tivermos que passar uns cinco anos sem construir casas, hospitais ou mais escolas, isso não significaria uma tragédia.”

que a URSS enfrenta com o transporte interno e com a frota.

Mas, se eles conseguirem vencer as dificuldades econômicas, o intercâmbio deve caminhar de forma normal, porque existe uma vontade entre nossos países – que estabeleceram vínculos sólidos ao longo destes anos – de continuar incrementando essa colaboração mutuamente conveniente.

O sr. disse que Cuba precisa estar preparada, inclusive, para não contar com o intercâmbio com a URSS. Têm alternativas para essa eventualidade?

– Em Cuba sempre devemos pensar nas piores hipóteses. Não se podem fazer planos com base na melhor variável, mas sim levando em conta a mais difícil delas.

Então, já se examinou a hipótese de um colapso das relações com a URSS?

– Bem, um colapso é muito difícil. Teria de obedecer a causas sumamente graves: uma guerra civil dentro da URSS, por exemplo, o que é muito improvável; ou a desintegração da União Soviética, em consequência das tendências separatistas.

Enfim, teria de acontecer algo muito sério para que ocorresse um colapso em nossas relações. Mas, até nessa hipótese, devemos estar preparados. Faríamos mal, se não preparássemos planos para as circunstâncias mais difíceis.

Tudo pode ocorrer, menos que nos rendamos aos EUA, que renunciemos à revolução. Não obstante esta férrea determinação de luta, temos de estar preparados para as piores variáveis.

O sr. tem falado ao povo sobre essa eventualidade?

– Claro. E encontramos no povo o mesmo espírito de nosso partido e da direção de nosso Estado. Nós chamamos essa etapa de “período especial em tempos de paz”.

Uma alternativa menos rigorosa que uma guerra... Algo comparável à situação criada pelo bloqueio de 1962...

– Sim, nós temos nossos planos para “períodos especiais em tempo de guerra”, o que significa o bloqueio total da ilha. Mas estamos elaborando planos – e já avançamos bastante – para “períodos especiais em época de paz”.

Um período desse tipo seria uma situação difícil. Seríamos forçados, de início, a paralisar o desenvolvimento social quase que de forma total, durante alguns anos.

Mas isso não seria muito grave. Nenhum país fez mais, em matéria de progresso social, que Cuba. Mesmo se tivermos que passar uns cinco anos sem construir casas, hospitais ou mais escolas, isso não significaria uma tragédia.

Mas daríamos prosseguimento ao desenvolvimento econômico, que é o que importa. Privilegiaríamos os grandes programas de desenvolvimento, sobretudo com vistas à exportação. E os programas de produção de alimentos continuariam. Podemos, em vez de gastar 10 milhões de toneladas de cimento – como ocorre hoje – gastar uma e meia. E não paralisaríamos o desenvolvimento.

Interessa a Cuba, então, ir pensando em diversificar seus mercados...

– Uma das coisas que Cuba faz é diversificar os seus mercados: já disse que, se existe uma proporção tão alta de intercâmbio com o campo socialista, isso se deve ao bloqueio dos EUA.

O governo norte-americano não apenas proíbe o comércio entre nós, como, além disso, sabota o comércio entre Cuba e muitas outras nações. Nessa situação, era lógico que o comércio com os países socialistas passasse dos 80%, incluindo aí a China.

Há pouco foi assinado um acordo com a China.

– Temos agora boas relações comerciais com a China. Com este país, o Vietnã e a Coreia do Sul nossas relações se baseiam fundamentalmente nos preços do mercado mundial, a partir das próprias limitações de recursos desses países.

O acordo foi interpretado como uma resposta à instabilidade comercial criada pela nova situação no Leste da Europa...

– Bem, o comércio com a China sempre nos interessou, e esse comércio sempre se manteve, com muita seriedade, mesmo em momentos nos quais as relações políticas não eram boas, como resultado de todas essas divisões ocorridas no campo socialista, há muitos anos.

Cuba alcançou um nítido desenvolvimento tecnológico. O sr. crê que o país pode ampliar seu intercâmbio, nesse campo, com as nações da América Latina e do Terceiro Mundo em geral?

– Sim. Em nosso país, depois de muitos anos de trabalho, temos milhares de cientistas desenvolvendo diversas pesquisas. Ocorreu em Cuba uma espécie de explosão científica, com grandes avanços no campo da medicina e da tecnologia médica.

Não existe medicamento das multinacionais que nós não sejamos capazes de produzir. Através de nossos centros de pesquisas estamos trabalhando na robótica e na eletrônica, e logicamente esses campos serão importantes no intercâmbio com o Terceiro Mundo. Além disso, estamos desenvolvendo o turismo com a América Latina em grande escala.

Por falar em turismo, vocês inovaram nesse campo, criando empresas mistas. Antes não haviam pensado nessa possibilidade, ou será que os novos tempos estão exigindo uma flexibilização nas relações econômicas?

– A princípio, não víamos o turismo com bons olhos. Em parte, por um certo espírito de puritanismo e, em parte, pela amarga experiência na época do capitalismo (associado ao jogo, à prostituição e às drogas). Tínhamos uma história negativa com o turismo. Apesar disso, nunca foi suspenso.

Mas, por outro lado, vivemos um período de grande isolamento, e eram poucos os turistas que queriam vir a Cuba. Até que a vontade de visitar nosso país foi crescendo e fomos conhecendo outro tipo de turistas. Já não se tratava do turismo imoral daqueles tempos. Vinham aposentados, pessoas que queriam desfrutar do sol e das praias. E assim chegou um momento em que nos perguntamos se devíamos desenvolver essa atividade ou não. Isso faz cerca de 15 anos.

Primeiro, tivemos de superar preconceitos que tínhamos com relação aos turistas, pelas razões já explicadas. Segundo, nossa falta de experiência e de treino nessa área. Em terceiro lugar, havia a questão dos recursos econômicos que tinham de ser investidos.

Mas já faz mais de 10 anos, pelo menos – muito antes dessas reformas ocorridas na URSS –, que tomamos a decisão de aceitar empresas mistas, sobretudo com vistas à exportação, e naquelas atividades que não tínhamos capital suficiente para desenvolver. É o caso do turismo, mas não é o único.

Cuba é vista como uma espécie de oásis...

– É um oásis: temos excelentes condições naturais. Nós cuidamos e protegemos o nosso meio ambiente. E Cuba tem outra característica: não temos problemas de drogas, de mendicância, nem de prostituição, ou jogo. Este é um país verdadeiramente sadio, que tem baixíssimo índice de indivíduos contaminados pela Aids e um sistema de saúde excelente. Estas são condições favoráveis



para aquelas pessoas que buscam o descanso sadio, e isso produziu grande demanda.

Tais fatores influíram também para um grande interesse de empresários que têm cadeias de hotéis em todo o mundo – menos em Cuba. É uma questão de prestígio e de interesses econômicos.

Nós lhes demos facilidades, de modo que, por exemplo, não pagam imposto de renda durante dez anos, nem sobre o investimento (quer dizer, nada daquilo que tenham de importar para o hotel paga impostos). Portanto, os benefícios não derivam dos impostos, mas do ganho líquido que dividimos na empresa conjunta, pois somos sócios na base de 50%.

Essas facilidades lhes permitem – segundo cálculos deles mesmos – recuperar o capital em três anos e meio ou quatro. E se recuperam o capital nesse tempo, nós também. É um negócio com vantagens compartilhadas.

E isso ocorre em Varadero e Havana?

– Varadero já é uma área pronta, desenvolvida. Somente concedemos um tanto por cento de investimento em Varadero àqueles que investem em outras áreas de desenvolvimento. E, excepcionalmente, só a algumas grandes empresas, autorizamos a investir em Havana.

Mas é bom enfatizar que uma parte importante de nosso desenvolvimento será realizada com nossos recursos. Entretanto, se aumentar o interesse de investidores estrangeiros, vamos aceitá-los. Porque, se nós, como país em vias de desenvolvimento, necessitamos de um bilhão em divisas, em investimentos, e dispomos de apenas 200 milhões, existem outros investimentos ainda mais rentáveis que o turismo, mais importantes. E esses nós os fazemos, como a biotecnologia, a indústria farmacêutica, etc..

Existe uma coisa muito clara: um país em desenvolvimento não possui todos os recursos, necessita

“Faz mais de dez anos, pelo menos – muito antes dessas reformas ocorridas na URSS –, que tomamos a decisão de aceitar empresas mistas, sobretudo com vistas à exportação.”



“A integração econômica é uma condição vital para o futuro de nossos países. Não haverá futuro para o hemisfério sem a integração”.

de capitais do exterior. Por isso chegamos à conclusão de que, sem mudar em nada nosso sistema socialista, nossa economia planificada e o controle do Estado sobre todos os processos produtivos, em nada se choca com nossa concepção do socialismo e todos os nossos princípios o fato de que, se existe um recurso rentável, exploremos esses recursos com base na lei que cria as empresas mistas.

A lei existe há dez anos, mas somente agora surgiram as possibilidades de implementá-la, não apenas para o turismo, mas também no campo da exportação.

Existem projetos nesse campo?

– Existem alguns e estamos estudando outros, com um sentido muito prático. Pode haver uma indústria que substitua importações. Se gastamos 30 milhões em divisas em determinado produto todos os anos porque não temos tecnologia ou capital para investir, e se aparece alguém querendo fazer alguns investimentos conjuntos, o custo para o país em vez de 30 milhões será de 15.

Em vários países da América Latina – o Brasil entre eles – fala-se muito das vacinas, a melagenina e outros medicamentos produzidos em Cuba.

E há quem manifeste o desejo de organizar empresas mistas neste campo para produzir esses remédios, inclusive fora do território cubano. Cuba tem interesse nesse tipo de associação com países da América Latina?

– Dentro desses conceitos que explicitarei, nós não podemos ter a mesma concepção para a associação entre empresas capitalistas da Europa e de outros países que com relação a outras empresas capitalistas da América Latina. Nós nos propusemos o seguinte: é preciso lutar pela integração.

A integração econômica é uma condição vital para o futuro de nossos países. Não haverá futuro para o hemisfério sem a integração.

Então, cabe se perguntar se podem ocorrer processos integracionistas entre países capitalistas da América Latina capitalista e Cuba socialista. Nós chegamos à conclusão de que sim. E mais: estamos melhor preparados que qualquer outro país latino-americano para a integração, embora sejam países capitalistas. Se se trata de derrubar barreiras alfandegárias, aqui não é necessário abolir nenhuma: elas já não existem. Se for necessário eliminar fronteiras, nós as eliminaremos, em sentido real.

Em uma integração política da América Latina, imagino que cada república manteria uma margem importante de autonomia. Não seria realista pensar nisso para depois de amanhã, mas para o futuro sim.

Porém, já podemos ir trabalhando na integração econômica. E podemos até ter um enfoque político diferente com respeito aos investimentos latino-americanos em Cuba, ou vice-versa. Pode acontecer de levarmos tecnologia de Cuba para estabelecermos uma empresa mista em outro país, ou podemos fazer essa empresa aqui.

Presidente, estamos falando ainda no plano da teoria, ou já existem iniciativas nesse sentido?

– Já existem algumas propostas sérias a respeito.

Cuba não necessariamente exige associação com outro governo?

– Os governos têm poucas empresas...

E elas estão diminuindo a cada dia...

– Por isso a associação pode dar-se de governo a governo ou com empresários privados. E isto despertou muito interesse.

Quanto ao Brasil, temos de levar em conta o mercado do país, que é muito grande, as potencialidades. Já se falou disso e teremos de trabalhar para concretizar as idéias. Nós estamos dispostos a fazê-lo. Não apenas com os produtos que já foram mencionados, mas também com outros novos, que vão-se desenvolvendo em ritmo acelerado.

Como temos um sistema único de saúde, isso facilita muito as pesquisas médicas, o processo de comprovação dos produtos que vamos fazendo; temos muitos cientistas consagrados a essa tarefa. Além disso, essa indústria dá muito lucro às transnacionais, porque têm preço de monopólio. E nós podemos realmente romper o monopólio das transnacionais nessa área. Um dos maiores saques que se praticam contra o Terceiro Mundo é o realizado pelas transnacionais da indústria vinculada à medicina. Então, essa cooperação seria de grande benefício social e econômico para os latino-americanos.

Não podemos esperar, para integrar-nos, que todos os países latino-americanos sejam socialistas. E muito menos esperar o retorno do capitalismo a Cuba. Se o capitalismo retornasse a Cuba, este país se integraria com Miami e os EUA, e não com o Brasil e a América Latina.

Os Estados Unidos querem absorver as economias do México e do Canadá. Imaginemos,

então, pequena como é Cuba, qual seria o seu destino se retornasse ao capitalismo. Ou seja, é o socialismo que permite a Cuba a oportunidade de integrar-se à América Latina.

Cuba teve um papel fundamental nas lutas de libertação da África, especialmente em Angola. Teria Cuba pensado em enfrentar a batalha do desenvolvimento integrando-se em maior medida com esses países?

– É mais difícil. Porque se trata de um campo muito amplo. Podem desenvolver-se relações de colaboração econômica e científico-técnicas – e de fato isso ocorre. Temos grande número de médicos, técnicos e trabalhadores nesses países como uma contribuição gratuita, não como acordo comercial.

O próprio bloqueio dos Estados Unidos e a tentativa de nos isolar nos obrigaram a desenvolver uma colaboração muito ampla com o Terceiro Mundo. Como nossos sentimentos internacionalistas são honestos, sinceros, essa colaboração nos levou até mesmo a travar batalhas comuns com eles, em defesa de sua independência.

Em resumo, nossas relações com eles são muito estreitas. Temos 24 mil bolsistas estrangeiros em Cuba. Somos o país que tem mais bolsista estrangeiro per cápita em todo o mundo. E a grande maioria deles é de africanos e de países do Terceiro Mundo, embora haja, também, alunos de nações desenvolvidas que nos pedem para cursar algum tipo de especialização.

Em função das transformações na Europa Oriental e também dos resultados eleitorais na Nicarágua, intensificou-se a campanha internacional pela realização de eleições em Cuba. Aderiram a ela até mesmo setores progressistas da América Latina. Como o governo cubano vê essas pressões?

– O governo de Cuba teve de enfrentar o país capitalista mais poderoso da Terra. Pergunto-lhe quantos são aqueles que têm o estado de ânimo, a decisão e a valentia de enfrentá-lo, como nós temos feito, numa luta que já dura mais de 30 anos. Um povo capaz disso não pode ser um povo fraco.

Em segundo lugar, em nosso país os princípios do socialismo se enraizaram profundamente. Ninguém os impôs a nós. Ninguém fez a revolução por nós. Nós a fizemos e a temos defendido durante esses 30 anos. É um processo arraigadamente autóctone. Não se deve a fatores conjunturais. Por isso, sempre foi mais forte que os processos ocorridos nos países socialistas do Leste, com exceção

da União Soviética. Porque é muito mais autêntico. Nós fomos mais tropicais, mais criativos. E aplicamos o marxismo-leninismo às condições de nosso país, de acordo com o nosso pensamento. Isso nos livrou de copiarmos certas coisas. E o mínimo que copiamos foram as coisas menos positivas que fizemos. Por isso, falamos de um "processo de retificação" e estamos atribuindo um conteúdo cada vez mais novo à nossa interpretação socialista.

Em nosso país, jamais se produziu o divórcio entre o partido e as massas. Aqui não se deu o fenômeno do stalinismo. Ele ocorreu na URSS, por razões históricas. Todos sabemos como foi a revolução bolchevique, o isolamento que ela sofreu, a intervenção estrangeira, o sofrimento provocado pelo fascismo.

Esses fatores externos influíram no surgimento do stalinismo. Aqui, não. Por nosso caráter, por nossa idiossincrasia, por nosso tipo de luta, realmente esse fenômeno não ocorreu. Creio que nós, como dirigentes, influímos nisso. Porque o dirigente tem um grande poder, sem dúvida. Imprime uma ou outra marca nos processos político-revolucionários.

Se se usa esse poder, pode-se chegar a abusar dele. Isso não ocorre somente nas revoluções socialistas, mas também em todas as demais. Nas revoluções pela independência de nossos países houve problemas desse tipo. Na revolução francesa, viveu-se o problema do uso e abuso do poder. Inclusive, alguém disse que a revolução, como Saturno, na mitologia grega, devorava seus próprios filhos.

No princípio da revolução, coloquei este problema. "Esta revolução não pode ser como Saturno", disse eu. E lutamos duramente para que os revolucionários fossem muito cuidadosos. Criamos leis para os contra-revolucionários, para os inimigos. Nós, revolucionários, sempre tivemos muito cuidado de evitar as divisões. Em Cuba havia vários partidos revolucionários. E concluímos que não chegaríamos muito longe por esse caminho: cada boi puxando a carroça numa direção diferente. E, então, nos unimos.

De modo que tivemos um pluripartidarismo inicial e o superamos mediante a união, que nos fortaleceu e nos abriu mais perspectivas.

E ainda mais: aqui não ocorreu o culto à personalidade. Esse culto pode surgir quando o governo é unipessoal...

Independente disso, o senhor é idolatrado...



“Em nosso país, jamais se produziu o divórcio entre o partido e as massas. Creio que nós, como dirigentes, influímos nisso. O dirigente tem um grande poder, Imprime uma ou outra marca nos processos político-revolucionários.”

“Em Cuba o pluripartidarismo foi um desastre. Um país bloqueado, como o nosso, cometeria um erro terrível se fragmentasse a força do povo. Porque, aqui, haveria então dois partidos o de Cuba e o dos ianques.”

– Desde que surgiu, o movimento revolucionário teve uma direção coletiva. Logo após a vitória, se aprovou uma lei proibindo dar nome de dirigentes – enquanto estivessem vivos – às ruas, instituições, etc. No princípio, surgiram alguns que queriam fazer até uma estatuazinha. Dissemos: “Abaixo tudo isso”. Soubemos escapar da embriaguês do poder. Da soberba, da auto-suficiência que o poder pode trazer.

Os fundadores de uma revolução têm muita autoridade, porque promovem mudanças muito profundas. E de tal forma essas mudanças beneficiam as massas, que as pessoas, por gratidão, perdoam até alguns erros. Nós tivemos uma consciência muito clara de tudo isso.

A forma como se fez a reforma agrária em Cuba não se pareceu com a de qualquer outra no mundo. Não repartimos os grandes latifúndios em pedacinhos. Aquilo que já estava repartido foi liberado do pagamento. Também liberamos os camponeses do pagamento de impostos.

Não repartimos as grandes empresas; nós as mantivemos como grandes empresas de produção onde se pudesse empregar a técnica. Não incorremos no erro de dividir primeiro, para depois associar.

Embora seja verdade que recebemos algumas influências; copiaram-se algumas experiências, sobretudo no sistema de direção e planificação da economia. E os resultados foram muito ruins.

Tomamos consciência disso e colocamos a necessidade de corrigir esses caminhos, isso por volta de 1985. E, de maneira categórica, convocamos à retificação em 1986, bastante antes que se falasse de *perestroika* na URSS.

A grande imprensa internacional interpretou esse processo como um indício de flexibilização no processo cubano. Depois, comprovaram que não se tratava do abandono das teses socialistas...

– Que significa flexibilizar? Retroceder? Pode-se flexibilizar e evitar dogmas para avançar. Ou, então, pode-se flexibilizar e escapar de um dogma para cair em outro. Fugir do socialismo para cair no capitalismo. Nós não queríamos renunciar ao socialismo, mas, a partir do socialismo e de posições socialistas, avançar.

Por isso, em nosso processo, atribuímos grande importância às organizações de massa: operários, camponeses, estudantes, crianças, mulheres, vizinhos. Enquanto em outros países se construíram organizações de massa esquemáticas, as nossas mobilizavam milhões de pessoas. Sempre mantivemos um contato muito estreito com

o povo, e consultas ao povo. De modo que não se encontra em qualquer outra parte do mundo a participação que o povo cubano tem em seus problemas.

Nos Estados Unidos, o cidadão vota a cada quatro anos e nunca mais alguém se lembra dele. O presidente faz o que lhe dá na cabeça...

Em nosso país, as autoridades têm de prestar conta de seus atos. Mas, antes mesmo de institucionalizarmos-nos, era constante nosso intercâmbio com as massas. Aqui, estamos sempre realizando congressos para discutir os problemas.

Aqui, as pessoas não apenas votam como pedem contas aos delegados que elegem. E esses delegados elegem os demais. A população não apenas vota, mas participa durante todo o ano, constantemente, de todas as atividades do Estado. Enfim, o cubano não apenas vota, mas defende a revolução com as armas.

Lembro-me de que, consultado a respeito, o senhor mencionou, em sua visita ao Brasil, que se as pessoas quisessem derrubá-lo teriam condições de fazê-lo. Porque todo o povo cubano está armado.

– Exatamente. E você não vê em 30 anos de revolução o que vê todos os dias na França, Inglaterra, EUA, Espanha: a polícia reprimindo operários em greve ou manifestações de estudantes. Essas coisas você nunca viu no nosso país. Isso só pode ocorrer quando há um consenso, quando o povo está unido.

Agora, nós mantemos firmemente a idéia de um partido. Antes de Lenin, José Martí, o grande lutador por nossa independência (que depois foi mutilada pela intervenção dos Estados Unidos), lançou a idéia de um partido, o Partido Revolucionário. Martí falou de um só partido. Esse foi seu ideal.

Em nosso país, o pluripartidarismo foi um desastre. Dividiu o país. Um país bloqueado, ameaçado como o nosso, cometeria um erro terrível se fragmentasse a força do povo. Porque, aqui, haveria então dois partidos fundamentais: o da revolução e o da contra-revolução. O de Cuba e o dos ianques. E nós não estamos dispostos a colaborar, minimamente que seja, com os norte-americanos na organização dos adeptos de sua ideologia, de sua política antinacional.

Para nós, se trata de uma questão de sobrevivência da revolução manter o povo unido. A unidade é nosso Pacto de Varsóvia, é nossa Otan, é o que nos defende. Seríamos suicidas se renunciássemos à organização política que temos para estabelecermos uma que não seria mais que

abrir ao imperialismo, de par em par, as portas de penetração, como fizeram no resto da América Latina.

Quer dizer, presidente, que o senhor vincula o tipo de organização partidária, institucional, que existe em Cuba à ameaça permanente que os Estados Unidos representam. Mais que uma opção ideológica, o unipartidarismo seria uma imposição das condições em que se desenvolveu a revolução cubana?

– Existe uma imposição da conjuntura política. Podemos filosofar um pouco mais sobre isto, se quisermos... sobre os rumos que a revolução teria seguido em condições normais de segurança.

Mas este sistema foi o que surgiu das condições reais em que temos vivido e seguramente ainda iremos viver... Porque quem nos assegura de que o império deixará de ser império, se a cada dia nós o vemos mais prepotente, mais arrogante, mais soberbo? Cada dia se considera mais dono do mundo!

Não devemos nos esquecer de que somos um pedacinho do mundo que não está sob domínio dos Estados Unidos. E que quase todos os países do mundo, em maior ou menor grau, estão dominados. Os países do Leste da Europa caíram na órbita dos Estados Unidos e de seu sistema, e falam abertamente da construção do capitalismo. E, se no Leste europeu as coisas andavam mal com o socialismo, na América Latina andam pior com o capitalismo.

Eu disse a alguns deles: "Não se iludam e nem cantem vitória! Porque, se lá a coisa ia mal, aqui está pior..."

Pensemos na América Latina, com suas dezenas de milhões de crianças miseráveis, abandonadas, sem escolas ou comida; e nas famílias inteiras subempregadas ou desempregadas, sem cuidados médicos.

Pensemos nos 40% de desnutridos; em todos os países onde não existem escolas especiais para crianças deficientes... Quando se compara o desenvolvimento social de Cuba com o resto da América Latina, se vê que nós resolvemos em 30 anos o que os demais países do continente não resolveram em dois séculos.

Aqui, o dinheiro não vai para o exterior. Não entra muito, porque estamos bloqueados. Mas aquilo que entra é investido. Ninguém o rouba; ninguém tira ele do país.

As economias de mercado aberto do Terceiro Mundo estão sendo obrigadas a competir dentro das mesmas regras de jogo com aquelas superdesenvolvidas da Europa, dos Estados Unidos. Que futuro têm? Nossas indústrias não podem

resistir à competição tecnológica, à competição financeira.

A inflação é inevitável, porque existe uma dívida social acumulada tremenda. O governo que fechar todas as escolas, todos os hospitais e todos os serviços públicos – como quer o Fundo Monetário Internacional para que não haja inflação – se arruinará. Os governos têm de coexistir com a inflação, como problema quase insuperável.

Creio que não pode haver desenvolvimento em um país do Terceiro Mundo sem planejamento. É necessário planificar o desenvolvimento. É necessário investir de maneira ótima até o último recurso.

Não vejo futuro nesse sistema anárquico de produção e de desenvolvimento. E todos estamos sofrendo as consequências disso. Nos últimos trinta anos, muito se tem falado de reduzir a distância



entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, muito se falou da década do desenvolvimento, década da saúde, da mulher e da educação. Entretanto, existe cada vez menos educação, menos saúde, maior discriminação da mulher. Existe uma crise social cada vez mais terrível, e a diferença entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos se amplia.

Agora mesmo, estão comprando os países da América Latina com a dívida externa. Porque este fenômeno de conversão da dívida em investimentos significa dar a economia de presente. Os empresários não investem seu dinheiro. O dinheiro é fornecido pelos bancos que têm um crédito que não se lhes pagou; os bancos o emprestam a esses empresários a longuíssimo prazo, para que eles o invistam nos países devedores. Ou seja, os capitalistas estão se apoderando das empresas e

“Agora mesmo, estão comprando os países da América Latina com a dívida externa. Porque este fenômeno de conversão da dívida em investimentos significa dar a economia de presente.”

das indústrias da América Latina sem entrar nem com o capital.

Aí entra a atual onda de privatizações. A filosofia das privatizações está por todo lado e ninguém sabe as consequências que elas acarretarão à economia de cada país.

Por isso dizemos que, se o socialismo andava mal por lá, o capitalismo está muito pior por aqui. E isso pode ser motivo de uma explosão social, em um dado momento.

Nas últimas semanas, por ocasião das manobras militares dos Estados Unidos, tornou-se a falar de Guantánamo, depois da base passar muito tempo relegada ao esquecimento. O que significa hoje Guantánamo para Cuba?

— A base naval de Guantánamo está aqui desde o princípio da República *mediatizada*. Depois da intervenção militar norte-americana de 1898 — que durou quatro anos —, veio a emenda Platt, que lhes deu o direito de intervir e construir a base naval. Guantánamo surge em consequência de um acordo entre o governo mediatizado e os Estados Unidos, na época em que era necessário abastecer os navios de carvão. A base teve uma justificativa prática e estratégica durante muito tempo.

Ao contrário do que sucedeu em outros casos, não se estabeleceu um limite de permanência da base em Cuba, e os norte-americanos, até hoje, pagam um aluguel. Nós estamos cheios de cheques. Faz muitos anos que não descontamos esses cheques por uma questão de honra, porque não aceitamos o direito de eles estarem ali.

Trata-se de uma soma ridícula (dois mil e poucos dólares) por aquilo que é uma das melhores baías de Cuba. Eles nem sequer levaram em conta a inflação. E violam todos os princípios internacionais, ao manter-se em um pedaço de nosso território contra a vontade soberana do país.

A base não tem qualquer utilidade militar, mas eles a mantêm como forma de humilhar Cuba. É o único país do mundo que tem uma base militar estrangeira contra a sua vontade. Porque, se os filipinos, gregos ou os espanhóis quiserem, eles lhes dão a opção de retirar suas bases.

Entretanto, conosco, os norte-americanos nem discutem a questão da devolução dessa base. Não é correto dizer que estamos a noventa milhas da costa dos Estados Unidos: estamos a um milímetro dos Estados Unidos.

Não se fala disso porque na América Latina se publica quase que exclusivamente o que os norte-americanos querem que se publique. E mais nada. São os donos, de fato, dos meios de comunicação

de massa. Os Estados Unidos estabeleceram um sistema de domínio cultural e da informação. Que o digamos nós, que tivemos de enfrentá-lo durante todos estes anos!

Vocês toleraram durante anos as transmissões de Rádio Martí, geradas pelos norte-americanos. Somente agora, com o início das emissões da TV Martí, foi que começaram a interceptá-las. E, todavia, sabemos que Cuba tem capacidade de transmitir em onda média até o território norte-americano, com sinais que podem ser captados em quase todo o país. Poderiam interferir nos canais comerciais, mas não o fazem. Apenas advertem que poderiam recorrer a isso, em casos extremos...

— É verdade. Em onda média, podemos fazê-lo. Mas eu já esclareci, em uma entrevista coletiva, que nós não queremos prejudicar as estações norte-americanas.

Quando surgiu o problema da estação da Rádio Martí, nós estávamos às voltas com a batalha da dívida externa. Vimos aquilo como uma provocação que tentava tirar nossa atenção da luta que desenvolvíamos em favor dos países do Terceiro Mundo. E a rádio foi ficando. Parece que nos interpretaram mal...

Ocorreu-lhes, então, a idéia da TV Martí. Querem trazer-nos a droga, o vício, o consumismo, todo o lixo e todas as porcarias daquela sociedade. Meter-se aqui em todos os lares, destruir todas as noites aquilo que nós construímos educando nosso povo durante o dia.

Por isso, tomamos agora a decisão, e também já bloqueamos a Rádio Martí em uma parte do país, além da TV. Se querem abusar de sua alta tecnologia, nós também temos todo o arsenal de nossas estações de rádio para responder-lhes. E não deve ficar qualquer dúvida de que nós responderemos! Isto está claríssimo. De maneira que estão desmoralizados; porque, agora, nem uma coisa, nem outra.

Já falamos sobre a questão do tipo de organização política possível em cada contexto histórico. E isso me leva a outro problema. Numa das entrevistas que realizamos com o presidente Samora Machel, ele afirmava que um dos desafios que tinham em Moçambique era o de transmitir às novas gerações a determinação revolucionária. Como o senhor vê esse processo em Cuba? A direção do Partido Comunista foi eficaz na tarefa de transmitir o compromisso com o socialismo às novas gerações?

“Ocorreu-lhes, então, a idéia da TV Martí. Querem trazer-nos a droga, o vício, o consumismo, todo o lixo e todas as porcarias daquela sociedade.”

– Eu estou assombrado com a forma como reagem nossos jovens, nossos estudantes e nosso povo. Muita gente pensava que, porque a juventude não viveu nem conheceu toda a tragédia do passado, poderia deixar-se influir pelas ânsias de consumo.

Como é maravilhoso constatar como uma geração é capaz de criar sua própria história! Mas isso não deve causar tanta estranheza. Pensemos em que nós universalizamos a combinação de estudo e trabalho, partindo de uma idéia que é marxista e também de José Martí, nosso prócer: a necessidade de combinar o trabalho manual e intelectual. Nós levamos muito a sério essa proposta e criamos nossas escolas no campo.

Todos aqueles que têm menos de 40 anos já trabalharam com suas próprias mãos, realizaram trabalho voluntário. Não se trata de filhinhos-de-papai que pela primeira vez seguram um tijolo. São jovens que se educaram no trabalho com tijolos, no trabalho no campo. Creio que esse sistema influenciou decisivamente em nossa juventude. E a prática internacionalista também.

Viveram outras realidades, fora de Cuba...

– Sim. São centenas de milhares de jovens que cumpriram missões internacionalistas.

Por outro lado, houve esse contato muito estreito entre o Partido e a juventude; entre o Partido e os estudantes. Eles têm aqui o que não têm os estudantes de nenhuma outra parte do mundo...

Educamos uma juventude diferente; tão intranigente que desenvolveu um espírito jacobino, radical. Pelo grau de apoio que a revolução tem entre os jovens se comprova que eles não se deixaram deslumbrar pelas bijuterias da sociedade de consumo. Creio que nós transmitimos uma mensagem. Entretanto, mais que isso, transmitimos uma prática, uma educação. Criamos uma escola revolucionária que se manteve por sua lealdade aos princípios. Trata-se de toda uma cultura nova que se criou no seio do povo e da qual os jovens são guardiães.

Existe um contato estreito entre as gerações?

– Claro. Em Cuba, a revolução, hoje, é tarefa de três gerações: a nossa é a mais velha, embora não sejamos super-velhos (existem alguns dirigentes em Cuba que são mais velhos que eu).

Depois, vem a geração intermediária e os que têm menos de 30 anos. Se nossa geração teve o mérito de lutar contra Batista, de fazer a guerra de guerrilhas, a geração intermediária é aquela das

missões internacionalistas, honrosas e gloriosas missões.

É uma geração que enfrenta o imperialismo há trinta anos. É a geração que defende o país. Entre os seis milhões de habitantes organizados para a defesa, homens e mulheres, a força-chave, a que tem mais energia, é a geração jovem. Digamos que dois milhões, pelo menos, pertencem a essa geração. E são os pilotos de nossa força aérea, pesquisadores científicos, são os médicos de família, os combatentes internacionalistas, os que manejam as armas mais sofisticadas...

E na administração pública e no Partido a participação das novas gerações também tem aumentado?

– Sim. E a da mulher também. A mulher vive um processo de participação crescente. Atualmente, 58% da força técnica de Cuba são constituídos de mulheres, que também têm os melhores salários.

No Partido também estamos promovendo muitos jovens aos cargos de direção, e ainda poderemos promovê-los mais. Queremos que o Partido seja a representação dessas três gerações.

Na década de 60, com o triunfo da revolução cubana, e a saga de Che Guevara, vivia-se, de alguma forma, um momento de esperança. O sr. não crê que hoje vivemos um certo vácuo na utopia criadora? Que falta confiança no futuro?

– Creio que sim. Este é um dos momentos mais críticos, nesse sentido. Creio que as divisões entre os países socialistas contribuíram para fragmentar a força revolucionária. Lembro-me da época dos grupos pró-soviéticos e dos grupos pró-chineses, divididos e subdivididos. Tudo isso começou a desgastá-los.

Para o vácuo atual influíram tendências hegemônicas que efetivamente se produziram no movimento revolucionário. Essa é uma triste realidade. A isto devemos acrescentar uma guerra ideológica permanente do imperialismo e a propaganda reacionária capitalista contra o socialismo. E temos de somar a isso os erros do socialismo, que foram criando decepções, produzindo abalos.

Enfim, é preciso atribuir essa situação a um conjunto de fatores. Acho que isso é próprio de todo processo histórico dessa natureza. Nem as religiões escaparam. O cristianismo se dividiu, em um dado momento. Não apenas houve divisões, mas guerras terríveis. Houve os tribunais de Inquisição. Outras religiões se dividiram e lutaram entre si.



“Transmitimos uma prática, uma educação. Criamos uma escola revolucionária que se manteve por sua lealdade aos princípios. Trata-se de toda uma cultura nova que se criou no seio do povo.”

O caso Ochoa

Perguntamos ao comandante, se diante de toda esta nova investida dos Estados Unidos contra Cuba, acreditava que o caso Ochoa¹ foi causado por alguma estratégia dos norte-americanos, ou se se tratava do desvio de um homem que se corrompeu. Esta foi sua resposta.

– Estou certo de que não se deveu a uma estratégia externa. Foi um processo de evolução, ou melhor, de involução, um processo progressivo de corrupção de um homem que, a certa altura, começou a pensar em outras coisas.

Não. O problema de Ochoa estava relacionado com sua responsabilidade, seus deveres. Deveria ter se exigido mais dele, pela confiança que lhe havia sido depositada. Ele ficou sabendo que havia um grupo do Ministério do Interior abusando das faculdades que possuía para lutar contra o bloqueio (ou seja, trazer ou levar um navio com mercadorias que o país necessitava). Soube que estavam realizando atividades relacionadas com as drogas. Levaram três anos nessa atividade.

E os norte-americanos agiram com muita perfídia. Algum tipo de informação eles receberam, porque tinham gente infiltrada. Entretanto, em lugar de avisar-nos, para que tomássemos providências, não nos diziam nada. Faziam acusações aqui e ali. Muitas vezes pensei que as coisas que foram publicadas eram uma colossal mentira. Não entrava em minha cabeça que alguém pudesse estar fazendo isso aqui.

Ochoa, então, toma conhecimento de tudo isso; sabe da gravidade da coisa, mas não informa e se coloca de acordo com eles. Elaboram planos para "ajudar o país" mediante investimentos conjuntos (com o narcotráfico). E ele começou a descuidar de suas responsabilidades durante a guerra de Angola. Ele já estava pensando como um grande magnata em negócios, milhões. Suas idéias eram fabulosas.

Nós estávamos preocupados com a conduta de Ochoa. Uma conduta pessoal imoral. O problema é que ele era um homem com título de herói, membro do Comitê Central, um general que tinha história.

Era necessário fazer o possível para arranjar tudo aquilo sem necessidade de expô-lo a um escândalo. Como proceder? Tratava-se de um homem que tinha conhecimentos da defesa, de dispositivos, de uma série de coisas. E sabemos que os homens, quando se desviam, perdem a solidez moral. Sem em algum momento se vêem em perigo, são capazes de desertar.

Que alegria não teria dado ao imperialismo se chegasse por lá em algum barquinho! Poriam na boca dele toda a história, com não sei que informação militar!

Queríamos fazer tudo sem prendê-lo. Mas, quando falamos com ele, não se abre. Toda a direção do estado-maior chega à conclusão de que é necessário prendê-lo. Não pela gravidade do problema, porque o que sabíamos, até então, não era de tanta gravidade. Mas pelo risco que significava, depois de haver caído nas faltas em que incorreu.

Pensávamos que iria ser condenado a três ou quatro anos de prisão. Começa a investigação e encontramos com seu ajudante um cartão com o endereço de um hotel na Colômbia. Assim, descobrimos o câncer da droga.

Não foi possível, de nenhuma maneira, exercer clemência. Porque seria criar um precedente funesto. Iriam dizer: "Castigam aquele que tem menor patente, mas este não?" Mas, se nós tivéssemos sabido disso de antemão, poderíamos ter solucionado o problema de outra forma, para não ter de chegar a um castigo extremo. Seja como for, teria de ser um castigo exemplar. O problema foi que nós só descobrimos o câncer



no curso dos acontecimentos. E isso se converteu em um problema de opinião pública tremendo. Não poderia haver outra conclusão senão aquela a que se chegou.

Fenômenos desse tipo infelizmente existem. Mas não, aí não houve

qualquer manobra do inimigo. O que houve foi que ele tinha informação e se calou, para armar uma tramóia. Na América Latina isso ocorre todos os dias.

Fomos nós mesmos que armamos o escândalo. Porque, no círculo das virgens vestais, apareceu uma prostituta. Se, no círculo das prostitutas, aparece uma vestal, não é tão complicado.

Mas, se aparece em uma sociedade ou em um sistema político onde se supõe que as pessoas se caracterizam por sua honestidade, então o escândalo é grande. Fomos nós que armamos o escândalo. Tínhamos de fazê-lo. É a única maneira de acabar com a droga. Se por aí afora se fizesse o que nós fizemos, acabou-se a droga. Se você captura os narcotraficantes e os pune com a pena capital, acaba com o problema da droga.

¹ O general Arnaldo Ochoa Sánchez foi julgado e condenado à morte por fuzilamento, por seus vínculos com o narcotráfico. Nos meses anteriores, Ochoa havia sido chefe de operações militares em Angola, à frente dos contingentes cubanos.

Também na Revolução Francesa, houve um processo parecido de auge, erros, queda e volta à Santa Aliança, às monarquias absolutas. Depois, voltaram essas idéias, a ponto de hoje se poder dizer que as idéias da Revolução Francesa têm plena vigência: a idéia da burguesia, o capitalismo, a livre empresa. Mas isso não significa que elas vão ser eternas.

O socialismo passou por esse mesmo processo: ascensão, auge, erros, desgaste e este momento de crise. Se além dos problemas que coloquei, tomamos em conta erros cometidos (os métodos nas relações entre Estados socialistas; as divisões e campanhas de descrédito mútuo; erros do Partido e de pessoas de esquerda de toda espécie; mais erros de Estados socialistas, alguns dos quais vieram ao mundo de um modo artificial, conjuntural, o que deu lugar à crise atual), é fácil comprovar que isto gera um momento de desilusão.

Muita gente está confusa, abatida, desconcertada. Mas que vamos fazer? Vamos tornar-nos capitalistas? Esse lixo repugnante que é o capitalismo, esse regime de desigualdades e injustiça social, não tem futuro em qualquer país do Terceiro Mundo. Porque, por definição, é antidesenvolvimento, antinacionalista, antipopular.

Além de toda a derrocada desses países, em questão de semanas produziu-se a derrota sandinista. Quer dizer, choveu no molhado.

Bem, vamos ver o que ocorre em Cuba agora. Ainda existem no mundo alguns países socialistas, como o nosso! E alguns em condições bem difíceis, como esta ilha que não pode mudar-se daqui. Que está situada ao lado dos Estados Unidos.

Creio que temos um dever para com o movimento revolucionário, com o mundo, de defender essa trincheira, porque, se ela cair, a América Latina retrocederá cem anos.

O senhor se considera um cruzado solitário?

– Não. Definitivamente, não. No mês de dezembro último, por exemplo, quando se haviam produzido todas essas mudanças, nas Nações Unidas, para a eleição do membro não-permanente do Conselho de Segurança, 145 países votaram em favor de Cuba, numa eleição secreta, que são aqueles que sempre nos favorecem.

Porque os africanos e todos os que sabem que lutamos contra o *apartheid*, e todos os que reconhecem no mundo que Cuba tem defendido sua causa, quando não os castigam nem os põem na lista negra, votam conosco.

Muita gente foi confundida pela propaganda, mas começa a reagir. Começam a organizar-se Comitês de Defesa de Cuba, que condenam a TV Martí e as ameaças militares. As pessoas passam a ver que Cuba se mantém e não podem fazer outra coisa, senão admirar a firmeza de Cuba, o heroísmo



O comandante Fidel Castro e a nossa editora Beatriz Bissio

do povo cubano, sua unidade. São coisas raras nos tempos de hoje.

Os povos admiram os que lutam. E só sobrevivem os que têm confiança em si mesmos. Estes são os valores permanentes, de todas as épocas.

As próximas gerações não viverão sob o capitalismo, porque nenhum sistema é eterno. Essas gerações bem poderão dizer que fomos incapazes de tirar todo o proveito possível de uma economia socialista. Na verdade, ainda temos muito que aprender. Mas verão que nosso sistema foi o mais humano, sem qualquer discussão. O outro promove o ódio.

Por isso estou convencido de que o futuro pertence ao socialismo. E essa geração futura talvez saiba valorizar melhor que agora o que significou a luta de Cuba nesta época.

Então, o senhor confia no futuro, comandante...

– Sim. Mas confiança sobre a base sólida de nosso povo, de sua capacidade de resistir, das defesas que criamos, da capacidade de trabalhar. Tenho confiança nas virtudes dos homens. Se não acreditássemos nisso não estaríamos aqui, já teriam nos levado a um manicômio.

Falávamos de cruzados, mas não somos cruzados solitários. Lembrava-me de Dom Quixote, que não apenas era um cruzado solitário, mas também era um cruzado imaginário.

Nós não somos nem solitários nem imaginários, mas somos cruzados, no melhor sentido da palavra. Porque aqueles cruzados que iam contra os infiéis acreditavam que sua causa era muito nobre. Mas, à luz das idéias de hoje, não poderíamos participar daquelas missões bélicas para levar a fé através da morte e da guerra. ●

¹ A Convenção de Lomé é um acordo entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e 64 países da África, Caribe e Pacífico (designados como países ACP), mediante o qual se pretende criar um ponto de referência para as relações comerciais, financeiras e de cooperação entre nações desenvolvidas e o Terceiro Mundo (para mais informações, ver *Guia do Terceiro Mundo*).

² Fidel chama "República mediatizada" os governos estabelecidos entre a independência, em 1902, e a revolução, em 1959, não reconhecendo-lhes qualquer representação popular e acusando-os de ser dependentes dos Estados Unidos.

“As próximas gerações bem poderão dizer que fomos incapazes de tirar todo o proveito possível de uma economia socialista. Na verdade, ainda temos muito que aprender. Mas verão que nosso sistema foi o mais humano. O outro promove o ódio”.

Os mineiros se organizam

Com a obstinação típica de seus ancestrais, um grupo de trabalhadores tenta reabilitar a Siglo XX, complexo mineiro que durante quase 70 anos foi o símbolo da luta política por melhores condições de vida no país

Jacques Mick e Geraldo Hoffman

Faltam 266 mil moradias na Bolívia, mas há casas sobrando no maior centro mineiro do país, no departamento de Potosí. Na época em que as minas do complexo Siglo XX funcionavam a todo vapor, muitos bolivianos trabalhavam cinco, dez anos, alugavam quartos no povoado de Lllalláguá, ali perto, até conseguir um quartinho de quatro por seis metros emprestado da mineradora. Se o trabalhador morria ou era despedido por contrair o chamado "mal da mina", a viúva ou esposa era posta na rua. Hoje isso não acontece mais. A maior mina de estanho do mundo só tem 400 operários.

Cinco anos atrás, o decreto 21.060 do ex-presidente Victor Paz Estenssoro demitiu os 4.800 mineiros da Siglo XX. O governo dizia que a mina dera um prejuízo de 3,8 milhões de dólares e que o estanho tinha acabado depois de 90 anos de exploração. Diz-se que todo o minério já retirado dali e entregue ao estrangeiro daria para erguer uma ponte entre La Paz e Madri. E os trabalhadores que resistiram às demissões garantem que ainda é possível processar mil toneladas brutas por dia até o ano 2.060.

Demissão em massa - A Siglo XX começou a funcionar em 1895, nas mãos de um consórcio de empresas chilenas e bolivianas. Entre 1915 e 1920, o controle passou

para nomes das tradicionais oligarquias Patiño, Aramayo, Rotschild e outras, que exportaram o melhor estanho do mundo para as fundições da Inglaterra.

Os primeiros sindicatos mineiros surgiram em 1919, para lutar contra esse monopólio, e pouco mais de trinta anos depois os oligarcas foram expulsos do país pela Revolução Popular de 1952. As minas de estanho foram então nacionalizadas pelo presidente Victor Paz Estenssoro, o mesmo que assinou o "decreto de fome" para fechar as minas em 1985. "Mais que o estanho, comeram milhares de vidas", diz Fernando Calvi Gandarillas, 28 anos de idade.



Entre as medidas para controlar uma inflação anual de 23.447%, a Nova Política Econômica de Estenssoro congelou os salários dos funcionários públicos e cortou 10% dos empregos; 23 mil dos 28 mil empregados da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol) foram demitidos com a promessa nunca cumprida de serem reabsorvidos em outros setores.

Para piorar a situação, o preço do estanho caiu 44% no mercado internacional. "Foi mais um pretexto para o governo privatizar as minas, entregues a cooperativas de fachada e por estas, às transnacionais", denuncia o presidente do Sindicato Mineiro da Siglo XX, Mário Cussi.

A multidão de subempregados urbanos da Bolívia subiu para 80% da população economicamente ativa depois do pacote. Os demitidos da Siglo XX que não foram para as cidades nem para as plantações de coca, agora remexem as

migalhas deixadas pelos ricos. São velhos, mulheres, crianças, famílias inteiras que trabalham até 12 horas por dia, sem carteira assinada, catando, carregando e amassando pedras. Já não se chamam mais mineiros: agora são os *palliris*, da palavra aimará que significa "quem



Cussi (no alto): "A rotina de um palliri é catar e carregar pedras até 12 horas por dia"



Antigas moradias dos trabalhadores da Siglo XX, agora praticamente abandonadas

recolhe escolhendo".

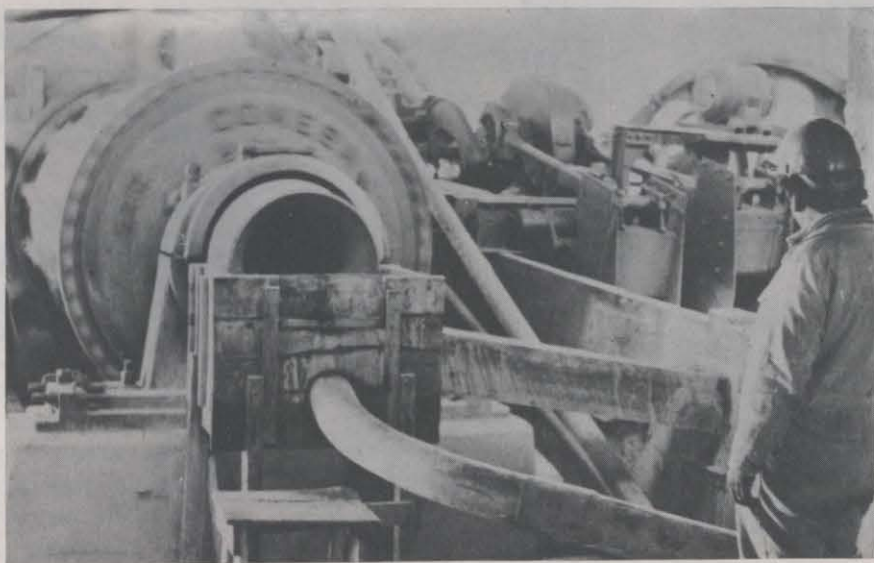
As crateras abertas pelas escavações dos *palliris* lembram o garimpo de Serra Pelada. O estanho encontrado vendem às mineradoras, o que dá um salário que vai até 67 dólares. "Tem até aposentado trabalhando para complementar a pensão de 15 ou 16 dólares", afirma o *palliri* Narciso Aguilar Flores, 58 anos, 36 dos quais trabalhando na Comibol. Quando foi demitido, recebeu 1.530 dólares.

Cidade-fantasma

Llallagua, o centro econômico do norte do departamento de Potosi, é hoje uma cidade-fantasma. O governo pagou até três vezes o valor de uma indenização para que os trabalhadores abandonassem as minas. Nas ruas bem calçadas da cidade, onde tombaram as vítimas dos inúmeros conflitos entre mineiros e o exército,

agora são camelôs que nos sábados disputam os poucos compradores para os produtos contrabandeados. Mas não há mendigos. "É que aqui ninguém vai pedir para quem não tem", diz Cussi.

Dos 4.800 trabalhadores ficaram apenas 400. As conquistas de quase 70 anos de mobilização sindical também estão falindo com Llallagua. É o caso da rádio "La Voz del Minero" e da Univer-



Os trabalhadores estão tentando reabilitar o complexo mineiro

sidade Nacional Siglo XX, autogeridas pelos trabalhadores.

Os cinco anos de abandono estatal transformaram o complexo mineiro em sucata. Sem manutenção, os equipamentos se deterioraram. O mato tomou o lugar dos vagões sobre os trilhos por onde circulava minério. Para o governo, era uma mina fechada.

Os mineiros que não abandonaram Llallagua agora começam a reabilitar a Siglo XX, com a determinação típica dos ancestrais indígenas. O engenho de Catavi, por exemplo, atualmente processa 100 tonela-

das/dia de minério bruto (400k de estanho) e a meta é dobrar a produção até o fim do ano. Esse minério é reaproveitado das 60 milhões de toneladas deixadas como reserva a céu aberto, desperdiçadas por tecnologias de processamento do século passado. A capacidade do engenho até agora era de 1 mil ton/dia, mas com um projeto de modernização os trabalhadores pretendem chegar a 10 mil ton/dia em dois anos.

Esse entusiasmo todo desperta de novo o interesse do governo. "Já estão metendo as unhas", diz Fernando Gandarillas, se referindo aos 5% de imposto sobre o estanho. Os trabalhadores da Siglo XX podem agora trabalhar mais 18 anos só com as reservas. Dentro da mina que o governo Estensoro queria fechar, há estanho para outros 50 anos. ●

Onda golpista

O fracassado golpe de estado no mês de abril dificulta as já estagnadas negociações entre o governo e a guerrilha que atua no sul do país, apesar dos esforços de vários países

O anúncio do presidente sudanês, Omar Beshir, de que um golpe de estado tinha sido frustrado, no final de abril, e o posterior fuzilamento de 28 oficiais implicados, fez temer pela continuidade das iniciativas de diálogo entre o governo e as forças guerrilheiras de oposição. Isso porque parte das reivindicações dos rebeldes do sul tinham sido adotadas pelos golpistas como suas próprias bandeiras.

O general Beshir, chefe do Conselho Militar Sudanês, afirmou em um discurso transmitido por rádio que as tropas leais haviam atuado com "extraordinária habilidade e eficiência" e que a sublevação havia sido cortada "pela raiz".

O fracassado movimento contra Beshir — que também chegou ao poder através de um golpe militar, em junho de 1989 — mostra que a situação nesse país africano está longe de se normalizar.

Cabe lembrar que essa rebelião aconteceu somente um mês depois do fracasso de outra sublevação, em março, também abortada, e quando ainda estão abertas as feridas criadas pelo golpe de estado do ano passado, quando Beshir assumiu o poder.

Além do impasse na guerra civil, o povo sofre os efeitos de uma crise econômica, que atinge duramente os 20 milhões e meio de sudaneses.

Na sublevação de março, foram detidos o filho do ex-primeiro-ministro, Sadiq al Mahdi, e o seu então assessor de segurança, Abdul Rahman Farrah.

Nesse contexto, depois de seis anos de guerra, vários governos vizinhos estão empenhados em colaborar para o reinício do diálogo entre o regime de Beshir e as forças guerrilheiras. Mas, até agora, os sucessivos esforços nesse sentido fracassaram pela inflexibilidade dos militares.

A origem do conflito — Sudão, o maior país da África, é um conglomerado étnico de mais de 570 grupos diferentes. Os de ascendência árabe são majoritários no centro e norte do país e, somados aos núbios, formam quase a metade da população. O islamismo é a religião predominante entre eles, com maioria sunita. No sul, ao contrário, o cristianismo e os cultos animistas africanos são predominantes.

O acirramento do conflito entre ambos os grupos data da época do general Gaafar Numeiry, que assumiu o poder após dar um golpe de estado em 1969 e liderou uma longa ditadura que durou até meados da década de 80.

No pleito de abril de 1983, Numeiry foi "eleito" para um terceiro mandato, mas já se encontrava muito desgastado. Por esse motivo, buscou ampliar sua base entre os setores muçulmanos, ditando um decreto que introduziu a Lei Islâmica (*Sharia*). Aplicada indistintamente a toda população, independente de credo, a *Sharia* estabelece castigos físicos para delitos de roubo, adultério e excesso de bebida: se amputam as mãos dos ladrões, se açoitam os alcoólatras e se punem com apedrejamento os adúlteros.

A aplicação da *Sharia* provocou protestos da população não muçulmana (a



O general Omar Beshir enfrentou dois golpes de estado em apenas um mês e fuzilou os implicados na conspiração

execução do decreto é, em muitos aspectos, duvidosa, pois até 1989, a maioria das pessoas que sofreram amputação das mãos não era muçulmana). Ela recebeu críticas até de organismos da parte árabe (muçulmana), do norte do país.

Os grupos guerrilheiros que operam no sul do Sudão são basicamente dois: o Exército Popular de Libertação (EPLS, liderado pelo coronel John Garang), e o Movimento Popular de Libertação (MPLS).

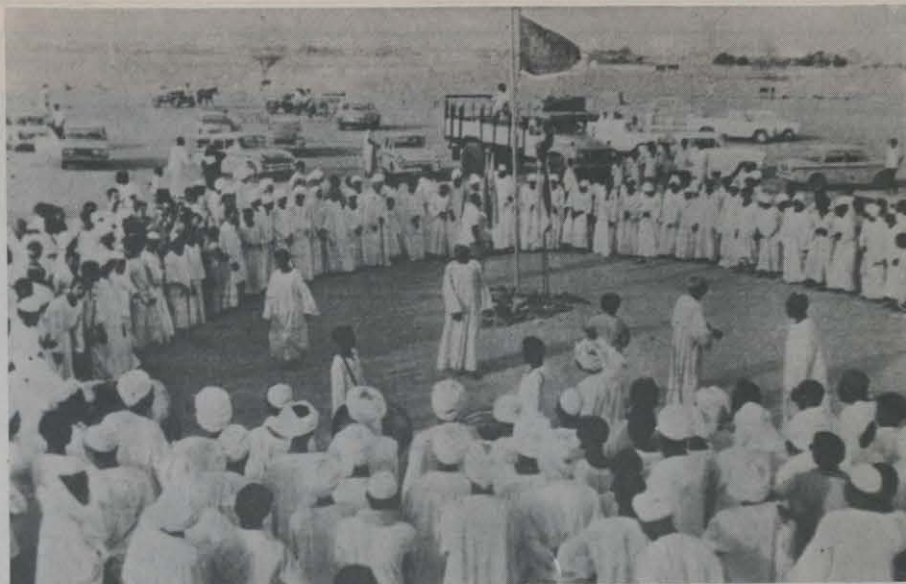
Ambos iniciaram suas ações em 1983, mas desde 1985 o EPLS e o MPLS atuam em conjunto, após celebrar um acordo no qual definiram que lutavam para "obter uma paz real e permanente, e manter a unidade e integridade territorial do Sudão".

Uma negociação demorada – A mediação entre as forças rebeldes do sul e o governo de Cartum foi realizada primeiro pela Etiópia, em seguida pelo Quênia, Egito, Uganda e Zaire. Finalmente, foram os Estados Unidos que manifestaram sua vontade de servir de mediador e para isso apresentaram uma proposta de pacificação que contempla a assinatura de acordos de segurança.

Em princípio, o chanceler sudanês, Ali Sahloul, expressou que seu governo estudava "com atenção" a proposta norte-americana, e disse confiar que as relações entre Sudão e Estados Unidos melhorariam. No entanto, a proposta da Casa Branca teve o mesmo destino das anteriores: não deu em nada.

Estados Unidos sugeriram em sua proposta uma separação física entre os exércitos em luta: as forças governamentais seriam confinadas em três cidades do sul do país, Juba, Wau e Malakal, enquanto que os 40 mil homens do EPLS controlariam as áreas rurais.

Com o fracasso da mediação norte-americana, Zaire apresentou uma segunda proposta, através de um enviado especial do presidente Mobutu Sese Seko, a Cartum. Mobutu aspirava a sentar novamente à mesa de negociações com os repr-



Os sudaneses de religião islâmica apoiaram a implantação da Sharia

esentantes do governo e da guerrilha, que não se reúnem desde dezembro passado. As duas rodadas anteriores do diálogo tinham acontecido na Etiópia, em agosto, e no Quênia, em dezembro de 1989. Mas em nenhuma delas houve avanços significativos.

A tentativa de golpe em abril ocorreu

num momento complexo da vida política de Cartum, em meio a rumores de que setores importantes do governo se oporiam ao tratado de integração com a Líbia, que deve entrar em vigor em 1994. A rompimento do acordo com a Líbia é uma das reivindicações fundamentais das forças guerrilheiras do sul do Sudão.

Outro motivo de descontentamento militar, a aplicação da *Sharia*, não parece estar ameaçada. Em consequência das dificuldades que enfrenta em suas relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por falta de pagamento, o Sudão se viu forçado a estreitar sua relação com os países árabes. Desde que Omar Beshir assumiu o poder, funcionários sudaneses percorrem ao mundo árabe para solicitar apoio econômico. Este ano o Sudão foi sede de uma Conferência Econômica de Investidores Árabes, na qual recebeu 100 milhões de dólares de ajuda econômica.

Por essa razão, as esperanças do povo, que sonha com o fim da guerra, estão agora concentradas na mediação do Conselho Mundial de Igrejas, Organização de Unidade Africana (OUA) e de vários governos africanos: só com sua gestão se poderia conseguir estabelecer um acordo duradouro.

•
A.G.



A crise econômica atinge a maioria da população



Ali Khamenei (esq), Khomeini (centro) e Rafsandjani (dir.): três figuras chaves da revolução iraniana

Na corda bamba

O presidente Rafsandjani logra estabelecer um precário equilíbrio, que só perdurará se ele for capaz de dar respostas rápidas às reivindicações sociais

Alberto B. Mariani

Falar sobre o Irã e tentar dar uma visão panorâmica completa de sua situação política não é algo fácil. Nem sequer para aqueles que há muito tempo estão familiarizados com as múltiplas revoltas de sua história e com essa região tão conturbada. Pior ainda é pretender analisar a realidade desse país a partir de uma perspectiva "ocidental".

O Ocidente continua ignorando a ordem institucional da República Islâmica, uma série de instituições que poucos Estados do Oriente Médio podem ostentar, como por exemplo a eleição do presidente por sufrágio universal, um Parlamento de 270 membros também eleitos por voto secreto universal, um governo composto por 22 ministros nomeados pela Assembléia Nacional por maioria absoluta e um certo número de conselheiros com poderes jurídico-religiosos, que controla a legalidade dos atos do Poder Legislativo e

do Executivo.

O resto do mundo continua julgando o que acontece neste país sem conhecê-lo realmente e sem se esforçar para obter informações sobre suas peculiaridades. E insiste na pretensão de ignorar que no Irã, há mais de uma década, se desenvolve uma revolução. Processo esse, que não obstante suas inumeráveis peripécias e contradições, busca alguma base teórica e prática para seus ideais e para sua institucionalidade política.

Vista de Teerã e só se pode tentar entender este país se o observarmos a partir do seu interior a situação política do Irã não parece ter se modificado desde 1979. Hoje, como há dez anos, o povo iraniano continua ligado ao tema central da revolução conduzida por Khomeini. O concorrido enterro desse líder carismático que encabeçou a revolução foi um claro exemplo disso.

Mas, em relação a 1979, sem dúvida, o número de cidadãos que manifesta sua

confiança nesta revolução diminuiu. Embora seja também verdade que a aspiração da imensa maioria dos iranianos é que sejam cumpridos plenamente as idéias e o programa originários da revolução islâmica.

Por essa razão, é perigoso se deixar levar exclusivamente pelo tipo de argumento que a oposição iraniana utiliza no exílio europeu. Para analisar corretamente a situação interna é necessário abordar alguns problemas específicos: o precário equilíbrio das correntes internas depois da morte do imã Khomeini; a tendência do país em se fechar em si mesmo, e os problemas sociais que afloraram nos últimos cinco anos, caracterizados pela crise econômica.

No entanto, pelo menos no momento, nenhum desses problemas parece pôr em risco a estabilidade do regime ou questionar a autoridade do atual presidente, Ali Akbar Hashemi Rafsandjani, conhecido por sua proverbial habilidade.

O equilíbrio das instituições – Depois da morte do imã Khomeini em 3 de junho de 1989, o sistema político e as instituições instauradas em 1979 (o sistema de governo do Teólogo, do *velayat-e-faghih* que era uma espécie de tutela jurídico-religiosa sobre o Estado) praticamente perdeu sua legitimidade constitucional.

Pelos artigos 5 e 107 da Constituição do país, de fato, o *faghih* (teólogo-tutor) da República Islâmica iraniana além de ser "justo, virtuoso, perfeitamente integrado em sua época histórica, valente e capaz de assumir a direção da gestão dos assuntos públicos", deve ser "um especialista nas leis e tradições islâmicas (um *ozma*, o grande aiatolá) e também "reconhecido e aceito como guia da *ummah* (a comunidade de crentes) e da maioria da população".

Essas qualidades e prerrogativas poderiam ter sido reivindicadas pelos quatro *ozma* da religião xiíta iraniana: Musavi Khoy, Reza Golpayegani, Marashi-Nadjafi e Mussavi Kumsari.

Todos eles são altos dignatários religiosos, mas desde 1979 se negam sistematicamente a colaborar com a instância política da República Islâmica. Poderia ter sido incluído nessa categoria o aiatolá Ali Hassan Mohammed Montazeri, mas foi recentemente expurgado e destituído pelo regime após ter sido designado *faghih* no Concílio de especialistas religiosos de 1985.

Em compensação, este não é o caso do *aiatoleslâ* Ali Sayed Mussavi Khamenei, o ex-presidente da República do Irã, nomeado apressadamente aiatolá, depois da morte de Khomeini para que pudesse assumir o caráter de *faghih* dessa sociedade.

Isso pelo simples motivo de Khamenei ser somente *aiatoleslâ* (que poderia traduzir-se por "uma prova do Islã"), ou seja, uma espécie de intérprete dessa religião. Era um dignatário religioso sim, mas não podia aspirar a se converter em *velayat- e-faghih*, ou seja, em "vicário de Deus", nem muito menos em uma "fonte de inspiração" para seus superiores na hierarquia religiosa iraniana.

De modo que, para evitar a oposição dos crentes e, ao mesmo tempo, as sequelas constitucionais da ausência de um *faghih* à frente das instituições, o regime de Teerã optou por reduzir sensivelmente as prerrogativas e as funções que assumiu Khamenei. De fato, ele foi reduzido à condição de um simples líder e defensor dos valores revolucionários.

Foi a solução momentânea encontrada, mas que deu origem a outros problemas, como a necessidade de introduzir reformas profundas no sistema institucional do país. E por sua vez, isto dá lugar a outro desafio: o consenso entre as diversas correntes internas para a realização das transformações institucionais em questão. Vista a natureza antagônica e centrífuga das diversas facções que coexistem no interior das instituições iranianas, não é provável que essas mudanças possam ser efetuadas de maneira indolor.

Isolamento diplomático – Apesar dos esforços realizados até agora pelo presidente Rafsandjani para normalizar as relações diplomáticas do Irã com os demais países do mundo, esses últimos em particular, as potências ocidentais continuam vendo com desconfiança o regime de Teerã. Difícil esperar outro fruto da política de "satanização" do Ocidente, desenvolvida pelo aiatolá Khomeini em sua década de mandato.

Na verdade, durante esse período, o Irã se fez conhecer no mundo como um Estado que desejava exportar sua revolução e que em prol desse objetivo não media esforços, inclusive incentivando grupos aliados a sequestrar pessoas, aviões, ou a cometer todo tipo de atentados.

Do ponto de vista de

Teerã, essa política foi um ato de legítima defesa dos adeptos da revolução islâmica para contra-atacar o bloqueio econômico e político dos países ocidentais contra o Irã ou o apoio dessas potências ao esforço bélico do Iraque, durante a guerra do Golfo.

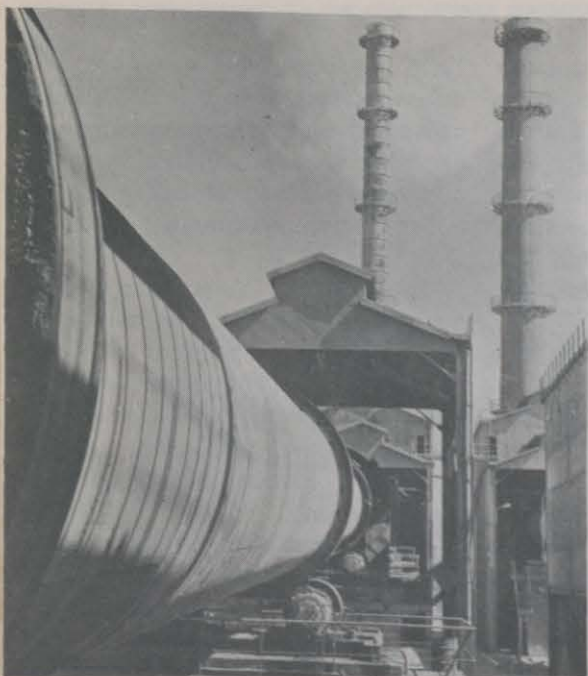
Seja qual for a interpretação, o fato é que essas ações deterioraram as relações do Irã com uma boa parte das nações do mundo e, por sua vez, justificaram o bloqueio ante a opinião pública internacional, com as nefastas consequências que esse isolamento provocou para o desenvolvimento iraniano.

Essa situação começa a mudar com as demonstrações de boa vontade que o Irã está dando na solução do problema dos reféns ocidentais no Líbano, vários deles em poder de organizações que respondem à orientação de Teerã.

Lutas internas – Dentro da hierarquia islâmica, que se constituiu em 1979 na coluna vertebral do regime iraniano, existem várias forças politicamente antagônicas que podem agrupar-se em dois grandes setores: os "anti-secularistas" e os "secularistas".



A maioria dos iranianos apóia a revolução Islâmica



A produção econômica foi muito afetada pela guerra

O primeiro rejeita a identificação entre o poder temporal e espiritual no interior do regime iraniano. O segundo, porém, afirma que a República Islâmica é o governo menos injusto e opressivo que pode existir na Terra antes do retorno do XII Imã da tradição xiíta, Mohamed Mahdi.

Entre os "anti-secularistas" encontramos, por sua vez, três correntes principais: a primeira é a da "Hogiatieh", uma organização posta fora da lei por Khomeini, que continua contando com o apoio de cerca de 80 deputados do Parlamento de Teerã. Seus seguidores pedem a aplicação literal do Corão e da tradição oral (*hadith*) da religião duodecimal xiíta.

A segunda, formada pelo clero e pelos comerciantes do Bazar, se opõe ao regime komeinista, pois não aceitam a intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Defendem a iniciativa privada e a economia de mercado.

A terceira corrente tem como porta-voz o jornal *Ressalat* ("Missão profética"), e se opõe ao regime iraniano por vários motivos, principalmente por seu conservadorismo político e seu liberalismo econômico, e também por representar os integralistas religiosos. Ou seja, por não reconhecer ao Estado islâmico o direito de

imiscuir-se nos assuntos religiosos.

Do outro lado estão os "secularistas", que também estão divididos em diferentes facções: a do presidente da República, Rafsandjani; a do líder da revolução, Khomeini; a do filho de Khomeini, Ahmad; a do ex-ministro do Interior, Mohtashemi e várias outras, em geral alinhadas com algumas personalidades de destaque no panorama político-institucional.

Apesar das profundas divergências entre elas, estas facções têm em comum sua defesa da ingerência do Estado islâmico tanto nos assuntos religiosos, como na economia e tendem a utilizar o

Islã como uma teoria revolucionária.

É inútil qualificar essas correntes com os adjetivos que usamos no Ocidente, ou seja, "radicais", "moderados", "pragmáticos". Todos eles são revolucionários, e por isso é que se afirma que a eleição de Rafsandjani para a presidência não resolve o problema da luta entre as diversas tendências. Só afastou o perigo de uma guerra civil, pois todas estas correntes estão atualmente unidas por "motivo de força maior".

Crise econômica – Dez anos de revolução e oito anos de guerra com o Iraque deixaram profundas sequelas na economia do país e, em consequência, agravaram a já difícil situação social.

O Estado iraniano não tem um *rial* (moeda local) de dívida externa, mas tampouco possui reservas suficientes para satisfazer suas necessidades básicas.

Essa situação limita consideravelmente a capacidade do regime de realizar investimentos que possam incentivar a produção nacional.

Em consequência da falta de investimento, a indústria do país se encontra em uma profunda crise: produz a terça parte de sua produção de uma década atrás e os custos de produção se quadruplicaram

por causa da política de pleno emprego que tem sido praticada pelo governo.

A agricultura também está desestruturada: atualmente o governo importa três-terços das necessidades nacionais de alimentos. E as divisas geradas pelo petróleo atualmente o Irã produz três milhões de barris diários são consumidos quase que exclusivamente nos gastos correntes do Estado e a importação de artigos de primeira necessidade.

Tudo isso, sem que o regime seja capaz de conter o processo inflacionário nem o crescimento preocupante do desemprego.

Não bastam só as palavras – Em seu discurso de posse, o presidente Rafsandjani assinalou que o país enfrenta graves problemas e que não seria possível construir um futuro diferente só com o uso de slogans. "Não vamos resolver o problema do desemprego com belos discursos políticos", afirmou.

Essa preocupação de Rafsandjani com a herança que tem que administrar se refletiu em sua escolha dos membros do gabinete. Pela primeira vez desde 1979, os políticos quase não estão presentes no Executivo, cedendo lugar aos técnicos.

O presidente fez os políticos compreenderem a necessidade de satisfazer as reivindicações populares, sob pena de ter que enfrentar nos próximos meses um crescente descontentamento popular. No momento, a maior parte dos líderes das forças que formam a coalizão de governo parece haver concordado com o presidente. Pelo menos não se tem conhecimento de duras críticas públicas entre as facções adversárias.

Nas ruas, as pessoas também parecem ter dado um prazo a Rafsandjani para mostrar a que se propõe. Quanto vai durar essa atmosfera de paz social, é difícil saber. Possivelmente nem o próprio presidente sabe.

Tudo dependerá de sua capacidade para resolver os problemas do país e manter esse precário equilíbrio que logrou construir. ●

A era pós-Khomeini

Desde a mudança nas roupas e até no comportamento das mulheres nos restaurantes, muitas evidências mostram o surgimento de uma nova era



A presença do aiatolá Khomeini se faz sentir em todos os atos públicos

Quase um ano após a morte de Khomeini, o Ocidente continua se perguntando quais as mudanças políticas ocorridas no novo regime e qual será o futuro do Irã. Uns contam com a "sabedoria" e o "pragmatismo" do atual presidente, o aiatolá Ali Akbar Hashemi Rafsandjani. Outros acreditam na volta do imã deposto, aiatolá Ali Hassan Mohammed Montazeri. Uma outra corrente conta com o retorno do *statu quo* anterior, ou seja, quer pura e simplesmente a derrubada do regime.

Sem mudanças aparentes - Na maioria das ruas de Teerã, é comum ler o seguinte slogan: "O mundo pode estar certo de que não vamos nos afastar do caminho traçado pelo imã Khomeini". Na verdade, à primeira vista, pouco mudou no Irã neste ano transcorrido desde a morte do líder da revolução islâmica. O tráfego de Teerã continua caótico, as ruas do centro e os cruzamentos, engarrafados.

Nas ruelas barulhentas dos mercados, o mesmo burburinho de fregueses e comerciantes. Perto das principais mesquitas e quiosques onde se vendem bebidas, as mesmas aglomerações. Os ricos e os pobres, respectivamente ao sul e ao norte da capital, são os mesmos...

Contudo, observando com atenção, percebemos que há mudanças importantes. Os milicianos dos antes onipresentes comitês revolucionários parecem agora eclipsados. Embora presentes, perderam a arrogância, não portam mais armas e vestem-se à paisana. O mesmo acontece com os *Pasdaran*, os temíveis e disciplinados guardiães da revolução iraniana. É raro encontrá-los nas ruas de uniforme.

Quanto à polícia e aos gendarmes, não incomodam mais ninguém. Seus efetivos foram reduzidos nas principais artérias da capital. Agora, eles fecham os olhos e permitem até mesmo que os desempregados contrabandeiem cigarros

nas ruas. Os jovens soldados do serviço militar são vistos apenas nas horas em que saem de folga.

A presença das tropas norte-americanas no Golfo não causa mais nenhuma sensação, nem impressiona a população. O povo parece ter outras preocupações. Os retratos de Khomeini pontificam em todos os lugares: nas praças, nas ruas, nas fachadas das mesquitas, nas repartições públicas, no *hall* dos hotéis, nos restaurantes, etc... Entretanto, estas fotos já se misturam às do aiatolá Ali Khamenei (atual líder espiritual da revolução) e às do novo presidente, Ali Rafsandjani.

A separação de sexos continua rígida durante a oração de sexta-feira na Universidade de Teerã, porém, fora dali, tudo parece ter mudado. Isso se pode sentir, por exemplo, nos barzinhos, casas de chá e restaurantes.

Nos locais públicos há muito movimento, um grande número de mulheres, algumas acompanhadas dos pais, irmãos ou maridos, outras sozinhas, certamente mais liberadas. Embora escondidas ou mais à vontade em seus *hedjabs* (vestimenta islâmica), a maioria das mulheres se exhibe, fuma ou discute em público, sem medo.

Parece que a tolerância está na moda em Teerã. Mesmo as gravatas antes rigorosamente proibidas estão expostas nas principais vitrines das lojas do centro, onde todos podem comprá-las, embora sejam poucos os que as usem.

Em Beheshti-Zahra (o cemitério dos mártires), a 20 quilômetros de Teerã, na estrada que liga a capital à cidade santa de Qom, o ambiente é totalmente diferente. Aqui nada parece ter mudado. Num raio de um quilômetro em volta do novo mausoléu, construído em tempo recorde em homenagem ao falecido imã Khomeini, permanece o clima inicial da revolução.

A multidão barulhenta e ondulante dos *mostazafin* (os "deserdados") de sempre, continuam, sem cessar, a chorar a morte de seu líder. As mesmas barbas, as mesmas camisas negras, os mesmos *chador* e os mesmos slogans de sempre. Tudo aqui se passa como no dia do primeiro dis-

curso de Khomeini, após o retorno do exílio em 1979. Os fiéis ao imã, noite e dia, permanecem em seu túmulo para lhe render homenagem e manifestar seu pesar. Para eles, o imã Khomeini ainda está vivo, a revolução continua.

Mas fora daí, se nota que as pressões e coações, internas ou externas, impostas ao Irã nos últimos dez anos, parecem ter cansado uma boa parte da opinião pública do país. Desde a morte de Khomeini, o regime percebeu essa situação e tenta, de certa forma, afrouxar as imposições inúteis.

É neste contexto que se deve entender a eleição do novo presidente da República, Ali Akbar Hashemi Rafsandjani, as surpreendentes medidas adotadas pelo seu governo e suas declarações públicas desconcertantes.

Por que Rafsandjani?— Considerado o mais pró-ocidental dos dirigentes iranianos, Rafsandjani é, na realidade, um dos raros políticos do regime capaz de "navegar" em qualquer tempestade, de se conduzir nos meandros perigosos da vida política e econômica do país e de se mover com destreza nas águas agitadas e perigosas das relações internacionais atuais. Estas mesmas "águas" que o Irã, direta ou indiretamente, ajudou a conturbar nesta última década.

Apesar de todas as suposições feitas

até agora sobre a posição do novo presidente, Rafsandjani não se mostra nem moderado nem liberal. Partidário da revolução e homem de confiança do imã Khomeini desde a época do *medresseh* (seminário canônico) Faizich de Qom (1956), Ali Akbar Hashemi Bahremani (seu nome verdadeiro) nunca mudou de posição: sempre foi um "khomeinista" convicto, porém não se exprime em público com o jargão xifta radical de antes.

Nas relações internacionais embora sempre tenha rejeitado os compromissos políticos com Washington e Moscou o lema de Rafsandjani continua sendo "se não consegue vencer teus inimigos, junte-se a eles". Uma atitude que desde o passado caracterizou a estratégia do atual presidente junto à estrutura do regime iraniano, motivo pelo qual aparecia, aos olhos dos observadores políticos ocidentais, como um pragmático de grande envergadura.

Na verdade, a linha política seguida por este *hojatoleslâ* imberbe e risonho, com os olhos cheios de malícia e usando um turbante branco colocado "ao contrário", nunca se afastou dos preceitos de Khomeini, procurando aplicá-los ao pé da letra. A novidade é sua linguagem, apropriada à sua presença de espírito e ao caráter delicado e versátil. Essas qualidades lhe permitiram cavalgar com facilidade o tigre da revolução iraniana, sem se deixar devorar por ele ou ser presa de uma inevitável reação militar ocidental.

Rafsandjani é o homem que o Irã precisava para tirá-lo do impasse atual. Rafsandjani parece ter convencido os radicais do regime de que não seria interessante para nenhum deles rediscutir o *statu quo*. E menos ainda, desequilibrar ainda mais as relações negativas instauradas nas diferentes facções da revolução iraniana no interior do aparelho de Estado.

Ele parece ter conseguido dissuadir aqueles que, dentro da hierarquia religiosa, achavam que o papel do novo presidente seria "manter os princípios da Revolução, obedecendo-os sem concessões".

Apesar da posição tomada por 136 parlamentares de um total de 270 a favor da permanência no governo do seu adversário, o *hojatoleslâ* Ali Akbar Motashemi, Rafsandjani não hesitou em dispensar os serviços do ex-ministro do Interior, que controla tropas e é um dos pilares da linha dura revolucionária, substituindo-o por um moderado menos conhecido: Abdollah Nouri, líder da Revolução Islâmica. Na mesma ocasião, foram "dispensados" o ex-primeiro-ministro, Mir Hossein Moussaoin e o ex-ministro das Informações, Mohamed Rey-Shari. Ambos radicais, e a seu ver, por demais intransigentes.

O presidente aventou a hipótese da volta "dos iranianos exilados", conquanto "não sejam traidores" (uma clara alusão aos *Moujahedines Khalq*, de Marroud Radjavi, que durante a guerra do Golfo combateram a favor do Iraque).

Espera-se que ele possa agir e decretar as medidas necessárias para que o país retome a produção industrial e agrícola e seja reconstruído após oito anos de guerra.

No tocante à educação, há esperanças de que o presidente dê um novo papel às universidades, abrindo perspectivas aos talentos que até agora permaneceram fora de seus portões. Também se esperam medidas que gerem fontes de emprego para acabar com a fome de milhões de *mostazafins* (deserdados) que acreditaram nas palavras de ordem de Khomeini e permitiram, até agora, o triunfo da revolução.

Se Rafsandjani e seus "jovens barbudos" não conseguirem tirar o país da atual situação, a "primavera iraniana" que observamos em Teerã, durará pouco. Os representantes de uma revolução fanática e sem esperança e os "mandarins" de um Islã medieval e retrógrado retomariam suas posições. E isso seria terrível. ●

Alberto B. Mariantoni



Apesar de uma certa liberalização dos costumes, a maioria das mulheres continua usando o tradicional "chador"

Rumo a uma nova guerra?

Pela primeira vez desde o começo dos anos 70, o conflito de Cachemira pode desembocar em uma guerra aberta entre o Paquistão e a Índia

O crescimento do movimento separatista nos estados indianos de Jammu e Cachemira reativou o conflito latente desde 1947, quando o Paquistão proclamou sua independência da Índia¹. Pela primeira vez, o movimento pró-independência da província de Cachemira – lançado originariamente por grupos terroristas treinados e armados pelo exército paquistanês – assumiu um caráter popular.

A crescente tensão forçou a Índia a utilizar o exército, que recebeu ordens estritas de atirar diante de qualquer violação do toque de recolher nas cidades do vale de Cachemira. Violentos choques entre manifestantes separatistas e tropas indianas provocaram a morte de 150 pessoas em janeiro e fevereiro passados.

O fato, que ameaça transformar este conflito em uma guerra aberta em todo o subcontinente, significa o virtual fracasso de um acordo assinado em Simia, em 1972, entre o então primeiro-ministro paquistanês, Zulfikar Ali Bhutto, e a dirigente indiana Indira Gandhi. Naquela ocasião, ambas as partes assumiram o compromisso de solucionar por meios pacíficos o conflito e descartaram de comum acordo o uso da força.

Antes de 1972, a Índia e o Paquistão se enfrentaram em três guerras, duas das quais provocadas pela disputa em torno de Cachemira. A terceira – e mais perigosa – foi travada em 1971 pelo controle da região leste do Paquistão. Essa guerra terminou dando origem a uma nova nação: o Estado de Bangladesh.

Naquela ocasião, os Estados Unidos apoiaram o Paquistão e a União Soviética, a Índia, motivo pelo qual se criou o temor

e a ameaça de que o conflito se transformasse em uma guerra de proporções mundiais. Os Estados Unidos deslocaram sua VII Frota para a baía de Bengala e a URSS advertiu que ia adotar represálias se os norte-americanos intervissem.

Restaurar a calma – Desta vez, o cenário internacional é completamente diferente. Os Estados Unidos e a União Soviética pediram ao Paquistão que não abandone o acordo de Simia e nas primeiras semanas de abril, diante do aumento crescente na tensão, Margaret Tutwiler, porta-voz do Departamento de Estado, declarou que Washington lamenta a violência em Cachemira e fez um apelo para que as partes em conflito "tomem medidas urgentes que restaurem a calma e a segurança e permitam o diálogo político".

O governo norte-americano mantém desde então contatos do mais alto nível com ambos os governos para evitar um agravamento da crise. O assassinato de um refém pelos separatistas, quando o governo se negou a libertar três dirigentes presos, piorou o estado de tensão na fronteira entre a Índia e o Paquistão e motivou o pedido de alerta máximo do governo indiano a todas as

suas tropas.

O presidente francês François Mitterrand reiterou o apoio do seu país ao acordo de Simia por ocasião de sua visita a Islamabad, no mês de fevereiro. Inclusive os países islâmicos, com a exceção do Irã, mostraram pouco entusiasmo pelos enfáticos apelos do Paquistão para que apoiem os muçulmanos de Cachemira que lutam pela sua independência.

As relações entre Paquistão e Irã, por sua vez, revelaram uma crescente aliança militar e política entre os dois países muçulmanos vizinhos. Do ponto de vista de Islamabad, seus laços com Teerã se baseiam em uma estreita afinidade ideológica. Há pouco tempo, em uma visita à capital iraniana, o chefe do estado-maior do exército paquistanês, general Miraza Aslam Beg, exaltou as relações entre ambos os países.

A simples aceitação de um governo muçulmano liderado por uma mulher indiana, por outro lado, que o regime de Teerã – extremamente ortodoxo em relação a este tema – valoriza muito sua aliança com o Paquistão.

Isso ficou claro durante a visita que a primeira-ministra Benazir Bhutto fez ao Irã, em meados de maio, ao dar início a um giro por países islâmicos em busca de apoio à posição do seu país nesse conflito. Dois dias depois, Bhutto viajou à Arábia Saudita para uma peregrinação às cidades sagradas muçulmanas de Meca e Medina.

A China, por sua vez – um velho aliado



Protesto no Paquistão contra o governo indiano

de Islamabad de longa data – se pronunciou nesta crise a favor do Paquistão, mas com muita reserva. O ministro chinês das Relações Exteriores, Qian Qichen, descreveu a disputa de Cachemira como “um problema herdado da história”.

Debilidade dos dois governos – Apesar do apoio dos Estados Unidos e da União Soviética ao Tratado de Simia, o fracasso do acordo se deve, fundamentalmente, à debilidade dos governos da Índia e Paquistão. A primeira-ministra Benazir Bhutto está politicamente imobilizada pela oposição no Parlamento e dos generais de alto escalão e membros dos serviços de informação. Todos eles apóiam decididamente a ala fundamentalista do movimento de resistência cachemira.

Benazir enfrenta também os membros da Assembléia Nacional (o Parlamento paquistanês) seguidores do ex-presidente Zia ul-Haq, cuja palavra de ordem tem sido “Salvem os Cachemira da hegemonia indiana”.

O Paquistão está situado entre a Índia e o Afeganistão e suas relações com o vizinho ocidental tampouco são muito boas. Os militares paquistaneses nunca esconderam seu apoio aos *mujahedines* que respaldaram Shannawas Tanai, general rebelde da força aérea que comandou uma frustrada tentativa de golpe de estado no Afeganistão. Tanai vive agora em Islamabad.

Na Índia, a situação do governo é igualmente precária. Eleito recentemente pela coalizão Frente Nacional, o primeiro-ministro V. P. Singh lidera um governo sem coerência, apoiado pela organização Bharatiya Janata Party (BJP), de direita, e pelos seus opositores ideológicos, a Frente de Esquerda, dirigida por marxistas.

O BJP exige a revogação do artigo 370 da Constituição da Índia, que concede a Cachemira um status especial de autonomia, por se tratar do único estado com maioria de religião islâmica.

Os marxistas, por sua vez, querem aumentar a autonomia de Cachemira, cedendo em algumas das reivindicações do movimento separatista.

Fora de controle – As forças separatistas levaram ao máximo a tensão política com o sequestro da filha do ministro do Interior da Índia, Mufti Mohammad Syed, que é natural de Cachemira. O governo de Singh concordou com as exigências dos sequestradores e pôs em liberdade cinco dirigentes separatistas, em troca da devolução da menina sã e salva.

Outro flagrante sinal da debilidade do governo de V. P. Singh foi a desastrosa nomeação de um governador, ques-

Benazir e V.P. Singh: em busca de apoio internacional à posição de seus governos



tionado na província de Cachemira, para exercer a autoridade de Nova Déli na conflituosa região. Em resposta, Faruq Abdullah (filho do herói nacional de Cachemira, xeque Abdullah, um antigo militante do Partido do Congresso Indiano) renunciou a seu cargo de ministro do governo de coalizão de Cachemira, no qual o Partido tem maioria.

Esta coalizão, embora seja considerada corrupta e impopular, conta com o apoio de muçulmanos leigos que defendem a permanência do estado de Cachemira na federação indiana. Depois do incidente com o governador designado por Nova Déli, as vozes desses moderados foram neutralizadas pelo crescente clamor dos separatistas que seguem Manullah Kahn, líder da Frente de Libertação de Cachemira, apoiada dis-



cretamente pelo Paquistão e Estados Unidos.

Há alguns anos, a Índia levou o conflito de Cachemira às Nações Unidas e obteve como resposta a formação de uma comissão da ONU para a Índia e o Paquistão, que decretou um cessar-fogo, a retirada de todas as tropas paquistanesas e a realização de um plebiscito para consultar a vontade do povo de Cachemira. O Paquistão não retirou suas tropas e a Índia se nega a convocar um plebiscito. Porém, o novo governador de Cachemira se declarou disposto a convocar eleições no estado.

Apesar dos protestos indianos, o Paquistão chegou a formar governos separados no território que ocupa dentro da província em disputa.

Ambos os Estados (Índia e Paquistão) podem ser potências nucleares. Isso faz com que a mera possibilidade de que a crise de Cachemira desemboque em um conflito militar se transforme numa fonte de preocupação em toda a Ásia central.

No ano passado, o então primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi e Benazir Bhutto deram início a um processo de normalização de relações e reafirmaram a validade do Tratado de Simia. Mas agora parece que essa política de boa vizinhança fracassou e o problema separatista está fora do controle dos respectivos governos. ●

¹Índia e Paquistão já foram duas vezes à guerra pelo território de Cachemira, que atualmente se encontra repartido entre ambos os países.

O Terceiro Mundo na mira

O alívio da tensão militar nas relações Leste-Oeste pode levar a indústria bélica a escolher o Terceiro Mundo como um mercado primordial para colocar seus excedentes de guerra

Pablo Piacentini

As superpotências se encaminham para a distensão e põem um freio na corrida armamentista. Existe uma perspectiva de paz e, como efeito imediato, a indústria da guerra se vê em crise. Busca mercados alternativos para suas armas e coloca sua mira no Sul. Assim, um novo perigo ronda o Terceiro Mundo.

Está em jogo uma monumental conversão e diversificação na indústria de guerra e no comércio de armas. Se no passado os fabricantes se valeram do suborno e toda sorte de recursos ilícitos quando seus interesses não estavam ameaçados e se tratava somente de conquistar novos mercados e aumentar seus lucros, agora enfrentam uma retração da demanda que, em alguns casos, pode causar quebras e, outros, a redução das empresas.

Por isso, é de se esperar que façam de tudo para conquistar, especialmente no Sul, mercados que compensem os perdidos no Norte. Não conhecemos ainda detalhes sobre a ofensiva dos comerciantes da guerra no Terceiro Mundo, mas se sabe que buscam adaptar-se à retração por dois caminhos principais:

1) a diversificação de suas atividades: as grandes empresas norte-americanas já começaram a adquirir ações e empresas em ramos não-militares. Se somente se tratasse disso, não haveria motivos de alarme;

2) estão lançando ou projetando uma ofensiva sobre os mercados externos. Também isso se nota especialmente nos Estados Unidos, mas é evidente que a concorrência se estenderá às principais indústrias de todo o mundo.

Armamentismo versus perestroika – Para compreender este processo e suas projeções, é preciso distinguir duas etapas. A primeira fase foi inaugurada pelo governo de Ronald Reagan, que apertou o acelerador do armamentismo de forma inusitada. O objetivo era alcançar uma

presidente Mikhail Gorbachev lança audaciosas propostas para frear a corrida armamentista. Nesta etapa, os Estados Unidos mantêm um orçamento militar gigantesco, mas sem aumentos anuais consideráveis. Isso e as novas perspectivas abertas pelas negociações Estados Unidos-União Soviética, já desde então inquietam os fabricantes e comerciantes.

Este processo se desenvolve com tal velocidade que escapa a qualquer previsão, desde meados de 1989. Já no final do ano passado, estava claro que tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos chegariam a um acordo para uma redução significativa de seus aparatos bélicos no cenário europeu, com o consequente corte nas verbas militares.

Moscou tomou à frente na redução de seu orçamento militar cujo peso econômico estava insuportável e Washington os imitou, ainda que em menor grau. Assim, o próximo orçamento norte-americano (que valerá para o ano fiscal que começa em 1º de outubro de 1990) sofrerá um corte de 2,5% em termos reais.

Os cortes continuarão nos próximos anos e, devido à profundidade e extensão das transformações políticas na Europa Oriental, poderão ir ainda mais longe do que hoje está se negociando. A isto se acrescentou, no início deste ano, outro fator não-previsto. Até esse momento, se tinha como certo que a Otan manteria na



A indústria bélica se volta para o Terceiro Mundo

supremacia total e esmagadora frente à União Soviética. O aumento vertiginoso da demanda controlada pelo Pentágono se prolongou por vários anos e, em consequência, a indústria militar se expandiu notavelmente.

Na segunda fase, temos, por um lado, os Estados Unidos superarmados, enquanto na URSS começa a *perestroika* e o



Guerra Irã-Iraque: grande negócio para os fabricantes de armas

Europa, apesar das mudanças políticas no Leste, uma presença conjunta que não seria muito inferior à atual.

Quer dizer, ainda que se negociasse uma certa redução global das tropas e dos armamentos convencionais e estratégicos, se supunha que a Otan não deixaria de aspirar à supremacia militar e que a retirada norte-americana do velho continente seria compensada por uma maior presença dos próprios países da Europa Ocidental nesse cenário.

Consequentemente, enquanto os Estados Unidos, às voltas com o seu enorme déficit fiscal, aproveitariam a distensão Leste-Oeste para diminuir seus gastos de guerra, os europeus deveriam preencher o vazio (ou parte) deixado pela superpotência. Isto aumentaria os gastos militares da Europa Ocidental e, portanto, a queda total da demanda de produtos de guerra não seria na realidade tão grande como poderia parecer, se levássemos em conta só a redução no orçamento militar norte-americano.

A Europa não quer guerra – Mas, essa possibilidade começa a se dissipar. No começo deste ano, belgas e holandeses se posicionaram a favor da retirada de suas próprias tropas da Alemanha Federal e de cortes em seus gastos militares. Com isso, a proposta de uma redução substancial da presença militar na Europa foi lançada na Otan através de dois de seus membros europeus.

Ao mesmo tempo, as forças progres-

sistas e pacifistas da Europa Ocidental pressionam e se mobilizam com o mesmo objetivo.

Também as mudanças na Europa Oriental e o processo de unificação alemã concorrem objetivamente para deixar claro o anacronismo e a inutilidade de um monstruoso aparato militar. E como quase todos os atores desta comédia militar sofrem grandes déficits fiscais, o fator econômico vai pesar muito na redução da corrida armamentista. Há, portanto, uma nítida tendência à redução geral dos gastos militares em todo o Norte do planeta.

Como já vimos, esses cortes começaram na União Soviética e demais membros do Pacto de Varsóvia. Logo a seguir, a superpotência norte-americana

se viu obrigada a adotar a mesma atitude e agora o processo se estende a toda a Europa Ocidental.

O Japão, por sua parte, ainda que só na teoria, tenha respeitado a meta de não comprometer com os gastos militares mais de um por cento de seu Produto Nacional Bruto (algumas despesas de interesse militar figuram no orçamento de áreas civis), sem dúvida tem mantido desde o fim da última guerra até hoje uma verba militar reduzida. Não há motivos para que agora se lance a uma solitária corrida armamentista por duas razões básicas: do ponto de vista econômico, porque sua expansão tem sido favorecida, precisamente, pelos escassos gastos bélicos; no plano político, devido ao auge do Partido Socialista.

Armas para o Sul – A situação no Terceiro Mundo é outra. Ali, em geral, não se verificaram as condições que estão motivando uma mudança de tendência no Norte, onde a corrida armamentista foi produto da rivalidade entre ideologias e sistemas, entre capitalismo e comunismo.

A *perestroika* na União Soviética e, mais ainda, o abandono das bandeiras comunistas na Europa Oriental, estão fazendo desaparecer as fronteiras ideológicas, dissolvendo o conflito Leste-Oeste e tirando a razão de ser do armamentismo.



Otan: pressionada a reduzir sua presença militar na Europa Ocidental

Mas, as mudanças políticas que sacodem a Europa Oriental têm repercutido pouco, pelo menos até hoje, nos países do Sul. Vejam como exemplo a China, Coréia do Norte, Vietnã e Cuba.

Além do mais, a maior parte dos conflitos que impulsionam o armamentismo no Sul não tem origem em rivalidades ideológicas. Trata-se de problemas de fronteira ou de reivindicações territoriais, que têm suas raízes em guerras do passado, em lutas econômicas ou por liderança regional e em disputas religiosas. Isto vale para o conflitivo triângulo China-Índia-Paquistão, o quadrângulo Chile-Peru-Bolívia-Ecuador, o confronto Irã-Iraque e tantos outros.

As condições que o Terceiro Mundo apresenta poderiam, portanto, criar um trágico paradoxo: enquanto os ricos e poderosos se livram de uma parte de seus gastos militares para tornarem-se mais ricos e mais poderosos, os países pobres, subdesenvolvidos e endividados, não avançam na mesma direção. E como agravante potencial está o perigo de que os comerciantes da guerra consigam que, em alguns países e regiões, este deplorável fenômeno se acentue.

Uma atitude responsável – Este processo dependerá, por um lado, da consciência que se crie nos países subdesenvolvidos, os quais, pelo menos nesta ocasião, deveriam seguir o exemplo do Norte e reduzir ao máximo os gastos militares.

Por outro lado, é preciso esperar para ver se os governos do Norte adotarão uma atitude responsável e tratarão de conter seus fabricantes e comerciantes de armas, ou ao contrário, os respaldarão. Não é um assunto

que diga respeito somente aos Estados Unidos. As fábricas de armamento européias também sofrerão as consequências da crise, já que uma parte de sua produção era vendida nos Estados Unidos e agora deverão enfrentar em seus



Gorbachev tomou a dianteira na redução de tropas na Europa Oriental

próprios países a acentuada concorrência norte-americana. O mesmo vale para as fábricas japonesas.

E quanto à União Soviética, precisamente a indústria militar é seu ramo industrial mais eficiente e se sabe que sua projetada conversão para oferecer empregos civis é difícil de realizar. A essa concorrência desenfreada se somarão as empresas que fabricam armas no Terceiro Mundo, que não são poucas. Em alguns países como o Brasil e a Índia, se trata de grandes empresas exportadoras, que estão presentes em praças internacionais.

Os indícios levam a supor que os comerciantes da guerra não se limitarão aos métodos convencionais do passado, incluindo o suborno a políticos e militares, embora se dê como certo que essas práticas redobrarão.

É provável também que procurem persuadir seus governos com argumentos tão comovedores como a necessidade de impedir que algumas centenas de operários percam seus empregos para que os autorizem a vender a alguns países do Terceiro Mundo armamentos até agora vedados por sua complexidade tecnológica. Ou que se permita a constituição de empresas mistas para a fabricação de armas, com transferência de tecnologias avançadas. Ou ainda que consigam créditos e facilidades dos governos para tornar mais sedutoras e aceitáveis suas próprias linhas de crédito.

Já está começando a se delinear a ameaçadora perspectiva de que os países do Terceiro Mundo sejam submetidos a uma sinistra campanha pródiga em tentações e artimanhas, para absorver o armamento excedente do Norte e aumentar seus já gravíssimos problemas. ●

Ataque frontal ou fracasso

A Unctad faz um apelo no sentido de que o problema da dívida do Terceiro Mundo seja atacado pela raiz para que esses países possam sair da crise

*Chakravarthi Raghavan**

A crise econômica que afeta atualmente grande parte do Terceiro Mundo só pode ser resolvida mediante um ataque frontal ao problema da dívida e através de um consenso a nível nacional sobre a distribuição da renda. Esta é a conclusão da Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações

volvimento da Unctad. Em 1988, esse organismo havia defendido uma redução da dívida de pelo menos 30%, como forma de promover o crescimento e desenvolvimento no Terceiro Mundo.

Segundo o secretário geral da Unctad, Kenneth Dadzie, não existe um remédio que se possa importar para resolver as dificuldades econômicas dos países subdesenvolvidos. "Cada sociedade

Muitos países do Terceiro Mundo, baseando-se no assessoramento de governos credores e instituições financeiras, têm adotado diversas políticas para estabilizar suas economias e promover o desenvolvimento, mas sem nenhum êxito. Segundo a Unctad, as medidas adotadas até agora são inadequadas. A solução está em atacar o problema da dívida e enfrentar prioritariamente a questão da distribuição da renda, buscando o crescimento sem esperar conseguir primeiro a estabilidade.

Recursos insuficientes - O boletim ressalta que os 30 bilhões de dólares de que potencialmente dispõem o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o governo do Japão para aliviar a carga da dívida do Terceiro Mundo não são suficientes, já que os bancos reduziram a disponibilidade de créditos e seria sumamente difícil obter novos empréstimos bancários.

Segundo os cálculos da Unctad, se se fizesse uso dos fundos que dispõe atualmente para a redução da dívida, o pagamento de juros dos países mais endividados diminuiria em cerca de 15% e o principal menos de 20%, quando é imprescindível uma redução de pelo menos o dobro dessas cifras. Os governos dos países devedores, disse a Unctad, têm que pressionar mais os bancos credores para assegurar a redução da dívida e de seu serviço a níveis adequados.

As exigências que as instituições financeiras fazem quando se implementam programas de ajuste condição dos programas de ajuste também necessitam ser adap-

tadas. A Unctad teme que se se fixa a estabilidade econômica como condição para a redução da dívida, o acesso a novos recursos ficará limitado.

O boletim também assinala a crescente incoerência entre as políticas comerciais dos países industrializados e



O Terceiro Mundo saiu mais empobrecido da década de 80 (acima, Argentina)

Unidas (Unctad) em seu Boletim 1989.

A estratégia atual sobre a dívida indica "uma mudança na percepção e enfoque, mas em termos de execução não se nota uma mudança real, que ainda estamos esperando", disse Roger Lawrence, diretor da Divisão de Moeda, Finanças e Desen-

acrescenta deve encontrar sua própria via para o crescimento e desenvolvimento. Os assessores estrangeiros devem adaptar suas receitas às realidades nacionais específicas e às necessidades e objetivos definidos através de um consenso social a nível nacional".

do Terceiro Mundo. Enquanto estes últimos adotam cada vez mais a liberalização e a priorização das exportações, aqueles estão se encaminhando para o protecionismo.

Este protecionismo implica que os países do Terceiro Mundo que só recentemente ingressaram nos mercados internacionais, especialmente no setor de manufaturados, terão mais dificuldades para colocar seus produtos.

As nações industrializadas devem, portanto, resistir às pressões protecionistas e eliminar as barreiras às exportações do Terceiro Mundo, de acordo com o seu declarado apoio às estratégias de desenvolvimento orientadas à exportação. A Unctad assinala que os países mais pobres que aplicaram programas de ajuste na década de 80 não estão agora em melhores condições econômicas e sociais que no começo da década.

Entre as principais razões, sugere a Unctad, estão sua visão excessivamente "curta" que descuidou as necessidades de desenvolvimento a longo prazo, um apoio financeiro externo inadequado, os resultados insuficientes de tais programas na área das exportações, e o adverso impacto social, sobretudo nos grupos mais vulneráveis da sociedade.

Em sua análise, o secretário geral da Unctad adverte que o fato da produção e



O peso da dívida recai fundamentalmente sobre as classes menos favorecidas

do comércio global terem crescido aceleradamente em 1988 (e continuarem crescendo, ainda que a um ritmo menor) e de que a economia internacional goze de aparente saúde, são indicadores enganosos.

Esforços frustrados – "Algumas regiões do planeta gozaram durante anos de uma situação de prosperidade econômica. Em compensação, outras têm estado submersas constantemente na depressão econômica e na desordem", disse.

Dadzie atribui esta desordem à crise da dívida externa, à inflação vertiginosa, grandes déficits orçamentários, excessiva emissão de dinheiro, crescente endividamento interno, altas taxas de juro real, fuga de capitais e contínua desvalorização cambial.

Tudo isso combinado com a estagnação, frustra os esforços por aumentar os investimentos, reformar a política comercial e incrementar as exportações. Também acirra os conflitos sociais e gera instabilidade política.

"Depressão econômica, desordem e endividamento formam um círculo vicioso. Rompê-lo exige maior solidariedade dentro de cada país e entre eles. Os grupos sociais

devem chegar a um acordo sobre como repartir as cargas e os frutos do ajuste, e os credores estrangeiros devem aliviar o peso da dívida, que impede o desenvolvimento", afirma o especialista.

Por sua vez, as perspectivas para um consenso social dependem, em grande parte, de que a dívida seja aliviada.

Os sete anos de crise da dívida, enfatiza o boletim da Unctad, causaram sérios danos tanto à base produtiva como ao sistema financeiro dos países em desenvolvimento. Este dano não se pode reparar da noite para o dia.

Os especialistas da Unctad estão convencidos de que, sem um pacote de medidas na política externa que inclua uma redução adequada e oportuna da dívida, ingressos de capital e eliminação de barreiras às exportações, os esforços destes países para sair dos problemas que os afetam fracassarão.

O boletim indica que os programas de ajuste que visam a equilibrar os pagamentos externos a curto prazo têm efeitos nefastos sobre o orçamento fiscal e a inflação, agravam as tensões sócio-políticas internas e ameaçam a estabilidade que justamente se busca. Existe, por outro lado, a necessidade de reconciliar os distintos interesses da sociedade. Caso contrário, os programas de estabilização fracassarão. ●

* Chakravarthi Raghavan é editor chefe do SUNS (Serviço Especial das Nações Unidas), um boletim da ONU, e representante em Genebra da "Rede do Terceiro Mundo".



Matérias-primas: em permanente desvalorização



Invasão do Panamá: a primeira baixa dos EUA foi um soldado de origem latina

Falando claro

O aumento das operações policiais e de ação psicológica do Pentágono na América Latina exige uma presença cada vez maior de militares com conhecimento da língua espanhola nas forças armadas norte-americanas

*Joel Simon**

Na noite do dia 20 de dezembro passado, Alejandro Manrique, um especialista peruano em operações anti-invasões, caiu crivado por balas de metralhadora na pista principal do Aeroporto Internacional Omar Torrijos, no Panamá.

Manrique havia se lançado de pára-quedas como integrante das forças norte-americanas que invadiram o país. Com apenas cinco anos de residência nos Estados Unidos, se transformou em uma vítima antes mesmo de haver conseguido a cidadania norte-americana.

O jovem peruano foi um dos três soldados norte-americanos com nome espanhol que morreram no Panamá, de um total de 23 baixas. Ou seja, 13%. Essa cifra mostra a crescente presença de soldados de origem hispânica nas forças

armadas dos Estados Unidos. Alvos de uma agressiva campanha de recrutamento que elevou o percentual de latinos no exército de 3,3%, em 1980, a 4,3%, em 1989, de acordo com o Centro de Computação para o Pessoal de Defesa, os soldados de origem hispânica são vistos agora como peças-chaves das operações que se realizam na América Latina, devido a sua condição de bilíngues e a sua familiaridade com a cultura hispânica.

Em 1981, o general Maxwell Thurman, então segundo comandante-em-chefe do exército, recomendou que se

começasse a estudar a possibilidade de recrutar pessoas de origem latina. Thurman é atualmente chefe do Comando Sul do exército norte-americano no Panamá.

Frente às mudanças demográficas que indicam uma diminuição na quantidade de jovens brancos disponíveis, o exército decidiu abrir seus quadros a outros grupos da população. Nessa estratégia, o recrutamento de jovens de origem latina se converteu rapidamente em um objetivo primordial.

Campanha bilíngue – "De certa forma, o jovem ideal é o que provém dos lugares menos favorecidos", afirmou um especialista em recrutamento de pessoal militar da Rand Corporation, de Santa Mônica, Califórnia. "O exército – explica – quer jovens são e inteligentes. Aos rapazes que não têm condições de estudar em bons colégios, mas aspiram ascender socialmente, o exército lhes oferece oportunidades de educação que não encontram em outro lugar".

Com o objetivo de aumentar o recrutamento de latinos, em 1987 as forças armadas norte-americanas iniciaram uma campanha bilíngue nacional, que enfatizava as oportunidades de educação que oferecia. E os imigrantes recentes são tentados pelos militares com a vantagem adicional de demonstrar seu apego ao país de opção ingressando nas fileiras do

Os pais de Alejandro Manrique, no seu enterro





Depois da luta para entrar nos Estados Unidos clandestinamente (esquerda), vem a dura realidade da vida de imigrante

exército e, ao mesmo tempo, acelerar o trâmite de naturalização. O resultado dessa campanha tem sido casos como o de Manrique.

A segurança do "quintal" – Há uma segunda vantagem no aumento da presença de latinos no exército norte-americano. As mudanças na Europa Oriental levaram à redução nas tensões Este-Oeste e fizeram com que o conflito se deslocasse na direção Norte-Sul.

Segundo a opinião de Michael Klare, um especialista em segurança nacional da Universidade de Hampshire, em Massachusetts, a ênfase principal da política militar norte-americana, na próxima década, estará dirigida a controlar forças hostis no Terceiro Mundo. A "operação" realizada no Panamá é o protótipo do que eles consideram o novo "conflito de baixa intensidade".

Um boletim publicado em 1986 por um programa do exército, denominado "Desafio Latino-americano/Soldados de origem hispânica", revela que os militares pensam que a condição de bilingue representará uma vantagem adicional no recrutamento para as operações em conflitos de baixa intensidade na América Latina.

Num artigo publicado em 1988 pelo National Catholic Reporter, Juan Avila

revelou que havia um grande número de soldados de origem latino-americana que estava participando nas operações clandestinas e de informação na América Central.

A presença cada vez mais intensa das forças armadas dos Estados Unidos na luta contra as drogas na Bolívia, Peru e Colômbia, seu potencial sempre presente na Nicarágua e Cuba, assim como uma provável ingerência a mais longo prazo na política interna do Panamá, deram ao idioma castelhano uma inusitada importância militar.



Prova de inglês num centro de imigração

"Em nossa unidade, subestimamos o problema e nos confiamos em uns poucos soldados que falavam espanhol", declarou um oficial que participou na invasão ao Panamá e pediu que seu nome não fosse revelado. "Quando já estávamos no terreno – disse –, descobrimos que o castelhano que os nossos homens falavam era ininteligível para os panamenhos".

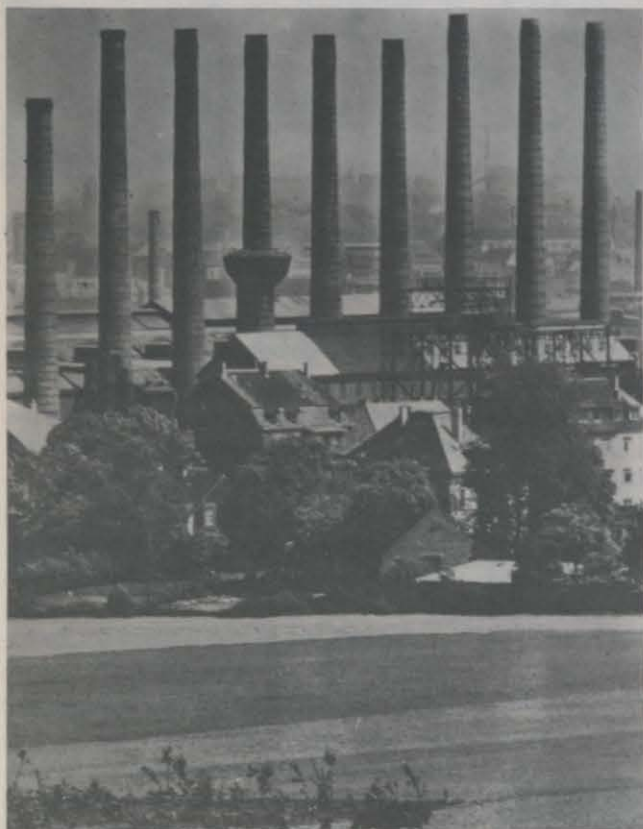
Embora não se conhecesse o número exato de efetivos norte-americanos de origem latina baseados no Panamá, um porta-voz do Comando Sul afirmou que "uma quantidade substancial" de tropas bilingues estava sendo utilizada no Panamá e que os soldados norte-americanos que falavam castelhano eram enviados para a América Latina.

Durante a invasão, considerações táticas e de poder de fogo rapidamente aconselharam a realização de operações policiais e de ação psicológica nas quais o uso do castelhano era essencial. Segundo o major David Super, porta-voz do Departamento de Defesa, "um entendimento sólido do idioma e da cultura constituem elementos fundamentais em toda a operação militar. Nossos dirigentes começam a reconhecer essa verdade e a vêem como um objetivo possível de ser alcançado". ●

* Pacific News Service (PNS)

Os mitos do desenvolvimento

De uma perspectiva terceiro-mundista, a crise do efeito estufa é provocada pelo sistema de produção dos países industrializados e por uma indústria e agricultura ineficientes, nos países subdesenvolvidos, do ponto de vista do consumo de energia



Indústrias: principais responsáveis pelo efeito estufa

Vandana Shiva*

Quando, em meados de 1988, várias cidades dos Estados Unidos registraram temperaturas acima dos 37,7°C, os problemas da seca e das altas temperaturas deixaram de ser considerados meros "acontecimentos alheios", próprios do Terceiro Mundo. A partir de então, as mudanças climáticas se tornaram um "problema global".

As milhares de vítimas da fome na África subsaariana não foram suficientes para mobilizar os governos e organismos oficiais do Norte a dar uma resposta e en-

carar a desertificação e a seca como um problema global do meio ambiente. As mobilizações para o combate da fome ficaram restritas à iniciativa privada de grupos como "Live Aid for Africa", que se incumbiram de coletar fundos de ajuda para os flagelados.

Os milhares de mortos em dezenas de países não tinham sido suficientes para tornar a tragédia um assunto mundial porque o cenário era o Terceiro Mundo. Nessa medida, o problema era "local".

Mas quando os termômetros dos Estados Unidos registraram alguns graus a mais, então as mudanças climáticas

se converteram em um problema "global" para os governos do Norte industrializado e toda a comunidade científica foi mobilizada imediatamente.

A falta de comprovação científica, usada como desculpa para o desinteresse em relação aos problemas candentes do Terceiro Mundo, repentinamente deixou de ser motivo de impedimento para tomar decisões, porque agora também o Norte privilegiado está afetado.

A tendência da opinião pública do Norte que tornou possível que o efeito estufa e o buraco da camada de ozônio adquirissem repentinamente tal

importância, continuou presente no discurso sobre a crise global do clima. A identificação de problemas e soluções está influenciada por tal tendência.

Mas é a atividade industrial, fundamentalmente do Norte, que nas últimas décadas tem ameaçado a atmosfera terrestre. O contínuo lançamento de resíduos gasosos como o anidrido carbônico, clorofluorcarbonos, metano e óxido nítrico, substâncias que retêm calor é o que tem provocado o efeito estufa.

Responsabilidade desigual – Embora o Norte e o Sul tivessem um papel muito desigual na criação de problemas ecológicos como os acima mencionados, o Norte não quer assumir a responsabilidade extra que lhe cabe na limpeza da atmosfera, proporcional a suas contribuições ao longo das últimas décadas.

A maioria dos encontros e discussões internacionais sobre o aquecimento da terra se centra mais nas contribuições futuras dos países do Terceiro Mundo para a acumulação de gases que provocam o efeito estufa, do que nas contribuições passadas e atuais do Norte industrializado. O Terceiro Mundo, como é natural, considera essa divisão uniforme dos custos uma forma de discriminação, por não ter sido responsável pela criação desse problema.

Na degradação do meio ambiente, o Norte industrializado tem desempenhado ainda outro papel, menos visível e quem sabe mais perigoso, que é a forma agressiva como sempre empurrou o Terceiro Mundo no caminho de um desenvolvimento consumidor de energia intensiva.

A dependência aos hidrocarbonetos, exportada do Norte ao Sul nas últimas décadas através do processo de "desen-

volvimento", tem um aspecto tanto cultural como material.

Culturalmente, se tinha como certo que uma economia que não empregava hidrocarbonetos era "atrasada" e "primitiva". Os especialistas internacionais em desenvolvimento e os organismos mundiais aconselhavam os governos do Terceiro Mundo a realizar uma transição energética para a era "moderna" dos hidrocarbonetos.

As fontes de energia renováveis (e as economias que se apóiam nelas) foram declaradas improdutivas. Na Índia, um livro de texto popular na década de 60 estabelecia que: "A produção se realiza mediante energia humana e animal, e não mecânica. A maior parte da agricultura indiana é improdutiva; às vezes usam esterco humano ou animal, mas desconhecem os fertilizantes ou agrotóxicos".

A alternativa proposta foi um sistema agrícola que solta anidrido carbônico das bombas e tratores a diesel, e libera óxido nítrico dos fertilizantes, tudo em nome de uma maior produtividade. Com essa receita, se garantia o agravamento do efeito estufa.

No entanto, não havia nada intrinsecamente produtivo em relação a uma agricultura que empregava hidrocarbonetos como forma de energia e fertilizantes como insumos. Enquanto que para produzir uma caloria de alimentos as práticas produtivas indígenas e tradicionais empregavam em torno de meia caloria de energia renovável limpa, a agricultura mecanizada e química que faz uso dos hidrocarbonetos precisa de 10 calorias de energia poluidora e não-renovável.

O trator e o automóvel como símbolos de progresso, e o arado e a carreta de bois como símbolo de atraso foram parte da transformação cultural associada ao desenvolvimento. A crise do efeito estufa nos está obrigando a voltar a estes símbolos, embora agora com uma perspectiva ecológica.

Estamos sendo forçados a tornar claros os subsídios escondidos e os custos ambientais e sociais que permitiram que sistemas improdutivos fossem con-



Agricultura tradicional: em equilíbrio com o meio ambiente

siderados produtivos, e que o esbanjamento de energia fosse considerado um indicador de eficiência e desenvolvimento.

A ameaça de uma catástrofe climatológica pode contribuir para abandonarmos a idéia de um progresso medido de acordo com parâmetros errôneos (segundo o nível de consumo de energia) e adotarmos um conceito mais ético e ecológico do progresso, vinculado à conservação de energia. E nos dá a oportunidade de começar a ver a "Wabenzi" (o grupo Mercedes Benz) como a "tribo" mais primitiva e parasita do Terceiro Mundo, que lesa a sociedade e destrói a natureza.

Mas não temos um cálculo da compensação pelo dano causado ao Terceiro Mundo através de assessoramentos caríssimos e errôneos dados pelo Norte, que causaram a destruição irreversível de estilos de vida cuidadosos do consumo de energia, e forçaram o Terceiro Mundo a contribuir com o Norte para a deflagração da crise do efeito estufa.

Os programas de "ajuda" – A mudança no Terceiro Mundo de sistemas produtivos conservadores de energia para sistemas esbanjadores de energia foi feita através de uma colonização cultural e econômica. Os organismos de ajuda do Norte financiaram basicamente os negócios de suas próprias companhias,

mediante os programas de assistência e desenvolvimento no Terceiro Mundo.

A ajuda para adquirir fertilizantes e tratores para transporte e programas energéticos gigantescos estava destinada, primordialmente, a fornecer ao Terceiro Mundo as divisas necessárias para comprar maquinária, equipamento, engenharia e outros serviços dos países industrializados.

Calcula-se que por cada dólar de ajuda que os países do Terceiro Mundo recebem são gerados três dólares que vão parar no circuito comercial dos países industrializados.

Vinte cinco por cento dos empréstimos do Banco Mundial estão destinados ao setor energético. Na Índia, o BM planeja duplicar sua assistência a projetos energéticos de 500 milhões para um bilhão de dólares por ano, durante o atual período do oitavo plano.

A NTPC (National Thermal Power Corporation), que faz funcionar as usinas térmicas à base de carvão de Singrauli, Farakka, Ramagundam, Taicher, Dorba e Chandrapur, é a maior beneficiária da assistência do Banco Mundial, que neste caso se estima em 3,8 bilhões de dólares.

Mas o Banco Mundial não dá empréstimos de graça. Atualmente recebe como pagamento dos países pobres 1,9 bilhão de dólares mais que a soma investida. Os empréstimos do Banco Mundial

estão intimamente vinculados a estes lucros e não às necessidades reais do Terceiro Mundo.

Como dividir as responsabilidades pela formação dos gases que provocam o efeito estufa nestes projetos energéticos financiados internacionalmente e que também provocam o deslocamento de milhões de pessoas de suas terras de origem? Podemos legitimamente excluir o papel dos empréstimos dos bancos internacionais com seu objetivo de conseguir juros e dos fabricantes dos países in-



Dacca (capital de Bangladesh): a seca fez o rio desaparecer

dustrializados cujo alvo é ampliar os mercados quando nos preocupamos com o aumento de consumo de hidrocarbonetos no Terceiro Mundo? Quanta desta crescente demanda de energia no Terceiro Mundo não está impulsionada pela voragem de lucros do Norte?

Quem lucra com o desmatamento?— O desmatamento tropical é outro aspecto relativo às mudanças climáticas que as potências do Norte estão usando como forma de coação ao Terceiro Mundo. Mas

como a expansão dos sistemas de energia à base de hidrocarbonetos, o desmatamento tropical também é causado pelas necessidades financeiras do Norte que busca investir em projetos e ter acesso à matéria-prima barata.

A Amazônia está desaparecendo, e não por causa da população local, mas sim para abastecer de carne barata os consumidores do Norte e para obter carvão que, misturado com aço, se destina à exportação. As selvas do sudeste asiático estão sumindo para abastecer de

madeira tropical os mercados japonês e europeu. E à medida que os preços das matérias-primas caem e aumenta a carga da dívida, o Terceiro Mundo fica cada vez mais preso ao círculo vicioso de exportar mais para ganhar menos.

Os processos econômicos, que proporcionaram o crescimento do Norte através do comércio e da assistência, criaram por outro lado subdesenvolvimento e pobreza no Sul, com exceção de uma pequena elite. O tipo de desenvolvimento baseado no emprego excessivo de capital e energia, exportado ao Terceiro Mundo, era parte das necessidades financeiras do Norte.

O aumento dos preços do petróleo na década de 70 deu origem a um excedente de capital nos bancos do Norte capitalista, e um déficit de divisas na maioria dos países do Terceiro Mundo. O Citibank tomou a dianteira no grande negócio de dar empréstimos aos países pobres, e em 1974, 40% do total de seu lucro provinham do Terceiro Mundo, onde havia investido apenas 7% do seu ativo.

A dívida do Terceiro Mundo é o resultado combinado de transações econômicas desiguais, entre as que se contam as injustas condições de algumas

práticas comerciais e tipos de empréstimos. O pagamento dos juros da dívida e a fuga de capitais converteram, além do mais, os países pobres em exportadores líquidos de capital. Os pobres pagam aos ricos.

Os pobres, além do mais, estão sujeitos a condições e programas de ajuste estrutural impostos pelo FMI e o Banco Mundial para que estas economias empobrecidas se ajustem às necessidades do mundo financeiro.

A carga da dívida é um dos maiores impedimentos para que o Terceiro Mundo cumpra o seu papel na defesa do meio ambiente que os seus próprios habitantes e a crise ecológica mundial exigem. O sistema financeiro do Norte e os juros exorbitantes exigidos ao Terceiro Mundo têm sido os maiores responsáveis pela crise da dívida.

Como escreveu Kenneth Galbraith, "estes empréstimos, concedidos por bancos inescrupulosos a governos inescrupulosos, com propósitos também inescrupulosos, geralmente não são reintegrados e talvez não devessem sê-lo".

Seja pelo maior nível de consumo de hidrocarbonetos, ou por índices cada vez mais acelerados de desmatamento no Terceiro Mundo, os processos econômicos estão mais estreitamente vinculados à lógica da ajuda comercial, às finanças e ao comércio, do que às necessidades básicas da maioria pobre do Terceiro Mundo, que estão sendo sistematicamente acossadas até limites que em certos casos põem em perigo sua própria sobrevivência.

O processo que gera incapacidade econômica nos países mais pobres está relacionado com os processos que geram o poder econômico do Norte industrializado. Esta relação inversa, que se manifesta no endividamento e relações de troca comercial injustas, não pode continuar.

De um *apartheid* econômico e ecológico, não pode surgir um futuro comum. Primeiro, é preciso eliminar todo tipo de discriminação. ●

*Vandana Shiva é diretora da Fundação de Pesquisa de Ciência e Tecnologia, na Índia. É autora do livro "Staying alive" e muitos outros livros e artigos sobre temas relacionados a recursos, meio ambiente e mulher.

SUPLEMENTO BRASIL



CAPA: Ainda sob os ecos dos acontecimentos de 1988, os operários de Volta Redonda lutam agora para evitar a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional.

Uma das dez mais modernas usinas de aço do mundo, a CSN teve sua saúde financeira abalada por uma década de políticas deliberadamente adversas a sua sobrevivência

42



Personalidades e entidades da sociedade civil levantam-se, no Movimento de Defesa da Economia Nacional, contra a política neoliberal do governo Collor.

"Tudo obedece a um plano internacional", denuncia Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI.

48



INFÂNCIA: O governo federal abre o segundo semestre com promessas de grandes investimentos sociais.

Estados e municípios, pedem que a Constituição seja obedecida, e os recursos, geridos sobretudo pelas prefeituras

51

CSN – A luta contra o entreguismo

Um operariado de vanguarda luta para preservar a siderúrgica que se tornou o símbolo da industrialização nacional e que, ao contrário do que alega o governo Collor, é uma das dez mais modernas usinas de aço do planeta

Procópio Mineiro

No dia 14 de maio, milhares de operários ocuparam as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN, em Volta Redonda, numa operação cercada de incertezas, quanto aos seus desdobramentos, mas que expressava a decisão final dos trabalhadores de lutar, até às últimas consequências, pela manutenção da empresa na órbita do poder público, por se tratar de um patrimônio nacional e de um núcleo de produção rentável, cuja privatização significaria a imposição de um prejuízo calculado ao povo brasileiro e o início de agudos problemas sociais na região, cuja economia gira em torno da usina nos últimos 45 anos.

O temido confronto, que repetiria tragédias anteriores, não ocorreu: após 14 horas de ocupação, os operários se retiraram, ante a decisão da direção da siderúrgica de negociar demissões e outras questões envolvidas no projeto oficial de privatização. Este foi apenas o primeiro triunfo. No dia seguinte, ao anunciar a primeira lista de privatizações no setor siderúrgico, o governo Collor omitiu o nome da Companhia Siderúrgica Nacional, que ganhou, assim, uma sobrevida que os trabalhadores estão decididos a transformar em intocabilidade definitiva.

Prontos para a luta pela CSN, eles pretendem denunciar os argumentos que servem ao programa de privatização e, sobretudo, apontar os erros administrativos cometidos pelo governo e seus representantes na CSN, que é levada a sofrer prejuízos, quando qualquer readministração de mediana capacidade conduziria o complexo siderúrgico a gran-

des lucros. As perdas impostas à CSN, apenas nos últimos dez anos, são calculadas em 10 bilhões de dólares no item dos preços subsidiados a favor de empresas privadas nacionais e transnacionais. No item da dívida externa, contraída por ordem do governo para uso dos recursos em outras áreas, a CSN arca com compromissos de mais de 2 bilhões de dólares, assumidos ao longo dos últimos 12 anos.

"Estamos dispostos a tudo para evitar a privatização da CSN, que é patrimônio econômico e histórico do povo brasileiro", anuncia o ex-presidente e atual secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício, um ferreiro de 35 anos e que vem tomando a frente na organização do que eles chamam de resistência contra os planos do governo. Na entrevista abaixo, o leitor encontrará um depoimento emocionado e esclarecedor sobre a grave questão da privatização – uma das bandeiras do governo Collor, em que os setores nacionalistas identificam um plano que pode fazer o desenvolvimento brasileiro retroceder e aprofundar no país as situações de dependência neocolonial.

Como os trabalhadores de Volta Redonda se posicionam em relação ao projeto de privatização da CSN?

– Foi feita uma propaganda muito intensa e contrária às estatais brasileiras, particularmente contra a Companhia Siderúrgica Nacional. Essa propaganda martela argumentos como ineficiência e



Marcelo Felício: operários dispostos a salvar a CSN

corrupção, que a sociedade sabe existir, embora desconheça suas causas verdadeiras. Os administradores dessas empresas ocupam cargos políticos e cumprem ordens do governo. Por exemplo, no regime militar, sob o governo Sarney e já neste governo Collor, os administradores dessas empresas trabalham com orientações que visam a desgastá-las ante a opinião pública, com o objetivo de justificar a passagem delas para o domínio de alguns empresários, especialmente transnacionais, os únicos capazes de arcar com os investimentos necessários.

Este trabalho de denegrir a empresa pública tem sido tão eficiente junto à sociedade brasileira, que até mesmo parcelas dos trabalhadores se deixam iludir pelo discurso moralista do governo. Acreditam alguns que a privatização pode trazer o fim dos problemas financeiros das estatais e melhorar a situação dos empregados dessas empresas. A grande maioria, contudo, já abriu os olhos, percebeu as intenções e posiciona-se contra esse programa, que é um jogo muito bem feito para desmoralizar a coisa pública e alcançar a privatização da economia e do

próprio Estado. Interessa a qualquer grupo empresarial ter nas mãos uma empresa como a Companhia Siderúrgica Paulista-Cosipa ou a CSN, ainda mais que esta detém o monopólio nacional da folha-de-flandres.

A CSN encerra, ainda, um aspecto particular: a cidade de Volta Redonda gira em torno da usina, o que acontecer a esta abalará a sobrevivência de toda a cidade. Num primeiro momento, conseguimos mobilizar três mil pessoas para um ato em defesa da empresa; logo a seguir – em defesa da subsidiária Fábrica de Estruturas Metálicas-FEM e do Hospital da CSN – a multidão ultrapassou os sete mil; e, num terceiro momento, que foram os protestos do Primeiro de Maio, a participação alcançou, seguramente, mais de 60 mil pessoas.

O quarto momento de protesto foi a ocupação da usina, no dia 14 de maio, o que levou o governo a abrir negociações conosco, para discutir casos de demissões e o saneamento da empresa. Nós somos a favor do saneamento da CSN: queremos que ela produza muito e dê lucros. Hoje ela só produz e não dá lucros. Temos consciência de que temos ainda muita luta pela frente.

Nesses quase três meses de governo Collor, clareou a consciência do povo em

relação às verdadeiras intenções do governo e às consequências que poderão ocorrer. A repulsa contra a privatização da CSN é intensa em Volta Redonda.

A primeira lista de privatização emitida pelo governo preserva a CSN, mas é composta basicamente de outras empresas siderúrgicas. Esta área essencial ao desenvolvimento está assim confirmada como alvo principal. Qual a avaliação de vocês?

– Consideramos que o fogo cerrado sobre a CSN não foi gratuito. Nossa usina é um símbolo e o governo queria quebrar esse símbolo, para que seu projeto fosse implantado sem resistências pelo país afora. Nós conseguimos impedir isso.

O movimento sindical de Volta Redonda é hoje dos mais organizados e mais avançados do Brasil. O sentimento dos trabalhadores expressa um nível de consciência singular: nunca se fez uma greve contra a empresa, mas somente contra as direções e contra o governo federal que estrangulavam a usina. Daí, o empenho oficial de desmoralizar a CSN, desorganizar os trabalhadores e provocar a privatização. Quando se conseguir – se é que um dia vão consegui-lo – privatizar a Companhia Siderúrgica Nacional, pode ter certeza de que estaremos então vivendo um tempo em que se pode entregar de

bandeja todo o Brasil. O mesmo pode-se dizer em relação à Petrobrás. São empresas-símbolo da luta pelo desenvolvimento nacional.

Nossa resistência ativa em Volta Redonda obrigou os abutres entreguistas a recuarem. Se tivéssemos ficado passivos, a empresa estaria nesta primeira lista de privatização. A CSN dá barulho neste país, ela é história, é o sentimento do povo brasileiro, foram milhares de pessoas que sofreram para tornar viável aquele projeto. Quando Getúlio Vargas fundou a CSN, ele estava criando o Brasil moderno, o Brasil industrial.

Nós, metalúrgicos de Volta Redonda, esperamos que nossos companheiros, daquelas siderúrgicas que entraram na lista de privatização, reajam. Temos a lamentar, desde já, o comportamento do sindicato de Ipatinga, que congrega os metalúrgicos da Usiminas: o sindicato de lá está a favor da privatização. Aquela direção é formada por uns iludidos, estão bancando os idiotas.

Entre os argumentos do governo Collor contra a CSN estão as acusações de que se trata de uma usina envelhecida, tecnologicamente atrasada, e que, por isso, acumula prejuízos. O que os operários de



CSN: desde o início da década passada, os metalúrgicos denunciavam o estrangulamento da empresa

Volta Redonda têm a responder ao governo?

– Primeiro, a questão do déficit. A imprensa e as autoridades brasileiras deveriam ter vergonha na cara e informar direito ao povo brasileiro as causas desses prejuízos. As grandes estatais foram obrigadas a assumir, como avalistas, empréstimos externos, contraídos pelo governo para beneficiar o setor privado. Delfim Netto contraía empréstimos externos, dando como avalistas a CSN, a Petrobrás, a Rede Ferroviária Federal, o Banco do Brasil. Investiu-se no setor privado com dinheiro a ser pago pelas es-

assim, um gesto de má fé. O atual presidente da companhia, nomeado pelo governo Collor, chegou a Volta Redonda imaginando que iria encontrar uma espécie de oficina mecânica. Para conhecer apenas um terço da companhia, gastou todo o primeiro dia. Viu apenas a laminação. Ficaram para depois os altos-fornos, as coqueiras, as oficinas, etc. Não conhecia nada daquilo. Resultado: hoje está perdido. A CSN é uma cidade, é algo monstruoso: são 6,5km de extensão por 2,5km de largura.

Outra coisa que esses inimigos procuram esconder e não levam ao con-



CSN, 1959: naquela época, como hoje, sempre entre as mais modernas do mundo

tatais. São bilhões de dólares, que hoje pesam nas finanças dessas estatais.

Segundo, a questão do atraso tecnológico: trata-se de uma acusação que só pode ser feita de má fé ou por ignorantes. A CSN é hoje uma das dez empresas mais modernas do planeta. Tecnicamente, é avançada. Por falta de pesquisas tecnológicas no país no ramo siderúrgico, a CSN tem lançado mão de um programa de absorção tecnológica permanente: assim, a usina tem componentes tecnológicos alemães, franceses, ingleses, norte-americanos, suecos, japoneses, italianos. É isto que permite à Companhia Siderúrgica Nacional manter-se entre as dez mais do mundo.

A acusação do governo contra o nível de modernidade da empresa mostra-se,

hecimento do brasileiro: nosso aço é dos melhores do mundo, muito superior, por exemplo, ao aço norte-americano. Os idiotas da privatização procuram, no entanto, denegrir nosso produto e tentar sucatear nosso parque industrial.

Levando em conta que o governo já deflagrou o processo de privatização, com que hipóteses trabalham os metalúrgicos quanto à situação futura, quando possivelmente grande parte desse parque siderúrgico esteja em mãos estrangeiras?

– Antes de mais nada, é preciso que os trabalhadores dessas empresas decidam-se a resistir, resistir, resistir. É preciso resistir à hipótese da privatização. De nossa parte, em Volta Redonda, vamos resistir, vamos às últimas consequências para impedir qualquer intuito de

privatização da CSN. Disto, o povo brasileiro pode ter certeza. Não fazemos isso em nosso nome, nós o fazemos em nome do povo brasileiro. Este povo é o verdadeiro dono da Companhia Siderúrgica Nacional e também dono da Cosipa, da Cosinor, da Usiminas, da Aços Finos Piratini, da Petrobrás, da Rede Ferroviária Federal. São os impostos do povo brasileiro que mantêm essas empresas, o povo então é o verdadeiro dono.

Consumando-se o plano governamental de privatizar as siderúrgicas já postas à venda, haverá perigo de desativação de setores ou redução de atividade na produção do aço, em benefício de produtores externos?

– Nós exportamos placas de aço – e repito que nosso produto é dos melhores do mundo – para os países desenvolvidos, para os quais esse produto serve de matéria-prima. Nosso parque privatizado certamente vai estar em mãos norte-americanas, européias e japonesas. O interesse imediato deles é receber nossas placas de aço, o que lhes evita custos maiores, pois é mais fácil ter o produto já beneficiado do que importar minério, carvão e ter outros custos de produção.

Que alternativas à privatização os trabalhadores poderiam propor?

– Primeiro, atuar contra a corrupção que tirou a saúde das estatais, que enfrentaram problemas seríssimos com os administradores nomeados pelos governos federais, desde o regime militar. As pessoas indicadas para os mais altos cargos seguiam a cartilha do poder e vinham para enriquecer. Existem hoje cartéis para distribuição de aço, pessoas que lucram com o aço produzido pelas estatais, com o transporte cartelizado por rodovia, com sobrepreços impostos nos contratos com a CSN. Tudo o que se vende à CSN é por preços acima do mercado. Por quê? Já os subprodutos da usina, como a escória, piche e benzol são vendidos baratíssimo. A empresa é proibida de vender a cal que produz, para evitar concorrência a certos empresários. É preciso acabar com isso para recompor a saúde das estatais. No



Vargas e a CSN: modernização nacionalista

governo passado, houve sucessivas mudanças no cargo de Diretor Social, com o único objetivo de beneficiar a direita em Volta Redonda. Também o Diretor de Patrimônio foi mudado, para um acerto em torno dos cinco anos para Sarney.

Além de acabar com essas práticas de corrupção, é preciso adotar uma série de atitudes administrativas corretas. Nós, do sindicato, já propusemos à direção da empresa uma discussão sobre o saneamento financeiro da siderúrgica e em torno do preço do aço e dos transportes. Hoje, a CSN está financeiramente falida, mas jamais houve problemas na produção. Somente agora algumas linhas precisaram ser desativadas, por causa da retração de mercado provocada pelo Plano Collor. Na linha de folhas-de-flandres, que é o filé da usina, cinco linhas foram paralisadas, mantendo-se apenas uma. Das três linhas de chapas zincadas, só uma se mantém. O Plano Collor paralisou a produção: ninguém compra, não temos a quem vender, o mercado está retraído. E não se produz, porque não se sabe o que os gênios do governo vão inventar amanhã. Qual será o novo plano? Nós, trabalhadores, queremos estas linhas desativadas em produção e queremos discutir com a direção da empresa medidas saneadoras.

Quem obriga as estatais a praticarem preços abaixo do mercado?

— É o governo federal. Durante muito tempo, eles usaram o argumento (veja só a hipocrisia!) de que, para baixar a inflação, os preços e tarifas públicos

Um rombo de US\$ 17 bilhões

O prejuízo imposto pelo governo federal às siderúrgicas estatais nos últimos dez anos alcança o total de 17 bilhões de dólares (15% da dívida externa brasileira), isto somente no item do preço do aço subsidiado, que beneficiou a empresa privada, particularmente setores gigantes, como a indústria automobilística, composta, aliás, de empresas transnacionais. A grosso modo, pode-se afirmar que as estatais da siderurgia deixaram de embolsar 17 bilhões de dólares a que tinham direito, para transferir esse ganho para aqueles setores privilegiados pela boa vontade dos administradores da economia do país no período. Doando tanto, acabaram doentes.

Para se ter uma idéia do erro dessa política — que se praticava, enquanto se aguçava a pregação contra uma suposta estatização da economia — somente a Companhia Siderúrgica Nacional deixou de obter de receita uma quantia acima de 5 bilhões de dólares na década passada, em função dos preços defasados que era obrigada a praticar. Se tivesse realizado aquele ganho normal de 5 bilhões de dólares, provavelmente não teria chegado ao final da década devendo cerca de 2,5 bilhões de dólares.

O tipo de sangria foi semelhante nas demais estatais do aço e também em outros setores, como o da eletricidade e das telecomunicações.

deveriam ser baixos. Mas, na verdade, quem gerava a inflação? Era o produto acabado da empresa privada, o carro, a geladeira, a televisão, em benefício da empresa privada. Então, comprimindo os preços das estatais, o governo financiava o setor privado, especialmente as transnacionais.

Esta atitude explica por que o governo Collor recusa planos de recuperar as estatais e insiste em privatizá-las?

— O grande projeto do governo Collor é desnacionalizar a nossa economia. Recuperar as estatais, que foram minadas por eles, não interessa. O Brasil está mesmo virando uma colônia e o atual governo quer consumir essa meta.

Que preços deveriam as siderúrgicas praticar, para recuperar a saúde?

— Todos sabem que nossas usinas são viáveis, são boas, produzem bem. Não é preciso ser PHD para ver isso. Mesmo em nossa ignorância de operários, sabemos que qualquer siderúrgica nossa é lucrativa. A CSN foi lucrativa até 1978, a partir de quando o governo federal começou a política de endividá-la. São os compromi-

mentos com a dívida que a sufocam. Em pessoal, por exemplo, a usina de Volta Redonda gasta apenas 15% de seus custos. É importante notar, ainda, que o governo Sarney saneou a Usiminas, a Cosipa, a usina de Tubarão e outras, mas abandonou a CSN à própria sorte.

De qualquer forma, com ou sem privatização, hoje está claro que se deve cobrar pelo aço o preço real, de mercado. Uma usina dessas privatizada logo estabelecerá preços normais e será difícil ver o governo mantendo esses preços abaixo dos custos. Basta lembrar que, para manter sua margem de lucros, a Autolatina chegou a enquadrar o presidente Sarney na Justiça, ganhando a causa de seus preços que fugiam à política oficial. O que a gente pode prever à frente é que o Brasil vai virar uma verdadeira zona franca: as empresas de fora vão chegar aqui, fazer o que quiserem, levar o que quiserem e ponto final. Para nós, ficará o prejuízo da indústria nacional estrangulada.

Como se dá o prejuízo na relação entre a siderúrgica e as grandes empresas, como a indústria automobilística?

- Esse prejuízo decorre dos preços subsidiados mantidos pelo governo, para beneficiar setores privados, particularmente multinacionais. Com estes subsídios, o setor público transfere o lucro para essas empresas. Esta relação sempre foi muito ruim para o setor

produtivo estatal e as consequências estão à vista. Os que hoje reclamam do Estado brasileiro estão, na verdade, querendo manter suas vantagens empresariais. Desde 1983, quando conseguimos retomar, de fato, o sindicato, tendo à frente o companheiro Juarez An-

tunes (falecido em acidente de carro em 1989, quando já exercia o cargo de prefeito de Volta Redonda, eleito pelo PDT), os trabalhadores da CSN estão denunciando o baixo valor do aço brasileiro e esse esquema de subsídio às grandes empresas.

A radiografia da CSN

"A CSN não é uma empresa doente: ela está exaurida financeiramente por circunstâncias que não dependeram de sua eficiência operacional" - este é o veredito de técnicos da empresa, ao recordarem, num sumário sobre a situação da siderúrgica, sua evolução ao longo de quase cinco décadas e as políticas suicidas que lhe impuseram os administradores da economia do país na última década.

Para permitir altíssimos lucros aos setores privilegiados com a oferta de aço baratíssimo, cujo quilo chegou a valer o mesmo que uma dúzia de bananas (no mês passado, valia o preço de meia dúzia de caquis, em torno de Cr\$ 60,00), a defasagem de preços era explicada como medida importante para impedir a inflação. Esta, na verdade, era impulsionada em grande parte pelas indústrias, que elevavam artificialmente o valor de suas mercadorias produzidas com o aço subsidiado...

A CSN evoluiu de uma produção anual de 100 mil toneladas, na década de 40, para 4,6 milhões de toneladas, sendo a maior e

mais moderna siderúrgica brasileira e uma das dez mais avançadas do mundo.

"Sua linha de produtos - explica o estudo - em decorrência de seu papel como pioneira e deflagradora do desenvolvimento industrial do país, é uma das mais completas no cenário siderúrgico internacional. Além da produção de laminados planos a quente e planos a frio, comuns à Usiminas e Cosipa, é a única do mercado brasileiro que produz folhas metálicas revestidas (é a maior produtora mundial), chapas zincadas, trilhos e perfis médios e pesados".

O estudo continua a revelar que "a importância da CSN na economia nacional tem que ser medida pelas centenas de indústrias, cujo funcionamento depende da matéria-prima produzida em Volta Redonda e pelas centenas de fornecedores de matéria-prima, peças e serviços, que têm na CSN seu principal cliente. Ela é o maior cliente da Light, responde por 30% da receita de frete da Rede Ferroviária Federal, e é o principal movimentador de cargas nos portos de Sepetiba e Angra dos Reis. É também o maior

contribuinte de ICM no Estado do Rio de Janeiro. A receita da CSN, em 1989, foi de 2,2 bilhões de dólares, sendo 400 milhões de dólares obtidos com exportações".

A crise financeira, determinada pela obrigação de vender o aço a preços abaixo do custo real, agravou-se, quando a CSN foi relegada pelo governo, no plano de saneamento financeiro do setor siderúrgico. Foram concedidos à usina apenas 34% dos recursos necessários para extinguir a dívida, enquanto a Cosipa recebia 65%, a Siderúrgica de Tubarão 63% e a Açominas, 99%. Assim, da menos endividada em 1986 (2,65 bilhões de dólares), a CSN passou a figurar como aquela em pior condição no ano passado (2,01 bilhões de dólares em dívidas).

Cada plano econômico nocauteia a CSN: no ano passado, o Plano Verão congelou os preços do aço por seis meses, enquanto a usina via seus custos de produção reajustados pela crescente inflação. A situação tornou-se crítica e um estudo constatou que a usina restauraria a saúde, se o governo autorizasse um

empréstimo de 600 milhões de dólares e recuperasse o preço do aço. O preço do aço foi melhorado no final do ano passado, embora em proporção ainda insuficiente, mas a injeção de recursos, através de empréstimo, não foi autorizada.

O governo Collor, além de manter o veto ao empréstimo (hoje seria necessário o dobro daquele valor), baixou logo de saída o plano econômico: este significou recessão, que faz a CSN prever que venderá, até julho, apenas 20% da produção que colocaria normalmente no mercado. A produção já foi reduzida em 30%.

"Quanto ao futuro da CSN - dizem os empregados - outra vez o governo federal se porta de maneira injusta. A posição definida pelo atual governo é que a empresa deve encontrar seu caminho pela solução de mercado e que ela deve ser saneada, para posterior privatização. Ora, se a empresa encontrar condições de saneamento com seus próprios recursos, não há necessidade de privatização", concluem.

P.M.

A CSN tem relação muito especial com a cidade de Volta Redonda. O que pode ocorrer com a privatização e com demissões em massa?

– Por cada mil pessoas que forem demitidas da Companhia Siderúrgica Nacional, quatro mil pessoas deixarão de obter salários diretos. Demissão significa fechar bares, lojas e empresas que vivem em função das atividades da companhia. Em suma, a economia de Volta Redonda gira em torno da usina. O segundo maior centro gerador de impostos do Estado do Rio de Janeiro é Volta Redonda, logo depois da cidade do Rio de Janeiro. Com 300 mil habitantes, a cidade gera, portanto, mais impostos que Nova Iguaçu, que tem mais de um milhão e meio de moradores. Isso dá para avaliar a importância da Companhia Siderúrgica Nacional para a cidade de Volta Redonda. Um processo de demissão em massa de metalúrgicos provocaria o caos na cidade, pois esses operários especializados, muitos altamente gabaritados, não teriam onde encontrar emprego compatível na região, nem mesmo no resto do estado. Ou Volta Redonda viraria uma cidade de marginais, ou esses operários de primeira linha teriam que sair de malas nas costas, atrás de um emprego.

Os metalúrgicos formam, tradicionalmente, a vanguarda do operariado. Como líder metalúrgico, como você acha que deveria ser o desenvolvimento brasileiro?

– Primeiro, é preciso controlar a remessa de lucros. Ao contrário da pregação liberal do governo Collor, nós precisamos e muito de reserva de mercado. Temos que investir em tecnologia e formar quadros científicos. Precisamos de economia estável, precisamos produzir e ampliar o consumo interno, incorporando mais brasileiros ao mercado de consumo. Só então teremos moeda forte e um país soberano. Precisamos de democracia e mudar a composição desse Congresso, para acabar com o fisiologismo e para que ele reflita os verdadeiros interesses do povo. O Judiciário também precisa ser independente, pois está acovardado. E, de resto, desenvolvimento prevê muita escola de qualidade para a garotada. ●

Um movimento de alerta

Com a política de privatização do governo Collor, o país estará jogando fora o patrimônio público e parte de seu futuro, denunciam representantes de setores políticos e sociais

A preocupação com as consequências do plano de privatização empreendido pelo governo Collor está dando corpo ao Movimento de Defesa da Economia Nacional, a que já se integram mais de 60 sindicatos e per-

sonalidades. Reunindo-se semanalmente na Associação Brasileira de Imprensa-ABI, no Rio de Janeiro, o movimento condena o que considera desperdício e irresponsabilidade em relação ao patrimônio público por parte do atual governo.

"Não há nenhuma estatal que tenha sido criada para não atender ao interesse público". Esta é a opinião do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, que está à frente do Movimento de Defesa da Economia Nacional. "Interessa aos países capitalistas, representados pelo Fundo Monetário Internacional-FMI, que as estatais brasileiras sejam vendidas: é a política de (j)enxugamento(d) do Estado. Tudo obedece a um plano internacional".

O desembargador e professor Osny Duarte Pereira concorda inteiramente com Barbosa Lima. "Durante o governo militar – lembra ele – algumas empresas de amigos do regime, como a fábrica têxtil Nova América e o Hotel das Paineiras, por estarem em dificuldade financeira, foram estatizadas. São exceções. Mas, as



Barbosa Lima Sobrinho: tudo obedece a um plano internacional

empresas públicas, aquelas criadas por lei, têm por objetivo o interesse público". Assinala, que todas as grandes estatais do país, como, por exemplo, a Companhia Nacional de Álcalis, a Petrobrás e a CSN, fabricam produtos, que eram anteriormente importados. "Surgiram em áreas onde o setor privado não tinha capital suficiente para atuar", explica.

Para o general Andrada Serpa, outro militante da visão nacionalista, com seis ou oito bilhões de dólares os interesses transnacionais podem comprar hoje todas as estatais brasileiras. O país corre assim o risco de, a preço mínimo, ver um patrimônio ligado à própria soberania nacional passar a controle de grupos, particularmente externos.

Dando e pagando - Segundo Barbosa Lima Sobrinho, a atual política é de entreguismo. O jornalista e ex-governador pernambucano lembra que, no Brasil, sempre existiram dois partidos: o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. "Estão agora pensando em fazer muita economia, para depois pagarem a dívida externa, ou seja, vão sacrificar ainda mais o brasileiro, em prol do estrangeiro". Barbosa Lima cita estatísticas do próprio Banco Mundial, confirmando que o Brasil, entre 1982 e 1986, pagou 73 bilhões de dólares a título de juros, enquanto o principal da dívida continuava a crescer: "Quanto mais pagamos, mais devemos".

Entre muitos exemplos que comprovam a relevância das estatais para o interesse público, o presidente da ABI aponta o setor da eletricidade. Recorda que, enquanto o setor energético esteve entregue a companhias privadas, o país não passou dos 6 milhões de megawatts. Com a Eletrobrás, num prazo muito menor, a potência energética brasileira foi expandida para 50 milhões de megawatts.

Para Barbosa Lima Sobrinho, é preciso sacudir o clima de apatia e esclarecer a população sobre os resultados negativos que advirão para o país com essa política de privatização pela privatização. Na opinião dele, "só uma grande mobilização popular, nos moldes da campanha de O petróleo é nosso, pode reverter tal política privatista". N.D.



Zélia e Conable: privatizar e frear a economia brasileira é objetivo dos países ricos

A perigosa onda de privatizações

Somente os ingênuos podem acreditar que a chave do desenvolvimento de uma economia vulnerável e cobiçada possa estar apenas no sistema privado, que vive num quadro de dependência internacional

Genival Rabelo

Não se pode dizer que a onda da privatização seja invenção nacional. Ela atingiu de cheio a Inglaterra, durante o longo período de poder da Dama de Ferro, cujos frutos, por sinal, muito festejados de início, começam a apodrecer e ameaçam fazer o poder voltar às mãos dos trabalhistas, nas próximas eleições.

Isto não causará surpresa a quem leu "A Invasão Econômica Americana", de James McMillan e Bernard Harris, que se aprofundaram em pesquisas sobre a influência de Washington nos negócios in-

ternos do Reino Unido, apresentando depoimentos muito ilustrativos, como o da Litton Industries, com sede nos Estados Unidos. Dizem eles: "Foi a Litton quem pôs fim aos remanescentes da indústria britânica de máquinas de escrever, convertendo-a no único ramo de negócio 100% controlado na Inglaterra pelo capital estrangeiro".

Os jornalistas ingleses também observaram que "organizações como a Litton estão sempre a postos para deitar a mão sobre qualquer firma, em qualquer parte do mundo. Diversificação é o seu negócio e, por mais agonizante que esteja, não há empresa que não possa ser reanimada por

uma dosada injeção de dinheiro e uma gestão dinâmica. O problema é que os negócios, com tentáculos que se estendem por uma centena de diferentes ramos de comércio, podem exercer um poder sobremodo perigoso. A Litton conseguiu apoderar-se de uma companhia após outra, em diferentes ramos, na Grã-Bretanha, sem despertar as iras da Comissão de Monopólios ou do Tribunal de Práticas Restritivas, porque a sua cota-parte do mercado não constituía mais do que 10%. A partir dessa base, porém, ela desencadeou a ofensiva e utilizou seus recursos para obrigar os fabricantes ingleses a fecharem as portas.

Planos e pressões – Já no meu livro "A Batalha da Opinião Pública" (Ed. Saga, 1970), eu assinalava que o que se passou na indústria farmacêutica brasileira é o exemplo mais contundente de como trabalha maliciosa e perigosamente a empresa transnacional. (NR: veja, a propósito, em **terceiro mundo**, edição nº 128, p. 48-51, a entrevista "A hora é da empresa nacional", com o empresário Adílson Xavier).

Mas, o perigo maior está precisamente nas implicações políticas. No particular, apresento dois exemplos recentes: o primeiro no governo Geisel e o segundo, no governo Sarney.

Quando Geisel assumiu a Presidência da República, voltado – diga-se a bem da verdade – para uma política desenvolvimentista, à base de projetos econômicos, com resultados previsíveis a médio e longo prazos, uma de suas primeiras preocupações foi livrar o país da caixa-preta da Westinghouse na construção de usinas nucleares. A empresa transnacional levou imediatamente suas preocupações à Casa Branca: a ação do presidente Carter é demasiadamente conhecida, para que dela precisemos nos ocupar aqui. Mas, um detalhe muito importante se passou no primeiro ano do governo Geisel. As empresas transnacionais, com sede nos Estados Unidos e sucursais no Brasil, desenvolveram um plano orquestrado de esvaziamento das nossas divisas: importaram, naquele ano, nada menos de 5,5

bilhões de dólares de matérias-primas, como se o Brasil estivesse prestes a entrar numa guerra e precisasse fazer grandes estoques.

Ao mesmo tempo, através da influência exercida sobre a imprensa (leia-se o meu livro "O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira"), fizeram atribuir ao petróleo o elevado déficit de nossa balança comercial naquele ano. Acontece que, dos 14,5 bilhões de dólares da pauta de importações, o petróleo representou 2,8 bilhões de dólares, cerca de metade da referida importação de matérias-primas em quantidades absurdamente superiores às necessidades nacionais de consumo. Resultado: o déficit da balança comercial se elevou a mais de 7 bilhões de dólares, em 1974, primeiro ano do governo Geisel. Foi o preço imposto por Washington, através das suas empresas transnacionais em operação no Brasil, pela audácia de Geisel em tentar livrar o Brasil – com apoio da Alemanha Ocidental – da caixa-preta da Westinghouse.

O segundo exemplo da perniciosa e perigosa influência do capital estrangeiro nos negócios internos do Brasil estourou agora na crise do álcool combustível, cuja tendência é agravar-se cada vez mais, para desespero dos quatro milhões de brasileiros que possuem carros a álcool.

Álcool x Petrobrás – Apesar das seguidas denúncias da Petrobrás, responsável pela distribuição de álcool a preços altamente subvencionados, a indústria automobilística elevou a 85% a sua produção de carros a álcool, em 1985. O preço do barril de petróleo, no mercado internacional, havia caído, então, a pouco mais de 12 dólares. O custo do barril de álcool era, no mínimo, três vezes e meia maior. Carlos Sant'Ana, então presidente da Interbrás, começou a bater na tecla de que não deveriam ser fabricados mais de 30% de veículos movidos a álcool no país. Mas, a indústria automobilística, pelo contrário, fez subir o percentual a 95%, em 1988. Consequentemente, bloqueou as verbas da Petrobrás voltadas para o ideal da auto-suficiência na produção do petróleo, obrigando-a a transferir recursos para subsidiar o álcool.

Assim, como por motivos técnicos resulta um percentual obrigatório de gasolina durante a produção de outros derivados de petróleo, aconteceu de o Brasil tornar-se exportador de gasolina, sob pena de não ter como armazenar o forçoso excedente de produção. As dificuldades cresceram para a Petrobrás, que chegou à beira da insolvência, como está ocorrendo já com a CSN por expedientes semelhantes.



Thatcher: liberalismo prejudicou a Inglaterra e favoreceu os EUA

Forçar privatização

– O governo dirá que quem não tem competência não se estabelece, e que o caminho lógico será a privatização ou falência, isto é, o fechamento de suas portas. É evidente que a Exxon, a Shell, a British Petroleum, as transnacionais do ramo baterão palmas à "sábua e patriótica" decisão governamental, pois a onda, no mundo inteiro, inclusive no Leste Europeu, é da privatização. O raquítico capital privado nacional



Ferrovieiros: setor levado à asfixia e ameaçado por demissões

não terá como assumir o controle acionário das grandes companhias de capital misto, nascidas no Brasil para impulsionar a indústria de base, a exemplo da pioneira CSN dos anos quarenta; da Vale do Rio Doce, que a United States Steel pretendeu adquirir por 300 milhões de dólares nos começos dos anos cinquenta; da Petrobrás, que nasceu da campanha popular de "O petróleo é nosso", ou da Telebrás e de tantas outras. Graças à Petrobrás, a produção de petróleo subiu, em três décadas, de cinco mil para 650 mil barris/dia e só não alcançou o sonho da auto-suficiência em função dos dinheiros desviados da prospecção e produção de petróleo para o criminoso subsídio ao álcool.

Qual o interesse da indústria de montagem de automóveis no Brasil em criar tal situação? Francamente, eu não saberia responder, salvo se se atribuir sua obstinada preferência pela fabricação de carros a álcool - a ponto de alcançar o elevado percentual de 95%, dois anos atrás - à

subordinação aos interesses do poderoso oligopólio do petróleo, o qual, nos últimos cem anos, tem assassinado presidentes, derrubado governos, gerado guerras, tudo em nome da modernidade e infalibilidade dos princípios da livre iniciativa, ao amparo das leis de mercado, de que é produto essa perigosa onda da privatização.

Há, em verdade, mais coisas entre o céu e a terra do que descobre nossa vã filosofia.

Mas, cumpre não esquecer que o Brasil, enquanto não sacudido por governos desenvolvimentistas, dormiu em berço esplêndido nada menos de 450 anos.

Foram as empresas de capital misto, às voltas hoje com a onda da

privatização, que despertaram o país para a caminhada desenvolvimentista que incorporou milhões de brasileiros à economia nacional, fazendo com que sua população triplicasse em apenas três décadas.

O segundo exemplo da perniciosa influência do capital estrangeiro nos negócios internos do Brasil estourou agora na crise do álcool combustível, cuja tendência é agravar-se, para desespero dos quatro milhões de brasileiros que possuem carros a álcool

Assine

terceiro mundo

Estamos colocando à disposição de estudantes, professores e pesquisadores, um índice com todos os assuntos publicados pela revista terceiro mundo e um acervo, reunido ao longo de dez anos, de publicações sobre a questão do Terceiro Mundo.

Veja a tabela no encarte central, junto às ofertas e descontos especiais para assinantes.



E agora os nossos leitores também podem ter acesso ao nosso Centro de Documentação.

Departamento de Assinaturas:
telefone (021)-252-7440

Um plano de 150 bilhões

Imensos recursos podem ter aplicação ineficiente, se forem deixados em segundo plano os canais mais próximos das massas carentes



O abandono infantil é a face mais cruel da miséria no país

Luciana Barros

Nos seis meses que faltam para o final do ano, o governo federal pretende investir cerca de 150 bilhões de cruzeiros em atendimento à infância e adolescência, dentro dos programas "Ministério da Criança" e "Minha Gente". Serão 1,6 bilhão de dólares para atender parte de uma massa carente calculada em 45 milhões de menores. O objetivo é dar assistência à faixa da infância abandonada e àquela carente de meios, embora em situação de estabilidade familiar. O Ministério de Ação Social e a Legião Brasileira de Assistência-LBA serão os principais órgãos desta campanha, cujos primeiros passos coincidirão com o período eleitoral.

O pacote social do governo compõe-se de apoio de creche (40 bilhões de cruzeiros para dois milhões de crianças), nutricional (24 bilhões para 12 milhões de menores e mães carentes), treinamento de mão-de-obra (63 bilhões para dois milhões de pessoas), educação (5 bilhões para quatro milhões de crianças fora da escola), geração de renda (7 bilhões de cruzeiros para apoiar 60 mil micro-unidades de trabalho).

Poucos programas envolvem colaboração maior com os municípios e os estados, o que leva técnicos do setor a prever que a eficiência desses programas estará em muito prejudicada pela ação preferencial por intermédio de órgãos federais.

No Rio de Janeiro, este debate já evoluiu muito, desde o início do ano, quando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da capital, liderou um movimento de reflexão que in-

tegrou todos os municípios fluminenses, resultando no I Seminário de Política Social dos Municípios do Rio de Janeiro.

A reflexão, que move os técnicos engajados nas atividades da assistência social, é a conclusão de que são os municípios a esfera de poder mais capacitada a dar resposta eficiente às emergências sociais. A nova Constituição incorporou o conceito (Art. 204) de que a execução do atendimento social cabe, de preferência, aos municípios, ficando ao governo e órgãos federais a tarefa de traçar políticas e gerenciá-las.

Assim, as prefeituras reivindicam para o poder municipal as verbas federais e estaduais destinadas ao setor. Argumentam, que cabe às prefeituras a administração do dia-a-dia das infelicidades sociais – a criança abandonada, o migrante, o mendigo – sem que tenham a contrapartida em recursos. Estes estão, em sua maior parte, nas mãos do governo federal, que os usa de modo ineficiente, até mesmo por desconhecer a realidade de cada município, o que somente cada prefeitura sabe com precisão. A concentração de recursos nas mãos federais, por outro lado, gera a utilização política do dinheiro, com discriminações a adversários e favorecimentos a partidários, ficando prejudicado o atendimento às populações realmente necessitadas.

O esforço das prefeituras fluminenses de formarem uma Frente Municipalista de Ação Social, para ajuda mútua, troca de experiências e coordenação na luta pelas verbas, não logrou ainda sensibilizar as autoridades federais, especialmente o Ministério de Ação Social. De final de abril a princípios de junho, nenhuma resposta.

Apenas a divulgação, no começo deste mês, do programa de 1,6 bilhão de dólares do governo Collor, que empregará os recursos através do ministério e da LBA, esta dirigida por Rosane Collor.

Em artigo divulgado na imprensa carioca, o secretário municipal de Desenvolvimento Social da prefeitura do Rio, Pedro Porfírio, reclamou da resistência do governo federal a municipalizar as verbas do atendimento social.

"A Constituição de 1988 – afirmou Pedro Porfírio – estabeleceu em seu artigo 204 a transferência de todos os recursos federais da assistência social para estados e municípios. Afastar-se dessa norma seria abandonar um achado e retroagir. Pior ainda é deixar que persistam ações paralelas, com o que isso implica em jogo de poder e leilão de favores".

Salientando as pressões da pobreza da população cada vez maiores sobre as prefeituras, Pedro Porfírio destacou que "as prefeituras juntas, porém, não somam nem metade das verbas concentradas em Brasília. E não podem sozinhas responder a essas pressões". No seu entendimento, que expressa uma unanimidade na faixa municipal, o governo Collor perde uma oportunidade de se mostrar eficiente e moderno, ao insistir no velho esquema de derramar favores esparsos e ao evitar realizar o preceito constitucional de colaboração com os municípios.

O secretário carioca de Desenvolvimento Social não perde, porém, as esperanças: "As prefeituras ainda acreditam que as Constituições são feitas para serem cumpridas. E que esse novo governo acabe por descobrir, na municipalização dos recursos sociais, o seu próprio ovo de Colombo". ●

A febre do diet

Os refrigerantes dietéticos parecem incorporados em definitivo ao panorama do consumo no país, tirando proveito da onda da ecologia e da exaltação do "natural", mesmo que a bebida seja artificial. O que diz a ciência?

Ciclamato, aspartame, sacarina, stévia – estes nomes tornaram-se familiares, devido aos debates em torno de seus efeitos no organismo humano e de sua utilização em refrigerantes de grande consumo. A stévia é um adoçante natural considerado inofensivo, mas tem emprestado seu rótulo para perigosas falsificações: dizendo-se adoçados por stévia, muitos produtos contêm na verdade os nocivos ciclamato, aspartame ou sacarina.

Segundo o pesquisador Orlando Moraes, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz-Fiocruz, a mais renomada entidade de pesquisa de alimentos do país, o uso do ciclamato é terminantemente proibido nos Estados Unidos. Já no Brasil, o produto circula livremente, tanto que todos os refrigerantes dietéticos existentes no país contêm ciclamato. Para o químico, a liberalidade é sinônimo de irresponsabilidade, de crime contra a saúde pública.

Remédio – “Os refrigerantes dietéticos”, diz, “deveriam ser usados apenas com receita médica, sem propaganda na televisão e como opção para a pessoa doente”. Nos Estados Unidos, onde a fiscalização de alimentos é rigorosa, nem mesmo os diabéticos estão

autorizados a usar o ciclamato. No Brasil, o mínimo que poderia se esperar é que produtos com ciclamato fossem vendidos apenas para os diabéticos, que deveriam mesmo assim levar em conta a proporção entre o risco e eventuais benefícios.

Depois de alguma polêmica, o Ministério da Saúde liberou o uso de adoçantes químicos, através da Resolução nº 3, de 21 de julho de 1988, estabelecendo as seguintes proporções: 85 miligramas de aspartame por cada 100 mililitros; 130 miligramas de ciclamato por cada 100 mililitros; e 30 miligramas de sacarina por cada 100 mililitros. Apesar da resistência de alguns setores da sociedade, as poderosas forças de pressão da Coca-Cola e da Pepsi-Cola venceram a batalha da liberação, incluindo o aspartame que compõe a fórmula secreta das duas colas (veja, a propósito, a reportagem “O perigo do aspartame”, em nossa edição nº 112).

Embuste natural – Com a sensação de trabalhar à-toa, o professor Orlando Moraes conta ainda que, recentemente, sua equipe detectou grande quantidade de sacarina e sorbitol, num produto que anun-ciava conter o adoçante natural stévia. “Três vezes crime”, acusa Moraes.

“Primeiro, porque adicionaram premeditadamente a sacarina, sem especificar a dosagem e, pior, sem sequer citar a composição; segundo, porque possibilitaram, assim, que as pessoas consumissem a bebida, pensando que continha a inofensiva stévia; e, terceiro, por causa do preço



Moraes: crime contra a saúde pública

caro, uma vez que o preço da stévia é bem superior aos dos outros adoçantes”.

Também o médico e pesquisador homeopata Sérgio Teixeira, do Rio de Janeiro, chama a atenção para o grau de ignorância dos consumidores, em relação à composição dos alimentos e a matérias químicas com que se lida. Em relação aos refrigerantes dietéticos, existe um perigo duplo, na opinião dele: além de possuírem sacarina e ciclamato – que estão entre os produtos capazes de provocar doenças sérias, como necrose hepática, edemas e leucemia mielóide, além de coceiras – os refrigerantes dietéticos contêm o anel benzênico, dos derivados de petróleo, na fórmula de seus conservantes.

A defesa da Pepsi – O diretor de marketing da Pepsi-Cola, Alexandre Kriegel, diz, no entanto, que o ciclamato, utilizado agora no Brasil, está também liberado desde o ano passado nos Estados Unidos. Para ele, as críticas à utilização do ciclamato são dúbias, porque o produto prejudica a saúde, mas só em determinadas quantidades. Lembra que a Pepsi dietética existe desde 64, nos Estados Unidos, e que foi lançado no Brasil só em 1988. Segundo o diretor de marketing da transnacional, não houve pressões da companhia para a liberação do uso de adoçantes artificiais nos refrigerantes, e contra-ataca, especulando que os produtos dietéticos tenham até demorado a entrar no mercado brasileiro, em função de um cartel do açúcar.

Os cientistas que pesquisam o assunto, porém, não se cansam de apontar as inconveniências e perigos daqueles produtos para o organismo humano. •

Os dietéticos aproveitam a onda do “natural”



Asma, como controlar

A falta de ar, característica da doença, pode ser tratada adequadamente e o próprio doente pode ajudar-se, fugindo às situações que despertam alergias

Prof. Krishnamurt Sarmiento

A asma é toda dispnéia paroxística, resultante de espasmo brônquico. Diz-se paroxística, porque o mal aparece de repente e cresce rapidamente. É a "bronquite asmática" ou só "bronquite" do leigo. Na verdade, bronquite quer dizer brônquios inflamados, acarretando secreção e tosse, sem necessariamente causar falta de ar. Pode acometer a criança e o adulto. A contração dos brônquios, trazendo a dificuldade de respiração, é provocada em geral pela alergia que a pessoa apresenta, causada por diversos fatores, tais como frio, poeiras, alimentos, bebidas, pêlos de animais, etc. Já encontramos clientes que entram em crise de asma, quando tomavam determinado refrigerante, muito usado entre nós, levados a um quadro alérgico pelo xarope da bebida. Outros, em decorrência de episódios da vida genital feminina, como período pré-menstrual, menarca (primeira menstruação) ou menopausa (término da menstruação).

Antigamente, asma era qualquer falta de ar. Entretanto, podemos ter dispnéia por problemas brônquicos, sem que se trate de asma. Como exemplo, temos corpo estranho aspirado, tampão mucoso, tumor brônquico (benigno e maligno), compressão por outras estruturas contíguas, malformações, etc. Nestes exemplos todos, não temos reações químicas, determinando diminuição do calibre dos brônquios. Em tais casos, não se trata de asma, portanto.



Poluição agrava os problemas respiratórios

Houve época em que, por não ser bem entendida, havia asma tuberculosa, asma nervosa, asma gotosa, asma da profissão, etc. O estudo da alergia (imunologia) facilitou bastante o entendimento da asma, que, na maioria de suas ocorrências, é um quadro alérgico.

Mas, a asma é até hoje um problema difícil para a medicina. A escola francesa é muito feliz, quando diz: "On peut s'en faire cependant une idée assez claire en admettant l'existence d'une [f25] terrain asthmatique [f2] préexistant aux manifestations cliniques". Verificamos que o francês chega a admitir um chamado "terreno asmático" próprio de cada pessoa, que facilitaria a ação de todos aqueles fatores acima citados e muitos outros. A pessoa já nasce com tendência à asma.

Identificar causas – Existe, então, uma dificuldade para o tratamento, daí surgindo o oportunismo de vários outros setores, inclusive das chamadas "simpatias", que se aproveitam do desespero das pessoas, para surgirem com os placebos que, segundo a própria origem latina, é "para agradar", mas que nada resolvem.

Hoje, porém, a medicina consegue atuar com êxito na crise de asma, com medicamentos que dilatam os brônquios. A cura, realmente, depende da retirada do

fator causal, o que exige a vigilância do próprio doente, para identificar o motivo que desencadeia a crise.

Mal asmático é a denominação dada, quando a insuficiência respiratória (falta de ar) é aguda e contínua, colocando a vida do paciente em perigo, por não conseguirmos vencer a crise com os remédios que temos.

Asma na criança – É bastante frequente e aparece principalmente no primeiro ano de vida. Ela pode ser anunciada por sintomas digestivos e nervosos. O mal asmático é raro, mas tão dramático quanto no adulto. A asma do recém-nascido é de uma brutalidade incrível, pela intensidade de suas manifestações. 'As vezes, a doença desaparece aos sete anos de idade ou na puberdade.

A asma cardíaca não difere em nada da asma comum. Para o leigo, parece uma asma que se instala no coração. Mas, não se trata disso. O que acontece está nos brônquios, causado pelo coração insuficiente (sem força de contração), o que leva à turgência venosa e hipersecreção da mucosa brônquica, estimulando assim o espasmo. Conclusão: a insuficiência cardíaca (uma doença) causa asma (outra doença).

Na verdade, quando falamos em asma, não precisamos dizer brônquica, pois seria um pleonasmo. Toda asma é brônquica, independente do que a determina.

Paciente portador de asma deve tomar certas precauções, as quais lhes proporcionarão crises bastante espaçadas, facilitando a ação dos medicamentos e possibilitando ao organismo uma reação imunológica, dentro de um determinado "momento psicológico" e conseguindo, quiçá, vencer o famigerado "terreno asmático" dos franceses.

Os cuidados envolvem evitar ambientes com atmosfera poluída, materiais com pêlos e alimentação com leite e ovos. Igualmente, deve-se abolir o fumo, distanciar-se dos viciados em tabaco, fugir aos ambientes com ar refrigerado, esquecer os banhos frios. ●

Sons de Angola

É cada vez mais expressivo o intercâmbio musical entre o Brasil e Angola, reatando velhas raízes, como comprova a música de Filipe Mukenga

Foram os negros angolanos, vindos nos navios negreiros desde o século XVI, que trouxeram o samba para o Brasil. Daí decorre a identidade dos ritmos musicais existentes nos dois países. Para o músico angolano Filipe Mukenga, que há semanas fez shows no Rio de Janeiro e na Bahia, é na origem africana do Brasil que se encontra a raiz da afinidade musical com Angola.

Nas apresentações que realizou no Rio Jazz, em Copacabana, para um público entusiasmado e que contou com a presença de músicos como Taiguara, Martinho da Vila e Djavan, entre outros, Mukenga mostrou músicas com letras em português e nos dialetos angolanos, como o quimbundo, umbundo e kwanyama. Ninguém consegue ficar parado: Até nos temas românticos o público se contagia, balançando a cabeça. Essencialmente rítmica, a música da banda Madizéza revela, como em "Para além do semba", a força de sua contemporaneidade.

No palco, Mukenga conta com o apoio harmônico dos tecladistas Rui Cordeiro e Rui César, dos solos jazzísticos de Justin Raharitiahana, na guitarra, e da forte e segura pulsação de João Morgado na percussão, Mário Furtado na bateria e Jo-



Mukenga: raiz e contemporaneidade

quim Trindade, no baixo. Segundo Mukenga, seus músicos são a nata musical de Luanda, todos pertencentes à nova tendência do samba progressivo angolano. Em consequência dessa nova veia musical, o recém-gravado LP de Mukenga chama-se "Novo Som". O lançamento será em setembro, em Portugal.

O timbre de Mukenga e até mesmo sua fisionomia lembram Milton Nascimento, só falta mesmo o boné. Já com Djavan, as semelhanças são melódicas, tanto assim que o cantor e compositor brasileiro chegou a incluir, no seu disco "Seduzir", o tema "Humbiumbi", de Mukenga e de seu parceiro mais frequente, o letrista Filipe Zau.

Música no sangue - A nova música angolana é a mistura de uma vertente universal jazzística, e de uma influência local de semba, quilopanda, cabetula e cazucuta, ritmos angolanos. Segundo Mukenga, é justamente a riqueza musical de seu povo o que compensa sua falta de estudo de música. Em Angola, um país há 30 anos em guerra, poucos músicos sabem ler uma pauta, e desse modo, no pensar de Mukenga, "não se pode ir muito longe". Por isso, neste

momento se faz um esforço para propiciar aos músicos a possibilidade de estudarem música. Em consequência da guerra, dificilmente também existe naquele país alguém que sobreviva só de música. Mukenga é uma exceção, pois conseguiu emprego junto a uma rede ho-teleira portuguesa, que lhe permite so-breviver, apresentando-se em diferentes

hotéis. Trata-se de um caso raro, tanto que sua banda não o acompanha nesse trabalho. O panorama geral é de escassez de espaços culturais, falta de produtores musicais, diretores artísticos e dificuldade enorme de aquisição de instrumentos. A maioria dos espetáculos musicais acontece nos centros recreativos. As casas noturnas fazem o gênero discoteca e tocam músicas de fita.

Em relação à carência de instrumentos musicais, é necessário que Angola tenha empresas rentáveis, que importem esse material para comercializá-lo entre os atuais e futuros músicos. "As necessidades da guerra - explica Mukenga - deixam poucos recursos para outros setores".

Fazer a guerra - O músico angolano conta que, entre 74 e 76 (período da passagem do colonialismo para a vida independente, em meio a guerra intensa), sua música foi exclusivamente voltada para mobilizar o povo, porque "a luta não acabava com a independência". Foi nesse tempo que fez o tema "É preciso fazer a guerra". Ao utilizar a música como arma, Mukenga acha que ajudou a mobilizar as pessoas e a divulgar os ideais do Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA.

Hoje, entretanto, o trabalho de Mukenga é outro. Não se pode dizer que sua música seja engajada. Em Angola existem, no entanto, muitos grupos fazendo esse tipo de tema. Mukenga acha importante agora divulgar as línguas nacionais de Angola, e conta que o músico brasileiro Djavan, por exemplo, considera esse o ponto forte de seu trabalho, destacando a grande doçura e sonoridade das músicas cantadas em umbundo, o dialeto da região do centro-sul, onde se localizam Luanda, Kwanza Norte e Malange.

Mas, enquanto canta pelo mundo, Mukenga leva às platéias a mensagem de Angola, onde a luta pela paz ainda não terminou, pois, apesar de todas as negociações internacionais efetuadas, a vida econômica do país continua a ser sabotada pelas forças sustentadas pelos Estados Unidos. N.H.D.

No mesmo ritmo

Músicos brasileiros vão ajudar a construir em Angola uma escola de música. O país, que está há 15 anos em guerra, quer intensificar o intercâmbio cultural com o Brasil, aproveitando a identidade resultante da herança étnica

Nereida H. Daudt

“Nossa amizade continua. A felicidade é certa. E a minha casa é sua.” Inspirado no lema político angolano, o compositor brasileiro Maurício Tapajós fez a letra de uma música, que hoje é sucesso na rádio de Luanda. A primeira vez que esteve em Angola, em 1980, fazendo mais de dez apresentações com outros músicos brasileiros, Tapajós ficou três dias sem fala, devido à emoção. “Foi um impacto muito grande ver aquele país em plena revolução. Tiveram até que chamar médico, mas depois, com a vinda de uns músicos locais ao hotel, consegui compor um samba com eles”.

Maurício Tapajós é presidente da Associação dos Músicos Arranjadores e Regentes do Rio de Janeiro-Amar, e foi a paixão à primeira vista que determinou seu interesse pela construção de uma escola de música em Angola. Agora em janeiro, foi dado o primeiro passo concreto nesse sentido. O Secretário (ministro) da Cultura, Boaventura Cardoso, e o presidente da Amar assinaram convênio cultural para a formação de músicos angolanos. Com isso, seguem para Luanda o maestro Nelson Macedo, diretor da Escola Brasileira de Música, que durante 18 anos foi o primeiro violão da Orquestra Municipal; Antonio Bruno, para ensinar sobre instrumentos de sopro, e o próprio Maurício Tapajós, que ficará encarregado de lecionar harmonia e leitura em violão.

O maestro Nelson Macedo revela que um aluno angolano já estuda há oito meses na Escola Brasileira de Música, e que, ainda neste primeiro semestre, chegam mais dois outros. Também deverá fazer um curso intensivo na escola o popular cantor angolano Carlitos Vieira.

Para o maestro, o Brasil é o país ideal para uma aproximação desse tipo, porque aqui a predominância musical é de referência africana. Até mesmo na área erudita brasileira, Macedo observa que temos a presença melódica africana, como é visível na obra de Villa-Lobos.

Ensinar, aprendendo – A Escola Brasileira de Música se caracteriza por ser a única no país com uma filosofia



Tapajós: não se volta de lá sem um fortalecimento

nacionalista, isto é, ao mesmo tempo em que ensina o conhecimento da técnica universal, possibilita a aplicação dessa técnica na rítmica brasileira. Além disso, o dirigente da escola comenta que não se poderia deixar de lado a contribuição de quase 500 anos de nossa cultura musical e popular, de que são nomes ilustres os de Chiquinha Gonzaga, Callado, Nazaré, Pixinguinha e Cartola. Para divulgar essa riqueza musical brasileira, a escola já editou quatro livros e está preparando um quinto, que tem por tema o berimbau e será editado em português e inglês.

Tapajós também destaca que a música africana é a base rítmica da brasileira. “O forte de nossas raízes musicais está na África – diz Tapajós. O samba, por exemplo, é muito parecido: em Angola se chama semba”. O compositor aponta, porém, que existe uma espécie de sotaque, nuances, tornando muito difícil tocar à maneira deles e vice-versa. “Mas, uma coisa é certa: não se volta de lá sem um fortalecimento. O Djavan voltou muito mais africanizado”, lembra o músico.

Sobre o convênio, Maurício Tapajós explica que Angola possui uma música excelente, embora ninguém saiba ler ou escrever música. Por isso, os brasileiros pretendem passar seus conhecimentos técnicos, ajudando a formar os primeiros professores de nível superior. E, depois de cursos de 2 a 3 anos, estarão formados professores, dando início à introdução da música no currículo escolar. Ele observa

que Angola tem sido obrigada a gastar 70% do seu orçamento em questões ligadas à defesa, sobrando pouco para investimentos no setor cultural. Agora, porém, com o fim dos conflitos, a área cultural deverá receber tratamento mais folgado, como comprovar o interesse do governo angolano em

procurar o convênio com a Escola Brasileira de Música, um dos programas que visam a privilegiar o fortalecimento de sua identidade cultural. Na opinião de Tapajós e Macedo, a ida dos músicos brasileiros a Angola representará uma importante troca cultural: aperfeiçoamento musical para todos os envolvidos no projeto, além de enriquecimento da visão dos brasileiros, que o segundo presidente da Amar terão muito que aprender com a realidade angolana, suas dificuldades e a solidariedade de um povo que nasceu lutando pela própria independência. ●



A recessão e o desemprego, colocados como objetivos, lançam a incerteza sobre a população

Popularidade

À medida que passa o tempo, a popularidade do governo e do plano econômico vai se res-sentindo do acúmulo de problemas e do crescimento das interrogações na cabeça dos brasileiros. Do máximo de 81% de apoio, por volta de 21 de março, o governo e seu plano viram reduzido o patamar para 71%, trinta dias depois – uma perda de 10% em um mês, o que significava um esvaziamento mais rápido e intenso do que o que se verificara com o Plano Cruzado.

No segundo mês, os números caíram mais 17 pontos, baixando o índice de aprovação a 54% e duplicando, de 10% a 20%, o número dos que consideram o plano econômico danoso ao país. Em suma, em 60 dias, uma perda de popularidade de 27 pontos, segundo os levantamentos do "DataFolha". Nas dez capitais pesquisadas em meados de

maio, os maiores índices de rejeição foram em Salvador (28%), Recife (23%), São Paulo e Porto Alegre (21%), Rio de Janeiro e Fortaleza (19%).

Entre os itens que explicam a queda de popularidade, estão o entendimento maior do alcance das medidas e, sobretudo, a crescente percepção de que diminuiu o poder de compra das famílias. Se, no fim do primeiro mês de plano, 18% achavam que seu poder de compra diminuiria, esse percentual cresceu para 29% ao fim do segundo mês. E, entre os que consideravam ter melhorado, o percentual baixou de 42%, no primeiro mês, para 32% no segundo mês.

A modificação de humores da população coincidiu com as constatações de que o plano começava a fazer água, segundo os mais moderados, ou que simplesmente naufragara, segundo os mais cétricos. Estes apon-

tavam que o ciclo do Plano Collor foi extremamente mais rápido que o Cruzado, restando ao governo entrar com um plano alternativo ou remendos, que levassem o projeto à frente, pelo menos até às eleições ou até onde fosse possível.

As movimentações, no final de maio e neste início de junho, expressam as preocupações do governo com a queda da popularidade, que lhe pode ser fatal nas próximas eleições. Caso o pleito lhe seja desfavorável, o que fará um governo envolvido por um plano econômico em dificuldades, com um eventual Congresso dominado pelas oposições, recém-saído das urnas e respaldado por um número importante de governos estaduais também opositoristas?

Sem ter resolvido a questão econômica e vendo seu plano questionado, o governo Collor vê-se compelido a buscar a recuperação junto à opinião pública, apressando a execução de uma promessa

de campanha, que certamente gostaria de não cumprir antes das eleições: demitir cerca de 500 mil funcionários públicos.

As demissões representam uma questão pouco tranquila: o governo Collor quer cortar uma certa quantidade de empregados públicos, mas, na verdade, não dispõe de uma política objetiva para realizar esse intento. A fixação de cortes é feita de maneira aleatória, atribuindo-se um número determinado a cada setor, sem que estejam sendo examinadas as consequências de tais reduções para o próprio serviço e sem que se tenham determinado princípios e prioridades.

Os quase 17 mil cortes, na área da Petrobrás, representam a paralisação de algumas áreas e a redução de atividade em outras. Os técnicos da empresa já manifestam a convicção de que as demissões – aliadas a cortes de investimentos – esfumam de vez os sonhos nacionais de obter a auto-suficiência petrolífera até o fim da década. Há dezenas de milhares de demissões previstas na área da Saúde, que já atende extraordinariamente mal à população. Outro tanto na área da Educação, num país sem cultura e com mais de 20% de analfabetos.

Muitos técnicos reclamam que ao governo cabe melhorar o desempenho da máquina administrativa, mas a pura e simples demissão não é a forma adequada de alcançar esse objetivo. No máximo, vai-se conseguir economizar em salários, levando, con-



Desemprego gera fome

tudo, ao agravamento do atendimento da máquina administrativa às demandas da sociedade. Remanejamentos e gerência adequada certamente resolveriam a maior parte dos problemas. Afinal, pelos padrões internacionais, o Brasil está longe de qualquer exagero no número de funcionários em relação à população. Aliás, perde de longe para os países desenvolvidos, conhecidos por oferecerem bons serviços públicos à população, talvez por terem uma proporção maior de funcionários em relação ao número de habitantes.

O governo não saiu tranquilo do mês de maio e poderá ter em junho a tempestade do funcionalismo, agora com suas centenas de milhares de dramas familiares provocados por desemprego sem perspectiva de colocação, num tempo de recessão econômica.

Como andarão os índices de popularidade ao se completar o terceiro mês do governo Collor e de seu plano?

Vozes da farda

Alguns episódios introduziram ruídos no relacionamento do novo governo com os meios militares, apesar da linha política conservadora do presidente Fernando Collor. O tema constante dessas alterações da voz militar tem sido a extinção do Serviço Nacional de Informações-SNI, uma das entidades-símbolo do regime militar e, naturalmente, integrado por muitas centenas de militares. Além do desprestígio em si, a extinção do SNI deu lugar a uma Secretaria de Assuntos Estratégicos, entregue a Pedro Leone Ramos, um

de posse do general Pedro de Araújo Braga no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, na primeira semana de maio, quando criticou a extinção do SNI - Collor respondeu com um discurso às guarnições do Batalhão da Guarda e o Regimento de Cavalaria da Guarda Presidencial, poucos dias depois. Disciplina, união e respeito à hierarquia foram temas da fala em que procurou realçar sua autoridade.

Mas, o protesto do general Braga repercutiu, apesar da resposta presiden-



General Newton Cruz: dez dias de prisão

empresário brasileiro de 30 anos, amigo do presidente e sem maior experiência em assuntos de inteligência.

Com o famoso mês de agosto se aproximando, a preocupação presidencial com o surto de críticas partidas de militares tem-se revelado por alguns pronunciamentos, em que busca lembrar a importância da disciplina e sua condição de chefe das forças armadas. Ao primeiro sinal de alerta da insatisfação dos quartéis - ocorrido através do discurso

cial. Assim, endossaram as críticas do novo comandante das guarnições paulistas os generais da reserva Newton Cruz e Euclides Figueiredo, dois nomes de destaque da última fase do regime militar. Newton Cruz, ainda às voltas com o "Caso Baumgarten", em que é acusado de responsável pelo assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten, da mulher deste e do barqueiro que conduzia o casal, não evitou ser ferido com Collor, a quem sugeriu que disparasse con-

tra a própria cabeça a bala única que dizia ter contra o "tigre da inflação". Já Euclides Figueiredo lançou mão de conceitos mais elaborados, condenando as políticas do novo governo, particularmente por seu caráter autoritário expresso no pacote econômico. "Não há democracia sem liberdade econômica", definiu, dizendo que havia outros caminhos para controlar a inflação.

A prisão de Newton Cruz por dez dias e a repreensão a Euclides Figueiredo não esgotaram os incidentes, pois a eleição para o Clube Militar, no Rio de Janeiro, agitou a terceira semana de maio, nas ondas da campanha das chapas encabeçadas pelos generais Nilton Cerqueira e Diogo Figueiredo, outro irmão do ex-presidente João Figueiredo.

O governo não deixou que maio acabasse sem nova resposta indireta a seus críticos. No dia 29, Collor visitou o Estado-Maior das Forças Armadas-Emfa. Reafirmando, mais uma vez, sua condição de comandante supremo das forças armadas, ele acentuou a importância da disciplina e do respeito à hierarquia.

Dias antes, no Rio, mesmo declarando que sua chapa ao Clube Militar, afinal vitoriosa, manterá uma posição apolítica e apartidária, o general Nilton Cerqueira também criticou a extinção do SNI. E comprometeu-se a recorrer à Justiça, contra as punições impostas aos militares da reserva que emitiram conceitos políticos contra o governo.

O caminho da discórdia

Que maldades se esconderão por trás da tão falada BR-364, a estrada que poderá ser o caminho brasileiro para o Pacífico, após sua conexão com rodovia peruana? A estrada é a eleita dos ecologistas e, recentemente, foi o tema dominante das conversas do secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger, com ambientalistas norte-americanos, em Washington. O secretário pediu a colaboração destes ecologistas, para que usem de pressões adequadas, de modo a que o Brasil não receba recursos externos para asfaltar a BR-364.

Projetada na época dos sonhos do Brasil Grande, no regime militar, a BR-364 visava a facilitar a penetração humana e a ocupação econômica de espaços do noroeste amazônico. Simultaneamente, abriria a possibilidade de acesso mais fácil ao mercado asiático, via Oceano Pacífico, desde que se conectasse com uma rodovia peruana. Os produtos brasileiros seriam embarcados em porto peruano, encurtando-se trajetos e custos, e viabilizando-se, com estas facilidades, o incremento dos negócios brasileiros com o Extremo Oriente, área apontada como o possível centro econômico do mundo, dentro de poucas décadas.

Na visão de Lutzenberger, que expressa o consenso dos ambientalistas, a estrada já marcou sua

curta existência pelas facilidades que prestou à ocupação da Amazônia Ocidental e, portanto, à depredação da ecologia. Sua modernização, através do asfaltamento e do enlace com um tronco rodoviário peruano, consumiria a ameaça, especialmente pelo fato de que aos orientais interessariam produtos primários da Amazônia, particularmente a madeira, de que os japoneses são grandes consumidores, como atestam as florestas asiáticas.

Impedir a marcha da estrada, nessa visão, significa melhorar as condições de preservação da floresta, embora o Extremo Oriente continue a receber nossos produtos, inclusive os amazônicos, através de mais longas navegações a partir do Atlântico. Até certo ponto coincidindo com posições de interesses norte-americanos, Lutzenberger recomendou que "os japoneses precisam ser vigiados", neste caso por estarem se caracterizando por posturas antipreservacionistas.

O destino da BR-364 parece ser o de caminho da discórdia: se há interesses econômicos a longo prazo que justificariam sua extensão até à fronteira e sua modernização, os protestos ecológicos encontram eco nas preocupações com a natureza e até mesmo em interesses comerciais norte-americanos, para os quais um eventual caminho transpacífico para o Brasil seria pouco conveniente.

O tigre errado?



As crescentes reivindicações trabalhistas indicam insatisfação com as perdas salariais e aumentos de preços

O crescente desemprego e a inflação, que recupera fôlego a cada mês, demonstram que o plano econômico navega por águas cada vez mais difíceis. A inflação de 15 de abril a 15 de maio, segundo o Fipe, da Universidade de S. Paulo, alcançou 8,5%, aproximando-se perigosamente dos mágicos dois dígitos mensais, a partir do qual a chamada inflação psicológica começa a fazer efeito. O desemprego, resultante da recessão, é visto sem maiores preocupações pelo governo, uma vez que os membros da equipe econômica se dizem confiantes numa próxima retomada do crescimento econômico. Para os críticos, porém, tanto o desemprego, quanto o nível inflacionário crescente revelam insuficiências do plano, decorrentes de atitudes de gerência do processo e de erros conceituais.

Para o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, a

equipe governamental não acredita que se prolongue a recessão. Segundo seu raciocínio, feito no final de maio, os estoques estão acabando e o varejo necessariamente retomará as encomendas, gerando o reaquecimento da produção. Tal processo já estaria em curso, em seu entender, e este seria um dos motivos para a aparente tranquilidade do pessoal da economia do governo.

Outros economistas, porém, apontam que o barco da reforma está fazendo água. Na opinião do ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, a famosa bala única de Collor contra o tigre da inflação já se perdeu: ou errou o alvo ou a força do tigre requeria outro tipo de munição. Sua previsão é de que a inflação voltará, retomando, em escalada crescente, a corrida interrompida por pouco tempo. E justifica seu palpite, afirmando que o plano Collor partiu de premissas con-

ceituais equivocadas, acreditando poder estrangular o processo inflacionário, confiscando a moeda indexada, a que girava no *overnight*, chamada no jargão técnico de M4. Este, porém, não era o dinheiro inflacionário, ou seja: disparou-se contra o tigre errado.

O vilão da história, ainda segundo Pastore, é o M1, a moeda em poder do público e depositada à vista no sistema bancário e que continua em crescimento, porque o próprio Banco Central mantém a recompra diária dos títulos públicos, injetando mais dinheiro no circuito. Isto permitiu a expansão monetária de 350% em apenas um mês e meio, a partir da edição do plano. Com expansão desse porte, é certa a retomada da inflação. Assim, o verdadeiro tigre-bandido estaria mais vivo que nunca e disposto a comer o caçador. Em suma, a receita de Pastore é também o ortodoxo controle da moeda. Mas, aplicando-se o torniquete no pescoço correto.

Como os economistas não se entendem e é cada vez mais frequente a opinião de que um dos males do Brasil recente é a falta de modéstia dos economistas, que posam de gênios e deuses, sentados sobre uma disciplina pouco exata, fica a indagação: o pescoço apontado por Pastore é mesmo o certo?

De tudo, só uma certeza absoluta: a inflação está retomando seu ciclo. Num país agora cheio de desempregados sem perspectivas.

A igreja e o plano



Na reunião de Itaici, os bispos não chegaram a um consenso

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB realizou sua reunião em maio, em Itaici, São Paulo, para debater as múltiplas questões do catolicismo brasileiro, entre as quais as decorrentes da situação política e econômica. O encontro dos bispos não produziu qualquer pronunciamento oficial sobre o momento brasileiro, mas não deixaram de vir a público posições de setores específicos do clero. Uns, a favor do pacote econômico; outros, radicalmente contrários. Enfim, a divisão básica do clero entre conservadores e progressistas não poderia deixar de aflorar, de alguma forma. A ausência de um posicionamento oficial sobre a conjuntura foi, porém, uma vitória da corrente conservadora.

De parte da direção da CNBB, o secretário geral, d. Celso Queiroz, bispo auxiliar de S. Paulo, disse recon-

hecer aspectos positivos na disposição governamental de enfrentar a inflação e adotar medidas que não penalizam somente os mais pobres. Mas, lembrou algumas insuficiências graves, como os efeitos recessivos e o desemprego, além da ausência de programa de melhorias sociais, como a reforma agrária, a educação e o saneamento básico. Já o cardeal de Brasília, d. José Freire Falcão, identifica no governo Collor uma ação positiva para superação dos problemas do país. Integrante da ala conservadora, d. José Freire Falcão se diz otimista e lamenta as demissões. "Mas, não havia outra saída", argumenta.

Já as comissões pastorais da CNBB posicionam-se de maneira crítica. Em documento lançado ainda durante a reunião de Itaici, denunciaram "os rumos a que

nossa nação está sendo levada pelas decisões tecnocráticas e autoritárias de setores minoritários do novo governo". As pastorais operária, da terra, da mulher, do menor, dos leigos, carcerária, dos marginalizados, universitária e do migrante disseram-se so-lidárias com os desempregados pelo plano Collor e esperançosas na "consolidação da democracia brasileira, que passa necessariamente pelas garantias de pleno emprego, salários justos, reforma agrária, combate à dívida externa, defesa do patrimônio nacional e participação ampla de todos os setores da sociedade civil".

O documento denuncia, ainda, que "criou-se uma psicose de guerra interna, onde o combate à inflação justifica tudo. O poder executivo arrogante tenta subordinar os outros poderes e veta as propostas do Congresso. O executivo monopoliza o poder e pretende ser o único detentor da verdade. Os setores organizados da sociedade civil (centrais sindicais, partidos, organizações e movimentos) são desprestigiados e excluídos da organização de uma sociedade justa e democrática". Para as pastorais da CNBB, "o culto à personalidade desenvolvido pelo próprio presidente, a imagem *esportivista* difundida a cada semana, cria um clima de idolatria e autoritarismo perigoso para o futuro da democracia.

Hoje o pacote, depois de provocar entusiasmo, traz perplexidade e preocupações crescentes".

A esquerda nas eleições

Após o já histórico momento da frente de esquerda nas eleições presidenciais de 1989, os grupos progressistas brasileiros se vêem agora diante do desafio da cooperação interpartidária e ideológica para o pleito de 3 de outubro de 1990. Persiste aquele sentimento de que a mudança política no Brasil através de um programa de esquerda é possível através da colaboração madura dos diversos agrupamentos que compõem o espectro político popular?

No pleito do ano passado, as várias forças concorreram de maneira isolada no primeiro turno: Leonel Brizola representou o PDT, Mário Covas foi o candidato do PSDB, Roberto Freire marchou pelo PCB e Lula compôs a frente do PT com o PSB e o PCdoB. O PMDB, em si mesmo uma frente de elementos díspares, teve em Ulysses Guimarães seu elemento de aglutinação na primeira fase. No segundo turno, porém, Lula teve a seu lado a parte progressista do PMDB mais Freire, Covas e Brizola, produzindo-se na vida política nacional uma experiência inédita, que deixou inegáveis frutos na consciência popular.

As eleições de 3 de outubro próximo não repetirão, no primeiro turno, a unidade de dezembro passado. Mas, sem dúvida, marcarão outra etapa de amadurecimento político dos grupos progressistas. Embora o PT, pólo da unidade do segundo turno presidencial, tenha preferido concorrer de maneira isolada na maioria dos Estados, repetiu alianças em outros locais, entre as quais três com o PDT.

Já o PDT tem lutado, obstinadamente, por coligações amplas com os grupos de esquerda e não se furta a queixar-se do que considera radicalismo dos petistas na maioria dos Estados, que inviabilizaram coligações. De sua parte, o partido de

Brizola entendeu-se com o de Lula em Santa Catarina, Acre e Mato Grosso e poderá ainda fechar acordos no Piauí e Maranhão.

As forças progressistas têm condições de conquistar nas eleições de outubro não apenas governos estaduais de importância política e econômica, mas também expressivas bancadas regionais e federais. A se consumarem tais possibilidades, a política brasileira caminhará para um novo estágio

PSDB e PDT demonstraram maior fôlego para conversas e até inícios de junho tinham fechado acordos no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará, Pará e Distrito Federal, e prosseguiram negociações no Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia e Amazonas. O PCB e o PCdoB integram-se a coligações em todos os Estados, ora em torno de candidaturas majoritárias do PT, ora do PDT. A parte progressista do PMDB recebeu a adesão do PDT, no caso de Pernambuco, em torno da candidatura de Jarbas Vasconcelos. Outros acordos ainda prometiam ser selados, ao fim da primeira semana de junho, em Estados como Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins.

Esta nova batalha eleitoral não será travada em frente única, mas representa

um avanço nas práticas das forças progressistas, que estão sendo capazes de fechar alianças parciais – algumas de alta expressão eleitoral – em torno de princípios programáticos e da inegável obrigação que têm, diante da população brasileira, de dar prioridade aos compromissos fundamentais de seus programas.

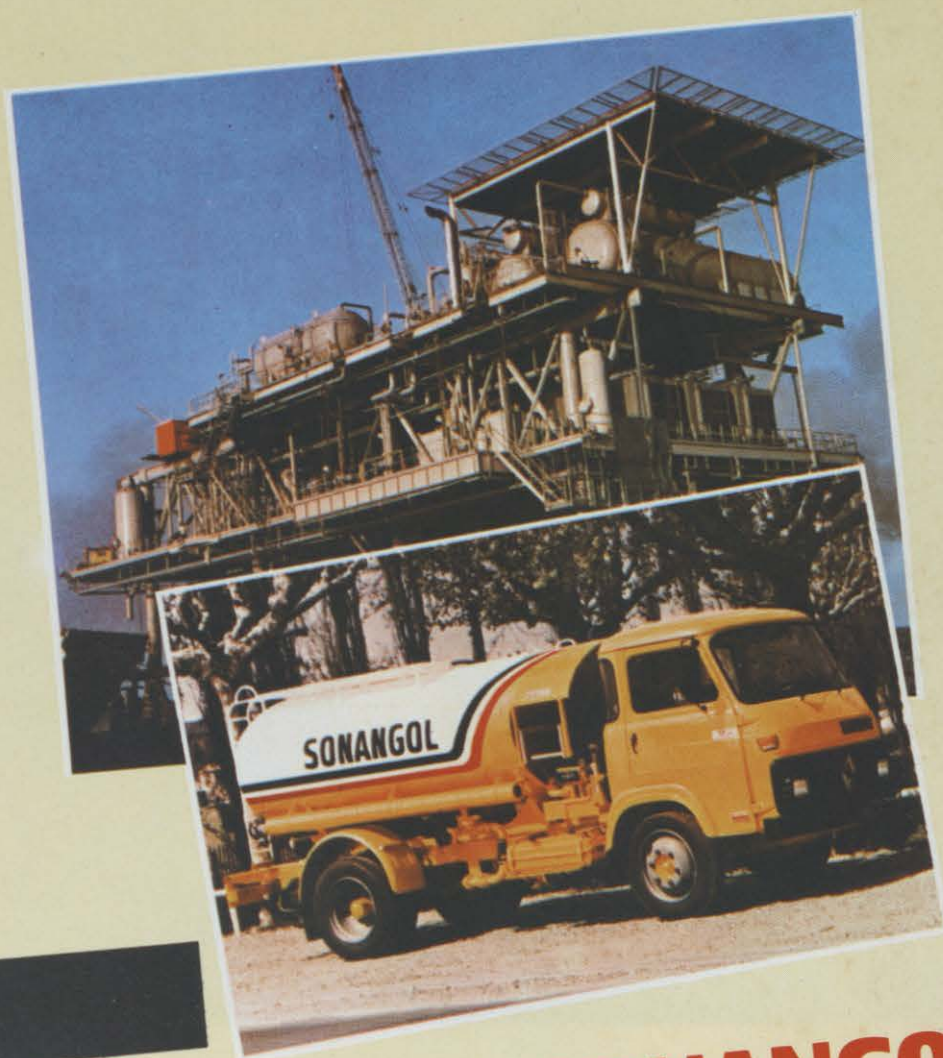
Com nomes como os de Alceu Colares (PDT/RS), Nelson Wedekin (PDT/SC), José Richa (PSDB/PR), Leonel Brizola (PDT/RJ), Pimenta da Veiga (PSDB/MG), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) e Jorge Viana (PT/AC), todos sustentados por coligações, as forças progressistas têm condições de conquistar não apenas governos estaduais de importância política e econômica, mas também de receberem das urnas expressivas bancadas regionais e federais.

A se consumarem tais possibilidades, as condições políticas brasileiras certamente caminharão para um novo estágio: as forças comprometidas com a plena democracia, com a defesa do patrimônio nacional, com a justiça social e com programas econômicos desenvolvimentistas terão assumido uma posição ímpar, que não puderam conhecer até agora em nossa história. E isso terá, sem dúvida, consequências práticas, na condução dos destinos do país, num confronto novo entre um governo federal, que se debate nas ondas cada vez maiores de um plano econômico recessivo e que pratica posturas autoritárias, e um conjunto de importantes governos progressistas, que terão a seu lado bancadas fortalecidas.

As eleições de 3 de outubro podem abrir uma promissora página da história brasileira.

Procópio Mineiro

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 – LUANDA – TELEX 3148 – 3260

PO

A

ta
de
id
19
m
pr
da
ag
po

fo
pr
o
P
e
e
fr
U
a
tu
p
e
n
d
p

n
d
m
p
o
p
n
re
q
p
e
c
n
c

6



Rio, o Brasil de braços abertos.



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO